

UNESP  UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

EKRISTAYNE MEDEIROS DE LIMA SANTOS

**A CIRCULAÇÃO DO IDEÁRIO ESCOLANOVISTA NO ESTADO DE GOIÁS:
A REVISTA DE EDUCAÇÃO (1937-1962)**



**ARARAQUARA - SP
2013**

EKRISTAYNE MEDEIROS DE LIMA SANTOS

**A CIRCULAÇÃO DO IDEÁRIO ESCOLANOVISTA NO ESTADO DE GOIÁS:
A REVISTA DE EDUCAÇÃO (1937-1962)**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre Escola e Cultura.

Bolsa: CAPES

Orientadora: Prof^ª. Dra. Vera Teresa Valdemarin

**ARARAQUARA - SP
2013**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Santos, Ekristayne Medeiros de Lima.

A circulação do ideário escolanovista no estado de Goiás: A Revista de Educação (1937-1962)/ Ekristayne Medeiros de Lima Santos. Araraquara, 2013.

137 f.; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013.
Orientadora: Prof^a. Dra. Vera Teresa Valdemarin.

1. Revista de Educação. 2. Impressos Pedagógicos. 3. Circulação de ideias. I. Ekristayne Medeiros de Lima Santos. II. A circulação do ideário escolanovista no estado de Goiás: A Revista de Educação (1937-1962).

Ficha Catalográfica elaborada por

Deisi Hauenstein

CRB 10/1479

EKRISTAYNE MEDEIROS DE LIMA SANTOS

**A CIRCULAÇÃO DO IDEÁRIO ESCOLANOVISTA NO ESTADO DE GOIÁS:
A REVISTA DE EDUCAÇÃO (1937-1962)**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Estudos Históricos, Filosóficos e Antropológicos sobre Escola e Cultura.

Bolsa: CAPES

Data da defesa: ____/____/____.

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof^a. Dr^a Vera Teresa Valdemarin
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof^a Dr^a. Marilda da Silva
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof. Dr. Ademilson Batista Paes
UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso de Sul – Campus de Paranaíba

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho a meu pai, Gutemberg Medeiros dos Santos
(*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me fortalece e me acalenta nos momentos mais difíceis da minha caminhada.

À minha orientadora, Prof^a. Dra. Vera Teresa Valdemarin, que de muitas formas incentivou-me a prosseguir e superar as minhas limitações. Por seu carinho e amizade, obrigada!

À Banca de Qualificação e Defesa, nas pessoas da Prof^a. Dra. Rosa Fátima de Souza, Profa. Dra. Marilda da Silva e Prof. Dr. Ademilson Batista Paes, profissionais sempre presentes em minha formação como modelo de competência, integridade e dedicação. A vocês, muito obrigada!

Aos meus pais, irmãos e amigos - aos de perto e aos de longe, todos muito presentes na minha vida.

Ao meu marido, Evânio, pela paciência e colaboração.

Aos integrantes do GEPCIE (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais), da Unesp, campus de Araraquara, pela amizade e colaboração em meu crescimento intelectual.

À minha querida amiga, Virgínia Pereira da Silva de Ávila, pela leitura e contribuição a esse texto, pelos seus cuidados e amizade sincera.

A todos os colegas da turma de pós-graduação, por compartilharem o tempo, conselhos e apontamentos na construção da pesquisa. Agradeço ainda pela amizade de todos.

Aos funcionários dos Museus, Arquivos e Bibliotecas que visitei no Estado de Goiás em busca das fontes para o desenvolvimento do trabalho. Obrigada pelo atendimento atencioso!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela concessão da bolsa de estudos para a realização dessa pesquisa.

À Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara, pela oportunidade de formação acadêmica.

À Lidiane Mattos Mauricio Garcia, da Seção de Pós-Graduação, por sua atenção, gentileza e competência.

À Rosimar Aparecida Moreira, do Departamento de Ciências da Educação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar nas pessoas dos professores e funcionários pela oportunidade de crescimento intelectual nesse período de estudos.

A todos vocês que, com palavras, olhares e gestos fizeram-me entender que somos únicos. Obrigada!

RESUMO

Este estudo apresenta uma descrição de como circulou o ideário escolanovista no Estado de Goiás por meio da Revista de Educação no período de 1937 a 1962. Essa delimitação temporal corresponde aos anos datados nos números da Revista que foram localizados. O objetivo foi apresentar como o poder público colocou em circulação o novo modelo pedagógico para o Estado de Goiás, por meio da Revista de Educação. Trata-se de um Impresso Pedagógico Oficial do Estado, criado com a finalidade de divulgar e disseminar as novas concepções pedagógicas vigentes no país. Apoiando-se na perspectiva da História Cultural a partir de estudos sobre circulação de ideias como Valdemarin (2010), Carvalho (2005), Carvalho e Jorge do Ó (2009), além de autores que discutem o Impresso pedagógico como fonte, para a produção de pesquisas em História da Educação, como Bastos (2005), Biccas (2008), Catani e Bastos (1997). O trabalho contribui com os estudos acerca do uso do impresso pedagógico na produção da pesquisa em História da Educação do Estado de Goiás, bem como na História da Educação brasileira.

Palavras Chaves: Revista de Educação de Goiás; Impressos Pedagógicos; Circulação de ideias; Escola Nova.

ABSTRACT

This study presents a description of how the New School thought circulated into the State of Goiás through Revista de Educação in the period from 1937 to 1962. This time delimitation corresponds to the dated years on the numbers of the Magazine that were localized. The goal was to present how the public power put the new pedagogical sample in circulation for the state of Goiás through Revista de Educação Magazine. It was about States Official Pedagogical Printing, created with the goal to propagate and to spread the new pedagogical conceptions operative in the country, supporting on the perspective of the Cultural History beginning from the studies about the circulation of ideas as the ones by Valdemarin (2010), Carvalho (2005), Carvalho e Jorge do ó (2009), besides authors who discuss the Pedagogical Printing as a source for the research production in Education History, like Bastos (2005), Biccás (2008), Catani e Bastos (1997). The work contributes with the studies about the use of the pedagogical printing in the production of research in the Goiás State History of Education, as well as in the Brazilian Education History.

Key Words: Revista de Educação de Goiás; Pedagogical Printing; Ideas Circulation; New School.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Revista de Educação.....	36
Imagem 2 – Revista de Educação.....	49
Imagem 3 – Revista de Educação.....	56
Imagem 4 – Revista de Educação.....	82
Imagem 5 – Revista de Educação.....	88
Imagem 6 – Revista de Educação.....	91
Imagem 7 – Revista de Educação.....	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapa de números localizados – primeira fase (1937-1944).....	32
Quadro 2 – Aspectos físicos da revista – primeira fase	33
Quadro 3 – Diretor e/ou Redator	34
Quadro 4 – Valores para publicação na Revista.	37
Quadro 5 – Colaboradores dos números localizados da primeira fase	38
Quadro 6 – Seções da Revista.....	39
Quadro 7 – Seção Colaborações	51
Quadro 8 – Mapa de números localizados – segunda fase (1945-1958)	54
Quadro 9 – Aspectos físicos da Revista – segunda fase	54
Quadro 10 – Colaboradores da segunda fase	57
Quadro 11 – Seção Redatória.....	59
Quadro 12 – Seções Colaborações	60
Quadro 13 – Seção Colaborações.	65
Quadro 14 – Seção – Seções Permanentes	66
Quadro 15 – Artigos – Subseção Fatos e Iniciativas.....	73
Quadro 16 – Mapa de números localizados – terceira fase (1958-1962).....	79
Quadro 17 – Aspectos físicos da Revista – terceira fase	80
Quadro 18 – Colaboradores da terceira fase	81
Quadro 19 – Temas e assuntos	84
Quadro 20 – Itens que compõem os planos.....	86

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Um processo de formação	14
1.2 A Nova História Cultural	15
1.3 O impresso pedagógico e a circulação de ideias escolanovistas	16
1.4 Contextos	19
1.5 A organização do trabalho	28
2 A REVISTA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS: PRIMEIRA FASE (1937-1944)	30
2.1 A Revista de Educação e as “questões pedagógicas contemporâneas”	30
2.2 Conteúdos e Seções	38
2.2.1 A Escola Nova na Revista de Educação	39
2.2.2 Colaborações	46
2.2.3 Discurso	50
2.2.4 Transcrições	50
2.2.5 Programa/ Legislação Escola	50
2.2.6 Noticiário Escolar	50
3 A REVISTA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS: SEGUNDA FASE (1945 - 1958)	53
3.1 Da Revista Goiana de Educação e História à Revista de Educação e Saúde	53
3.1.1 Seções e conteúdos	58
3.1.2 Redatoria	58
3.1.3 Colaborações	59
3.1.3.1 Assuntos Pedagógicos	60
3.1.3.2 Filologia e História	62
3.1.3.3 História da Educação em Goiás	62
3.1.3.4 Comemorações da Semana da Árvore	62
3.1.3.5 Educação Sanitária	63
3.1.3.6 Assuntos Instrutivos	64
3.1.3.7 Discurso de Paraninfo	64
3.1.4 Seções Permanentes	66
3.1.4.1 Fatos e Iniciativas/ Atividades Escolares	67
3.1.4.2 Para Festas Escolares/ Variedades Educacionais e Educativas	67
3.1.4.3 Publicações Recebidas/ Caixa de correspondência	69
3.1.4.4 Conselhos e sugestões	69
3.1.4.5 Questão de Português/ Consulta Didática	70
3.1.4.6 Página da Saudade	72
3.1.4.7 Notícias de Arte e Cultura/ Livros e Fatos	72
3.1.4.8 Legislação	72

4 A REVISTA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS: TERCEIRA FASE (1958 – 1962)	76
4.1 Da Revista de Educação e Saúde à Revista de Educação	76
4.1.1 A organização do conteúdo	83
4.1.2 Temas e Assuntos	85
4.1.2.1 Plano de Aula	85
4.1.2.2 Sugestões	87
4.1.2.3 Metodologias	89
4.1.2.5 Literatura Infantil e Contação de História	90
4.1.2.6 História e Memória	93
4.1.2.7 Acontecimentos	93
4.1.2.8 Educação Especial	94
4.1.2.9 Noticiário Escolar e Legislação	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99
FONTES	102
ANEXO A – Capa e sumário Revista de Educação (dez.1937)	104
ANEXO B – Capa e sumário Revista de Educação (dez.1939)	105
ANEXO C – Capa e sumário Revista de Educação (out. 1940)	107
ANEXO D – Capa e sumário Revista de Educação (mar.1946)	109
ANEXO E – Capa e sumário Revista de Educação (jul. 1946)	111
ANEXO F – Capa e sumário Revista de Educação (set. 1946)	113
ANEXO G – Capa e sumário Revista de Educação (fev. 1949)	115
ANEXO H – Capa e sumário Revista de Educação (fev. 1959)	117
ANEXO I – Capa e sumário Revista de Educação (abr. 1959)	118
ANEXO J – Capa e sumário Revista de Educação (jun. 1959)	119
ANEXO K – Capa e sumário Revista de Educação (set. 1959)	120
ANEXO L – Capa e sumário Revista de Educação (dez. 1959)	121

ANEXO M – Capa e sumário Revista de Educação (fev. 1960)	122
ANEXO N – Capa e sumário Revista de Educação (maio 1960)	124
ANEXO O – Capa e sumário Revista de Educação (jul. 1960)	125
ANEXO P – Capa e sumário Revista de Educação (set. 1960)	126
ANEXO Q – Capa e sumário Revista de Educação (dez. 1960)	128
ANEXO R – Capa e sumário Revista de Educação (mar. 1961)	129
ANEXO S – Capa e sumário Revista de Educação (jun. 1961)	130
ANEXO T – Capa e sumário Revista de Educação (set. 1961)	131
ANEXO U – Capa e sumário Revista de Educação (dez. 1961)	133
ANEXO V – Capa e sumário Revista de Educação (abr. 1962)	135
ANEXO W – Capa e sumário Revista de Educação (ago. 1962)	137

1 INTRODUÇÃO

1.1 Um processo de formação

Quando ingressei no mestrado, em 2010, tinha como proposta de pesquisa estudar “A gênese da educação Agostiniana em Jataí – GO”, tomando como porta de entrada o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho (1941-1945). Mas, no período em que estive cursando as disciplinas e participando das atividades do GEPCIE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura e Instituições Educacionais¹, ficou cada vez mais claro a complexidade de produzir pesquisa. As certezas e convicções que sustentavam a proposta inicial foram fragilizando-se, mediante a compreensão dos aspectos que envolvem a pesquisa de instituições escolares.

O objeto inicial de pesquisa foi se desconstruindo, dando lugar a um modo diferente de compreender o objeto de pesquisa. Pensando que em 1948 foi a formatura da primeira turma de Normalistas do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho e que nesse período o ideário escolanovista era a principal perspectiva educacional no país, inicia-se o processo de reconstrução do objeto de pesquisa que resulta nesse trabalho.

A partir daí foram aparecendo questões como: “Por meio de quais dispositivos o ideário escolanovista foi disseminado no Estado de Goiás? Em que tipo de fonte seria possível ver como o poder público fez circular a Escola Nova?”. Partindo dessas questões, buscou-se visitar textos sobre a História da Educação do Estado de Goiás, e deparamo-nos com o livro da professora Maria de Araújo Nepomuceno (1994), “A ilusão Pedagógica 1930-1945: Estado, Sociedade e Educação em Goiás”, em que a autora fala de dois dispositivos que o Governo Estadual criou com o objetivo de assegurar o êxito da divulgação das “modernas” teorias educacionais, bem como dos procedimentos pedagógicos e metodológicos delas decorrentes.

Os dois dispositivos eram a Revista de Educação e o Cinema educativo (1994). Nesse momento, decidiu-se tomar a revista como fonte. Buscamos, então, trabalhos sobre essa revista, mas não foi encontrado nenhum. Nesse sentido, foi

¹ Coordenado pelas professoras: Dra. Rosa Fátima de Souza e a Dra. Vera Teresa Valdemarin. Conheça mais detalhes sobre o GEPCIE no site <<http://www.gepcie.com.br>>.

necessário buscar compreensão sobre os contextos em que a revista circulou, e sobre a produção da pesquisa com impresso pedagógico numa perspectiva da história cultural. É essa compreensão que apresentamos, ainda que de um modo sintético e ligeiro.

1.2 A Nova História Cultural

Definir esta perspectiva não é tarefa simples, pois “o movimento está unido apenas naquilo a que se opõe” (BURKE, 1992, p. 10). A Nova História Cultural ergueu-se contra o predomínio da história de cunho positivista, que pode ser caracterizada em seus traços gerais, segundo Peter Burke (1992), como voltada para os aspectos políticos, como longa narrativa de eventos e das grandes realizações, amparada na documentação oficial. No entanto, afirma que seria elementos distintivos dessa perspectiva a valorização de todas as atividades humanas e não apenas a política; a consideração da experiência das pessoas comuns na mudança histórica; o apoio em uma variedade maior de evidências, que implica o alargamento da definição de fontes e de documentos.

A renovação do campo historiográfico não é um processo particular, pois acontece em concomitância com as outras áreas das ciências humanas, como a psicologia, a antropologia e sociologia, entre outras. Trata-se de uma renovação na racionalidade da produção do conhecimento ressaltando um caráter interdisciplinar entre as áreas. A transição da perspectiva histórica tradicionalista para uma perspectiva de uma nova história que evidencia os aspectos culturais teve seu surgimento na revista dos *Annales*, na França, em 1929. A proposta de seus fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, era tornar a revista *Annales* um espaço aberto para as várias áreas do conhecimento, adentrar na história. Bloch e Febvre chegaram a uma História Social, com atenção para vida humana em seus diversos ângulos e aspectos (LE GOFF, 1990).

Tal transição é percebida por dois fenômenos maiores: primeiro, a deterioração dos grandes modelos teóricos que, por longa data, garantiram a inteligibilidade de um conhecimento analítico e explicativo dos quais se esperavam respostas ou construções globais, gerando perda de confiança no poder dos grandes paradigmas unificadores e integradores. Esse momento de fragilidade pelo

qual passou o paradigma da história cronológica e linear foi também um momento de reflexão crítica das disciplinas sobre si mesmas (seus modos de produzir o conhecimento), o que rendeu à história uma liberdade crítica e uma capacidade de renovação (REVEL, 2009, p. 99). É um período de poucas certezas, mas oportunidade para refletir sobre os objetos e os instrumentos conceituais, proporcionada pelo questionamento do grande paradigma defendido pelos que compunham o topo da hierarquia no campo.

O segundo fenômeno é a redefinição da noção de cultura. De um lado, substituíram a percepção de uma cultura autorizada, legítima, por uma cultura mais ampla, pensada no sentido antropológico da palavra. A antropologia ampliou a instância cultural e a converteu em tema e parece impor uma releitura a partir dos pontos de vista que a mesma propõe ao conjunto das realidades políticas, sociais e econômicas (REVEL, 2009, p. 101- 102).

Entendendo a História Cultural como um campo grande metodológico, parece ser possível pensar a educação como tema relevante para a compreensão da dimensão cultural de uma sociedade.

1.3 O impresso pedagógico e a circulação de ideias escolanovistas

Conforme atestam diferentes estudos, é crescente a utilização desse tipo de impresso nas pesquisas de história da educação. Os periódicos pedagógicos apresentam um vasto aporte documental, que integra várias dimensões do conhecimento sobre o fenômeno educativo, trazendo abundância de informações sobre o cotidiano educacional, o que justifica o investimento dos pesquisadores da área de história da educação nesse material como fonte de pesquisa. Esse tipo de fonte fornece subsídios para a compreensão, de um modo bastante amplo, de métodos, concepções pedagógicas em suas esferas teóricas, políticas e práticas. Muitas são as possibilidades para pesquisadores que decidem tomar os periódicos ou impresso pedagógico como fonte documental prioritária.

O Brasil tem interlocução com países da Europa que têm tradição na utilização de impressos pedagógicos como fonte e objeto para o desenvolvimento de pesquisa no âmbito educacional e há trabalhos importantes sobre essas fontes na perspectiva da História Cultural – seja pelos conceitos que os pesquisadores

adotam, tais como o conceito de “estratégia” de Michel de Certeau e “representação” de Roger Chartier, ou pelos seus próprios objetos de pesquisa que são constituídos pelas premissas da História Cultural.

Nessa perspectiva, o trabalho de Biccás (2008) contribuiu significativamente para a compreensão da utilização de impressos pedagógicos como fonte. Segundo a autora, é possível fazer uma fotografia verbal do impresso pedagógico. Se uma fotografia (imagem) é um texto não verbal, o trabalho de analisar a materialidade é fazer uma fotografia em texto, ‘fotografia verbal’. Em seu livro “O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)”, publicado em 2008, a autora faz uma análise material, e ao mesmo tempo, apresenta os aspectos políticos, sociais e históricos das questões que circundam a criação do impresso mineiro.

Outro trabalho que representa essas interlocuções é o livro que Catani e Bastos organizaram em 1997: “Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação”. A publicação é composta por textos do professor português Antônio Nóvoa, dos franceses Pierre Caspard e Pénélope Carpard, em conjunto com os brasileiros Ana Laura Godinho Lima, Cynthia Pereira de Sousa, Julieta B. Ramos Desaulniers, Lúcio Kreutz, Paula Perin Vicentini e Rosario S. Genta Lugli. Entre os principais temas, destacam-se a imprensa e o ensino; a imprensa pedagógica como formação continuada; a história das disciplinas; as práticas prescritas; as regulamentações, entre outros que invocam de modo explícito ou implícito a necessidade de se investigar com maior aprofundamento o impresso pedagógico como fonte e objeto de pesquisa.

Segundo as autoras, há uma necessidade de investir substancialmente em pelo menos dois tipos de pesquisas a partir dos impressos:

A primeira delas constitui-se pela investigação que visa estabelecer a história serial e repertórios analíticos destinados a informar sobre o conteúdo dos periódicos, classificando-os, registrando seu ciclo de vida, predominâncias ou recorrências temáticas e informações sobre produtores, colaboradores e leitores, entre outros dados. Tais repertórios podem fornecer materiais básicos, dados que funcionam como ponto de partida para a localização de informações para pesquisas sobre história da educação, das práticas ou das disciplinas escolares e dos sistemas de ensino. Além disso, uma diretriz de trabalho se configura pelo estudo específico e ‘interno’ ao próprio periódico e sua produção, a partir do qual é possível reconstruir, num momento dado, estratégias de funcionamento e estruturação do campo educacional, movimentos de grupos de professores, disputas e atuações. (CATANI; SOUSA, 1999, p. 11).

Percebeu-se que a Revista de Educação do Estado de Goiás necessitava de investimento na produção de um trabalho que estabelecesse um histórico destinado a informar sobre o conteúdo, sobre suas fases, sobre os temas que aparece na revista, sobre seus colaboradores, visto que nenhuma produção foi encontrada sobre a revista. Esse impresso foi criado com o objetivo de fazer circular o novo e “moderno” modelo pedagógico, a Escola Nova. O nosso novo objeto de pesquisa já toma forma; ao mesmo tempo em que aparece a necessidade de construção de um histórico desse impresso, emerge também uma necessidade de apresentar em que moldes o ideário escolanovista chega e circula no Estado por meio dessa revista.

Compreender esse movimento de circulação implica em uma complexa rede de relações, sendo necessário o aprofundamento teórico de seus pressupostos metodológicos. A partir da leitura e influência de autores que abordam a temática de circulação de ideias e de conhecimento, como Valdemarin (2010), Carvalho (2005), Jorge do Ó e Carvalho (2009), o caminho metodológico foi ficando mais claro. O diálogo estabelecido com os autores contribuiu para o entendimento de que não existe receita para operar um conceito na realização de uma pesquisa na perspectiva da História Cultural. As pesquisas constroem-se com base na produção existente da área, na formação do pesquisador e principalmente nas relações que o mesmo estabelece quando busca um sentido para interpretar o objeto de pesquisa.

Foi preciso subsidiar a compreensão acerca do conceito de “circulação” com textos de diferentes áreas. Entendeu-se que a circulação de ideias e de conhecimentos confere circularidade de relações que permitem diferentes possibilidades de enquadramento metodológico onde acontece a construção do conhecimento. Três são os espaços considerados em nossa percepção: um espaço teórico, um espaço político e um espaço empírico. Esses espaços – o teórico, o político e o empírico – apresentam-se em diferentes combinações conforme a fonte e o objeto de pesquisa. Os enquadramentos teórico-metodológicos que podemos estabelecer são inesgotáveis, partindo desses espaços. Ou seja, essa circularidade perpassa e combina o espaço teórico com o espaço político e o espaço empírico – ou o espaço teórico com o político, ou o espaço político com o empírico, ou ainda o espaço teórico com o empírico ou o espaço teórico com o espaço empírico e o espaço político: assim, são inesgotáveis os enquadramentos teórico-metodológicos

possíveis que podemos estabelecer, quando se pensa na circulação do conhecimento.

Portanto, a circulação de ideias neste trabalho perpassa o espaço teórico (Escola Nova) e o espaço político (Revista de Educação). Essa compreensão de circularidade sugeriu a possibilidade de apresentar o impresso como um ponto de partida para uma reflexão sobre como os discursos pedagógicos definem e redefinem as subjetividades, as identidades coletivas e os saberes nos quais a problemática do poder ocupa lugar central (NÓVOA, 1998, p. 38).

1.4 Contextos

Após a compreensão desses elementos teóricos, iniciou-se busca e localização dos exemplares da revista de educação, em diferentes acervos do estado de Goiás. No Arquivo Histórico Estadual de Goiás, localizamos quatorze números da revista; na PUC-GO, encontraram-se nove números; e na USP há quatro números, apenas um deles não existente no acervo localizado em Goiás; no Museu Pedro Ludovico, na Secretária de Educação do Estado de Goiás e na Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí não se encontrou nenhum número.

Os números localizados da revista estão distribuídos no período de 1937 a 1962, com lacunas significativas, ora porque a revista parou de circular, ora porque os números não foram localizados. Mesmo com a escassez e descontinuidade dos números da revista, decidiu-se empreender esforços utilizando tal material como fonte. De posse do material, todas as páginas de todos os números localizados foram fotografadas. Esse primeiro contato trouxe-nos a necessidade de revisitar o contexto histórico da revista

A revista começa a circulação em 1937, mesmo período em que Getúlio Vargas implantou o Estado Novo no Brasil, um golpe com bases legais na nova Constituição elaborada pelo aliado político Francisco Campos, sob a justificativa de conter um golpe comunista.

Um novo conceito de vida política surgia e se consolidava, insuflado em parte pelos próprios países imperialistas, principalmente a Inglaterra e a França que sonham com uma *guerra santa* da Alemanha contra a U.R.S.S. para varrer de vez o socialismo da face da Terra. Na Itália derrotada, Mussolini já sonhava com um grande império através do eixo Berlim-Roma-

Tóquio. Na Bélgica, na Inglaterra, e mesmo nos Estados Unidos, o fascismo ganhava forças, se organizava e empreendiam demonstrações públicas em favor da Alemanha e da Itália. (BASBAUM, 1991, p. 115-116)

Nessas circunstâncias, conforme Basbaum (1991), o Estado Novo seguiu uma tendência mundial, uma vez que a nova constituição estava baseada nas constituições italiana e polonesa – em sua maior parte na Constituição da Polônia de Pilsudsky². Daí ser conhecida como “a polaca”. Sua elaboração se deu a partir de princípios fascistas/nazistas, no que se refere à “[...] dispensa do Congresso e do sistema representativo federalista, enquadrando-se no sistema ditatorial.” (BASBAUM, 1991, p. 105), ou seja, os poderes legislativo, executivo e mais tarde o judiciário, todos centralizados em um só poder. Por outro lado, é possível perceber na própria Constituição a existência de pontos que diferenciam o Estado Novo do fascismo e do nazismo, sendo um deles a inexistência de partidos para intermediar as relações do Estado com o povo e, outro, a destituição do discurso ultranacionalista. O nacionalismo configurava-se como o projeto de uma Pátria moderna em amplo desenvolvimento industrial para a substituição do modelo agrário.

Vargas logo adotou o chamado “Estado de Compromisso”, em que eram instituídos mecanismos de controle e vias de negociação. Podemos exemplificar tais mecanismos de controle com a criação de um órgão como o Departamento de Imprensa e propaganda (DIP), responsável pelo controle dos meios de comunicação, para que só propagandassem uma imagem positiva do governo; já quanto às vias de negociação, pode-se mencionar a criação do Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Com o golpe do Estado Novo, amparado legalmente pela nova Constituição, Vargas institui o “Estado Nacional”, minimizando o federalismo; substituiu os governadores por delegados do governo federal – os Interventores. De modo geral, a Constituição de 1937 acentuou a distinção entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. A Constituição priorizou o ensino profissional para alimentar a necessidade

² Nacionalista polaco, preso em 1887 pela preparação de um atentado contra o Tzar Alexandre III. Aderiu ao Partido Socialista Polaco (PSP) em 1892. Na revolução de 1905-07, opôs-se à ação conjunta do proletariado polaco e russo e criou grupos de combate terroristas. Forma em 1906 a facção nacionalista no PSP. Comandou a Legião Polaca que combateu na Rússia ao lado dos austro-húngaros. Em 1918 foi proclamado «ditador do Estado» com o apoio da ala direita do PSP. Reprimiu o movimento revolucionário e instaurou por golpe militar em 1926 o regime de «sanatório», mantendo-se quase até à morte na liderança do país.

de mão-de-obra provocada pela política de substituição, ancorada na criação de indústrias de base, tais como a Companhia Siderúrgica Nacional em 1940, a Companhia Vale do Rio Doce em 1942, a Fábrica Nacional de Motores em 1943, a Hidroelétrica do Vale do São Francisco 1945, entre outras, custeadas com fundos estrangeiros.

A guerra, a paralisação dos mercados, a queda da exportação dos gêneros tradicionais e o embaraço completo da vida econômica que passa a viver esses dias, meses, anos de anormalidade em que é impossível deter o ritmo dos acontecimentos e prever qualquer novo desenvolvimento. [...] Vários foram às causas dessa inflação. A primeira foi a situação criada pela guerra, onde os vencimentos dos soldados e oficiais representavam uma enorme parcela. Também as encomendas de material de combate, armamento munições, fardamento, alimentação etc., exigem muito dinheiro. Outra causa importante derivou dos grandes saldos das exportações pelas quais o Brasil acumulou 600 milhões de dólares no exterior. Esses dólares não foram infelizmente utilizados para fins produtivos. Pelo contrário, foram empregados, através de uma importação desbragada e incontrolada, de mercadorias as mais inúteis, quinquilharias, objetos de matérias plásticas, bijuterias etc. que, transformaram em dinheiro, encheram os bolsos de importadores, quase todos estrangeiros, aliás, refugiados aventureiros, que enriqueceram rapidamente. Enquanto a Argentina usava esse saldo na compra de indústrias inglesas, de estrada de ferro, e na renovação do seu parque industrial, nós nos desperdiçamos como o novo-rico que não sabe o que fazer com o dinheiro. (BASBAUM, 1991, p. 160-161).

Getúlio, que atendeu aos interesses da burguesia nacional com a diversificação agrícola e o desenvolvimento industrial, além de consolidar as Leis trabalhistas, atendia os dois polos da vida econômica do país: os empresários e os trabalhadores. Acabou sendo pressionado pelas Forças Armadas, renunciando em 29 de outubro de 1945. O ministro do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a presidência entre 1945-1946 e conduziu novas eleições, então realizadas livremente e com o voto secreto.

Eurico Gaspar Dutra foi eleito Presidente da República com grande vantagem. Assumiu no mesmo dia em que se instalou a Assembleia Constituinte, dia 31 de janeiro de 1946. Promulgou a quarta Constituição republicana em 18 de setembro de 1946, Constituição que restabeleceu a responsabilidade do presidente e de seus ministros de Estado perante o Congresso Nacional e assegurou aos cidadãos o direito político, além de manter os direitos adquiridos pelos trabalhadores anteriormente no governo Vargas. Findou seu mandato em 1951, quando Getúlio Vargas reassumiu a presidência do Brasil, agora eleito pelo povo. Getúlio empreendeu projetos grandiosos, sendo um deles a criação da Petrobrás. Com a

agitação política e o atentado ao líder da oposição, o jornalista Carlos Lacerda, Vargas sofreu pressão de vários segmentos políticos para renunciar e, em 24 de agosto de 1954, cometeu suicídio no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, findando sua participação em vida na história do Brasil.

Em seguida, tivemos na presidência João Café Filho (1954-1955), que era o vice-presidente de Getúlio. Ele afastou-se da presidência por conta de um movimento político-militar desencadeado pelo General Teixeira Lott. Logo foi empossado Nereu de Oliveira Ramos (1955-1956), que dirigiu o Brasil sob estado de sítio até 31 de janeiro de 1956 e passou a faixa para o presidente eleito pelo povo, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Juscelino governou o País, de meados da década de 1950 até o início da década de 1960 e seu lema era “50 anos em 5”, ou seja, ele se propunha a consolidar e criar políticas para a aceleração do crescimento econômico do Brasil. O governo de Juscelino reassumiu o caráter desenvolvimentista, lançando projetos de grandeza considerável, tais como a construção da estrada Belém-Brasília, impulsionou a indústria automobilística, empreendeu também no setor hidrelétrico com as gigantescas obras de Furnas e de Três Marias, contribuiu para a expansão da Petrobrás. Mas sua grande realização, no entanto, foi a construção de Brasília. Depois, foi eleito Senador por Goiás e em 1964 foi acusado de corrupção, tendo o mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos, com base em acusações empreendidas pelos militares.

Da relação do contexto político-econômico com a educação, emerge um aspecto que está visível no âmbito do nacionalismo porque, ao mesmo tempo em que essa agitação político-econômica oportunizou um novo padrão de acumulo de capital³, trouxe novas perspectivas ideológicas, favorecendo a constituição de uma base comum: a crença real ou meramente proclamada de construir uma nova sociedade através da educação escolar. Assim, era preciso remodelar a escola. Com o Golpe de 1937, isso se revigorou e a industrialização trouxe a expansão do sistema educativo e a penetração efetiva da ideologia dos renovadores. Segundo Nagle, o ideário escolanovista esteve presente de um modo mais amplo e sistematizado nas reformulações de ensino do Ceará, de Minas Gerais e do Distrito Federal entre 1920 e 1930. A circulação desse ideário prosseguiu no pós-30, através

³ Padrão esse que passaria a depender substancialmente da ampliação do mercado interno, na consolidação do capitalismo.

de pensamentos e propostas renovadoras de políticos e educadores. Anísio Teixeira, por exemplo, batalhou intensamente para que o Estado assumisse a tarefa de reconstrução social através da instrução pública, obrigatória e gratuita (NAGLE, apud FAUSTO, 1989). Essas preocupações materializam-se tanto na reforma de Francisco Campos quanto na de Gustavo Capanema⁴.

A Reforma Francisco Campos teve como objetivo de um lado, no plano federal, retornar a hegemonia política; por outro, visava introduzir mudanças no campo educacional, como a ampliação ao acesso à educação, condições à busca de melhoria da qualidade do ensino. Inspirado nos princípios da Escola Nova, os reformadores mineiros almejavam superar o passado e construir um futuro grandioso. (BICCAS, 2008, p. 156).

Francisco Campos preocupou-se com o ensino superior, com o ensino secundário e com a organização da escola brasileira, tendo como norte a criação de um sistema nacional de educação. A partir do Decreto nº. 19.85, de 11 de abril de 1931, foi proposto para o ensino superior a instituição do regime universitário, pela implantação do Estatuto das Universidades Brasileiras; já pelo Decreto nº. 19.890, de 18 de abril de 1931, e o Decreto nº. 21.241, de 04 de abril de 1932, o proposto para o ensino secundário foi:

[...] dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e o outro complementar, e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. Estabeleceu normas para a admissão do corpo docente e seu registro junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública (ROMANELLI, 1986, p. 135).

Ainda conforme Romanelli (1986), o ensino comercial em nível secundário, que também foi reconstituído pelo Decreto nº. 20.158, de 30 de junho de 1931, ficando com dois ciclos, tendo no último ciclo caráter concluinte para os cursos de secretariado, guarda-livros e administrador-vendedor.

Conforme Piletti (1996), no Estado Novo, Gustavo Capanema lançou um novo conjunto de reformas educacionais: as Leis Orgânicas de ensino ou reforma Capanema, como é conhecida mais popularmente. As Leis Orgânicas abrangiam o

⁴ Não é propósito desse estudo o aprofundamento nas reformas, a ideia é de trazer ao leitor um panorama geral do contexto educacional no Brasil.

Ensino Industrial⁵, o Ensino Secundário⁶, o Comercial, o Ensino Primário, o Normal e Agrícola. Nesse período ficaram também bem definidas as competências dos governos Municipal, Estadual e Federal quanto às suas obrigações para com a educação. Outro destaque na Reforma de Capanema é a implantação da rede de ensino profissionalizante, passando pela criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, pela a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) instituído pelo Decreto-lei 4.481, de 16 de julho de 1942, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos industriais empregarem um total de 8% correspondente ao número de operários e matriculá-los nas escolas do SENAI⁷. Podemos destacar ainda o Decreto-lei 4.984, de 21 de novembro de 1942, que compelia as empresas oficiais com mais de cem empregados a manter, por conta própria, uma escola de aprendizagem destinada à formação profissional de seus aprendizes. Essa reforma ampliou os cursos para aperfeiçoamento, especialização, reciclagem e formação de professores. Assim, é considerável o entendimento de que existe uma relação interdependente entre o ponto de vista ideológico da União e a educação.

[...] a educação depende da política no que diz respeito a determinadas condições objetivas como a definição de prioridades orçamentárias que se reflete na constituição-consolidação-expansão da infra-estrutura dos serviços educacionais etc.; e a política depende da educação no que diz respeito a certas condições subjetivas como a aquisição de determinados elementos básicos que possibilitem o acesso à informação, a difusão das propostas políticas, a formação de quadros para os partidos e organizações políticas de diferentes tipos, etc. (SAVIANI, 1986, p. 89).

No período do pós-Estado Novo, as reformas que Capanema efetuou referentes aos Ensinos Primário, Normal e Agrícola continuaram se efetivando e os anos de JK consolidaram o ideário nacional-desenvolvimentista, com base no que Vargas e Dutra constituíram anteriormente. A esse desenvolvimento, JK deu um caráter transformador, seguindo a marca de seu governo, “50 anos em 5”. O presidente elaborou um Plano Nacional de Desenvolvimento, documento para nortear a atuação governamental, e nele as prioridades eram nas áreas de

⁵ Instituído pelo Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942, regulamenta o ensino industrial.

⁶ O Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942, regulamenta o ensino secundário.

⁷ Ainda pelo Decreto-lei 4.436, de 07 de novembro de 1942, amplia o âmbito do SENAI, atingindo também o setor de transportes, das comunicações e da pesca.

expansão dos serviços básicos de energia e transporte; industrialização de base; racionalização da agricultura; planejamento regional e urbano e, por fim, a educação.

O que emerge no governo de JK é o desenvolvimentismo. Mesmo com a prioridade do crescimento econômico, tinha que se ocupar da educação, já que era uma das ferramentas para o objetivo pretendido, conforme consta no Plano Nacional de Desenvolvimento que JK elaborou 1955:

[...] a Educação para o Desenvolvimento é o quinto tema básico de nosso Plano Nacional de Desenvolvimento. A formação de elites dirigentes capazes de interpretar com objetividade as peripécias de nossa luta pela conquista de um continente tropical e o processo histórico de nossa formação social, e de influir, com novas táticas, no destino dessa luta e desse processo: a educação de elites e de massas para a realização de novas tarefas, impostas por novas formas sociais e novas técnicas de vida econômica, eis o objetivo a que nos impelem as circunstâncias do momento que vivemos. A suscitação acelerada de uma inteligência numerosa e de alto padrão de cultura e objetividade, constituída de homens aptos a dirigir e criar, dentro das atividades econômicas de administração e de política, deve constituir motivo de um esforço planejado, que oriente nossa juventude para o campo das atividades de maior importância e para as profissões de que mais necessitamos. (OLIVEIRA, 1995 *apud* REIS; PADILHA, 2010)

O escolanovismo foi discussão que ultrapassou a esfera governamental. Os intelectuais da década de 1950 retomaram o Manifesto dos Pioneiros de 1932, pondo a discussão no seio dos debates entre liberais e progressistas, o que aferventou os anseios para a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, discutida desde o governo Dutra. De todo modo, é certo dizer que a construção do Brasil agora estava no Centro-Oeste.

A busca da unidade nacional tornou-se fio condutor do Governo Vargas, o que se transformou em urgência de que não era mais possível fugir. A ideia de construir um “Estado Nacional” era prioridade para Vargas. Mas, para tanto, precisava alavancar a nação que era só sertão e litoral, campo e cidade. A questão do mundo rural impunha-se, e a urbanização apresentava-se como solução para o projeto de Vargas. Para ele, o potencial estava no Oeste do País, nos estados de Goiás, Mato Grosso, Amazonas e Pará. É possível perceber esse movimento em Goiás, na própria revista, que apresenta dados do IBGE, tanto sobre a expansão de cidades quanto sobre escolas primárias e elementares. Esse movimento alargou em grande escala a construção de escolas no País.

A partir de 1937, Goiás transformou-se num estado produtor de alimentos para o Centro-Sul do país, o que aliviou duplamente o congestionamento dessa região, pois primeiramente diminuiu o êxodo rural nos grandes centros por conta da Marcha para o Oeste⁸, e depois pelo direcionamento que a Marcha imprimiria ao excedente demográfico contido nas fronteiras dos grandes centros econômicos. Outro marco goiano na inserção no movimento de unidade nacional foi a construção de Goiânia, nova capital do estado, buscando superar a realidade atrasada. O então governador Pedro Ludovico Teixeira⁹ trabalhou nesse projeto com obstinação, assinando, no dia 23 de março de 1937, o decreto nº 1.816, que transferia definitivamente a capital estadual da Cidade de Goiás para Goiânia e inaugurava a nova capital no dia 5 de julho de 1942, com o batismo cultural.

[...] os argumentos do interventor Pedro Ludovico Teixeira quando iniciou o embate pela construção de uma nova cidade-capital, construiu a representação que se tornaria dominante: sem uma nova capital, o estado de Goiás continuaria pobre, atrasado e, em consequência, desconhecido e ignorado. Uma nova cidade-capital, melhor localizada, sem os 'vícios' da centenária cidade de Goiás, dotada de infraestrutura adequada a um centro administrativo estadual moderno, enfim, era a única chance de superação possível. (PINTO, 2008, p. 3)

Com base nos estudos de Pinto (2008), é possível dizer que Goiânia surgia no centro do espaço geográfico do país como símbolo de civilização. Tratava-se de uma cidade que foi projetada segundo os parâmetros de um plano urbanístico nacional de arquitetura *art déco*, que confere sensação de monumentalidade. Exatamente o que os goianos ansiavam: uma nova história para a região, se posicionando como ícone de um Brasil desenvolvido, o que pode ser aplicado à afirmação de Jacques Le Goff sobre grupos que procuravam “[...] reagir perante seu passado [...] e projetar, para si, outro futuro” (LE GOFF, 1990, p. 48).

Pedro Ludovico retornou ao posto de governador do estado de Goiás, de 1951 a 1955, acompanhando, assim, o movimento desenvolvimentista de JK. A educação ainda continuava como a principal ferramenta para o progresso de Goiás, consolidando a própria relação da educação com a política. “Para continuar

⁸ A Marcha para o Oeste foi o programa oficial do Governo Vargas para a ocupação produtiva do interior brasileiro, ação fundamental para a unificação nacional idealizada pelo mesmo.

⁹ Dr. Pedro Ludovico Teixeira – fundador de Goiânia e por várias vezes governador do estado de Goiás.

garantindo a expansão da economia goiana, fazia-se necessário regularizar o mercado da força de trabalho, garantindo com isso as pré-condições necessárias a sua qualificação, pelo processo educativo.” (NEPOMUCENO, 1994, p. 33).

Como no restante do país, a educação era necessária aos interesses políticos, e em Goiás não foi diferente. No relatório do interventor Pedro Ludovico, enviado em 1933 à instância federal, retratando as condições em que se encontrava Goiás entre os anos de 1930-1933, a educação foi vista pelo interventor como aspecto de preocupação primeira, tanto que foi o assunto do primeiro capítulo do relatório. Segundo Napomuceno (1994), o Relatório apontou a existência de apenas seis estabelecimentos de ensino normal e três de ensino secundário, ressaltando que o Liceu de Goyaz era o único estabelecimento oficial equiparado de ensino secundário existente no Estado.

O governo de Goiás lançou como uma das suas primeiras medidas a criação de um Conselho de Educação que concentrava todas as medidas político-pedagógicas do estado; em seguida, efetivou as medidas que regulamentariam o ensino primário e o normal na tentativa de incentivar a boa formação do professor primário e a redução do analfabetismo. Além da regulamentação, Goiás se preocupou com a expansão do ensino normal, mas acabou estimulando a privatização, pois verificou-se, nesse período, o crescimento das iniciativas vinculadas à Igreja Católica, sobretudo na formação de professores. Outra medida de grande repercussão foi a contratação de professores do estado de São Paulo¹⁰, na versão laica do ensino goiano.

Dada expansão educacional, o governo deveria concentrar-se na construção de instrumentos para a circulação das modernas teorias educacionais, seus conceitos e métodos. A pedagogia da Escola Nova apresentou-se com um sentido de “ciência”, capaz de substituir currículos, procedimentos técnicos e metodologias da pedagogia vigente, inserindo um novo ideário de educação capaz de remover o atraso e promover o progresso material, que deveria assegurar para o estado de Goiás e para o País um lugar de destaque no cenário mundial (NEPOMUCENO, 1994).

¹⁰ Cf. Brzezinski (1987), Canezin e Loureiro (1994) e Nepomuceno (1994), uma das presenças que merece destaque é a da Missão Pedagógica Paulista, que efetivou a reforma educacional, promovendo cursos de aperfeiçoamento para professores e dirigindo a Escola Normal Oficial. Os professores paulistas também se responsabilizaram pela produção da Secção Pedagógica, suplemento publicado no Correio Oficial do Estado de Goiás.

1.5 A organização do trabalho

Após a compreensão teórica e a incursão pelos contextos, percebe-se a necessidade de se apresentar o Impresso, com todas suas rupturas e números ausentes. O exercício de descrever a Revista, apresentando os moldes em que o poder público fez circular o ideário escolanovista, ao mesmo tempo em que disciplina o olhar, também ensina a ler o impresso pedagógico como fonte de pesquisa, conferindo-lhe um sentido para a sistematização do trabalho. A organização foi feita por fases, definidas com base nos textos legislativos – decretos – que normatizaram a criação e reorganização da revista. Esses Decretos iniciam “fases” de circulação do impresso. Ou seja, as fases de circulação da revista desse trabalho têm início a partir de seus respectivos decretos.

A disposição deste estudo, “A Circulação do ideário escolanovista no estado de Goiás: A Revista de Educação (1937-1962)”, consta de uma introdução, três seções e considerações finais.

A introdução apresenta os enlaces teóricos e o percurso que constitui essa pesquisa.

Na primeira seção, “A Revista de Educação do Estado de Goiás: Primeira fase (1937-1944)”, consta a criação do Impresso Pedagógico Oficial do governo estadual e a propagação das novas perspectivas educacionais desse período. Evidenciando o exemplar de número 2, que foi especialmente dedicado à publicação e divulgação das teses apresentadas no Primeiro Congresso de Educação de Goiás, momento em que foi amplamente discutida a renovação da educação goiana nos termos da Escola Nova.

Já a segunda seção, “A Revista de Educação do Estado de Goiás: Segunda fase (1945 - 1958)”, destina-se a descrever como os princípios da Escola Nova foram assimilados e apresentados na segunda fase da Revista. Nesse período, o Impresso é reorganizado recebendo um novo nome, passando a se chamar “Revista de Educação e Saúde”.

A terceira seção, “A Revista de Educação do Estado de Goiás: Terceira fase (1958 – 1962)”, discorre sobre como a revista se reorganizou, com um decreto que ampliou e detalhou as finalidades do impresso, destacando os temas e assuntos mais recorrentes nessa fase da revista, evidenciando a técnica e o aperfeiçoamento

metodológico para os professores, permanecendo o espírito de renovação da revista. Por fim, apresentamos as considerações finais acerca deste trabalho.

2 A REVISTA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS: PRIMEIRA FASE (1937-1944)

2.1 A Revista de Educação e as “questões pedagógicas contemporâneas”

A criação da Revista de Educação, no estado de Goiás, remonta ao início da década de 1930, quando o Secretário de Interior e Justiça do Estado de Goiás, Dr. José Gumerindo Marquez Otero, criou a “Seção Pedagógica” no Correio Oficial, que foi dirigida pelo Professor José Cardoso. Segundo o Dr. Wilson Lourenço Dias, Secretário de Educação do Estado, em 1959:

[...] foi essa seção a precursora da Revista de Educação e História do Estado de Goiás, instituída pelo Decreto nº 3.482, de 12 de junho de 1933, que deixou de circular depois de uma fase de divulgação sobre as questões relativas à educação e à história do próprio estado. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 37, 1959, p. 25).

Nessa fase inicial, não se encontraram indícios sobre qualquer numeração, formato e/ou quantidade de exemplares da revista que tenha circulado. Por essa razão, a primeira fase da revista foi considerada a partir do exemplar de nº 1, publicado em 1937. Mas foi o ano de 1933 que marcou a criação da Revista de Educação, ano em que o Estado de Goiás preocupava-se em criar um Órgão Oficial que disseminasse as novas perspectivas educacionais que circulavam pelo País. A revista foi criada no ano seguinte à publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, pelo Decreto de criação nº 3.482, de 12 de junho e assinado por Pedro Ludovico Teixeira e José de Carvalho dos S. Azevedo. O Decreto dispôs, na íntegra, a seguinte redação:

Da criação de um órgão oficial do ensino que ventile as questões pedagógicas contemporâneas e dê curso a todas as resoluções oficiais que interessem á instrução primária, secundária e superior; Considerando que é cada vez mais sensível a lacuna da inexistência desse órgão; considerando que ela contribuirá, para o melhor aparelhamento do professorado, difundindo as teses pedagógicas mais palpitantes da atualidade despertando o interesse pelas novas conquistas do ensino e permitindo o intercâmbio de idéias de nossos professores e os professores das demais unidades da federação; considerando ainda que muitos lucrarão com a medida os corpos discentes do Estado, que terão o estímulo de ver divulgados os seus trabalhos dignos de menção; considerando que os atuais vencimentos dos professores não lhes permitem assinar outra revista pedagógica, que os coloquem a par dos progressos da pedagogia em nossos dias; considerando que, atendendo, patrioticamente, ao apelo da

Diretoria Geral de Interiores, a grande dos municípios goianos se prontificou a manter um órgão oficial de ensino, correspondendo cada prefeitura com a mensalidade de 10\$000; e considerando que não dispõe o Estado de uma revista histórica. e que incumbe ao Governo cultivar a história, despertando o interesse pelo seu estudo; Considerando o alto alcance da medida resolve:

Art. 1º - Fica criada, neste Estado, uma revista oficial de instrução, nos moldes da revista congênere de Minas Gerais, que se denominará Revista Goiana de Educação e História.

Art. 2º - Dita revista será mensal, devendo ser editada nas oficinas da Imprensa Oficial do Estado.

Art. 3º - O novo o órgão de publicidade terá como o diretor nato o Diretor Geral do Interior e vice-diretor, o Diretor do Liceu de Goiás.

Art. 4º - a assinatura da revista é obrigatória para todos os professores de institutos primários, secundários e superiores que deverão contribuir para a mesma com a importância mensal de um mil de réis (1\$000), descontado em folha. § único – Ficam isentos dessa contribuição os professores aposentados ou inativos.

Art. 5º - revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da presidência do Estado de Goiás, 12 de junho de 1933, 45º da Republica. (GOIÁS, 1933).

Em 1937, ano em que a revista começou a circular, o país vivia um momento de grande agitação política e econômica. Foi nesse período que se instalou o Estado Novo no Brasil. A Revista fez parte do conjunto de políticas articuladas durante o Estado Novo para dar visibilidade às ações do governo de Getúlio Vargas, bem como disseminar a ideia do homem devoto à nação e ao sentimento de nacionalidade. O Estado de Goiás movimentou-se no sentido de se colocar em destaque no cenário nacional como um dos grandes colaboradores no projeto de construção de uma nova nação através da educação escolar. Mas, para isso, era preciso remodelar a escola goiana. A situação da educação no Estado não era alentadora. Segundo o IBGE, em 1940, a população total do Estado era de 826.414 (oitocentos e vinte e seis mil quatrocentos e quatorze) pessoas. Dessas, 27,58% declararam saber ler e escrever e 72,42% declararam não serem alfabetizados ou não declararam nada (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 37, 1959, p. 37).

Em setembro de 1937, o Diretor Geral do Interior, Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, fez publicar o exemplar de número um, dando início ao que se denominou aqui como a primeira fase da Revista de Educação. Essa fase corresponde ao período de “[...] setembro de 1937 a junho de 1944 [...] sob os números de 1 a 21.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 37, 1959, p. 25). Dos 21

números publicados naquele momento, apenas três foram localizados no Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Quadro 1 – Mapa de números localizados – primeira fase (1937-1944)

MAPA DE NÚMEROS LOCALIZADOS – PRIMEIRA FASE (1937-1944)												
Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez.
1937												N.2
1938												
1939												N.9
1940									N. 12			
1941												
1942												
1943												
1944												
Exemplares do acervo do AHEG - Arquivo Histórico Estadual de Goiás												

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940).

Observando o quadro acima descrito, é possível dizer que nessa primeira fase os números foram sequenciados de 1 a 21. O primeiro número da revista (não localizado) foi publicado em setembro 1937, seguido do n. 2 (localizado) que foi publicado em novembro do mesmo ano. O próximo número localizado foi o de nº 9. Destaca-se que entre o nº 2 e o nº 9 estão ausentes seis números, o que evidencia uma lacuna de vinte e dois meses (1938-1939), apontando para uma média de publicação de um número a cada 3,6 meses.

No ano de 1940, foi localizada apenas a revista de nº 12. Os exemplares relativos aos nº 10 e 11 não foram localizados, o que representa uma lacuna de oito meses, a qual indica uma média de publicação de um número a cada quatro meses. Entre a revista de nº 12 (a última dessa fase que foi localizada) e a de nº 21 (o último número na primeira fase – não localizada), existe a lacuna de 50 meses (1941-1944). Nesse período, nota-se a ausência de nove números não localizados, o que representa uma média de um número publicado a cada 5,5 meses. Nesse período de 50 meses (1941-1944), não se tem informação ou qualquer indicação de como se deu a distribuição desses nove números.

Embora tenham sido localizados apenas três números dos 21 que compõem a primeira fase da revista (1937-1944), os dados observados indicam a carência da regularidade na periodicidade da Revista. O Art. 2º do Decreto de criação da Revista dispõe que a “Revista será mensal”, no entanto, nos três números localizados, a publicação se apresentou de forma bimestral. A Revista nº. 2 contempla os meses de novembro/dezembro de 1937, a de nº. 9 novembro/dezembro de 1939 e a de nº.

12 setembro/outubro de 1940. Ao se relacionar a quantidade de números da revista com a lacuna temporal, identifica-se que a média/mês para os números publicados variou bastante.

A primeira fase da revista perdurou por oito anos (1937 a 1944), com vinte e um números, os quais foram todos publicados pela Tipografia Popular J. Câmara e Irmãos - Goiânia. Sobre a tiragem, não se tem informação nem qualquer dado que permita levantar hipóteses acerca da quantidade de exemplares distribuídos por cada número publicado.

Um olhar mais atento sobre os três números leva à constatação de que há uma diferença entre o nome impresso na capa da revista e o que consta no Decreto de sua criação. Na capa da revista lê-se “*Revista de Educação*”; já no Decreto, a denominação é “*Revista Goiana de Educação e História*”, nome que não aparece em nenhum dos três números. Entretanto, na contracapa do exemplar de nº2 da “*Revista de Educação*”, consta o Decreto que a criou. Assim, pelo número do decreto que instituiu a revista é que se entendeu que se trata do mesmo periódico.

Quadro 2 – Aspectos físicos da Revista – primeira fase

ASPECTOS FÍSICOS DA REVISTA – PRIMEIRA FASE					
Número/ ano da revista	Mês/Ano da publicação	Encadernação	Cor	Capa/contracapa/ sumário /índice	Número de páginas
N. 2 (Ano 1)	Nov/Dez de 1937	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/não	50
N. 9 (Ano 3)	Nov/Dez de 1939	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/não	32
N. 12(Ano 5)	Set/Out de 1940	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/não	27

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940).

O quadro acima apresenta dados que auxiliam na compreensão dos aspectos físicos da Revista. O primeiro item “número/ano da revista” corresponde ao número da revista e o ano de circulação da revista. O exemplar de nº 2 foi publicado em 1937, no ano 1 – período em que a revista circulou. O exemplar de nº 9 foi publicado em 1939, correspondendo ao ano 3, momento em que a Revista circulou. E, por fim, o exemplar de nº 12, publicado em 1940, que corresponde ao ano 5. Esses dados corroboram o que já foi apresentado no quadro 1.

Quanto à periodicidade “mês/ano de publicação”, não há evidências de regularidade, como consta no Art. 2º do Decreto de criação, que organiza a Revista a partir de uma publicação mensal. Como descrito no quadro 2 e na informação presente na revista, a publicação seria bimestral. No entanto, não se pode afirmar

que essa bimestralidade tenha ocorrido com todos os exemplares, devido à escassez de fontes para análise, exceto os três números localizados. Os itens do quadro 2 referentes a “tamanho (cm) / encadernação, cor , capa/contracapa/sumário/índice e número de páginas” auxiliam na compreensão dos aspectos físicos do periódico.

Sobre a direção do novo órgão de publicidade, o Decreto de criação dispôs, no seu Art. 3º, que a Revista teria “como o diretor nato o Diretor Geral do Interior e vice-diretor, o Diretor do Liceu de Goiás.” (Decreto n 3.482). Dos três números localizados, apenas no exemplar de nº 2 constam os nomes do diretor e do redator da revista. Em relação à vice-direção, nada consta nos exemplares analisados.

Quadro 3 – Diretor e/ou Redator

Revista	Diretor e /ou Redator
N. 2	Diretor: Dr. Vasco dos Reis Gonçalves Redator: Professor Gentil Augusto Lino
N. 9	Não consta registro no exemplar
N. 12	Não consta registro no exemplar

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940).

De fato, o Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, Diretor Geral do Interior, foi também o diretor da revista. Conforme Ramos (1968), Gonçalves é natural da cidade de Bela Vista-GO e ingressou na Faculdade Nacional de Medicina (Rio de Janeiro) em 1922. Em 1927, já formado, retornou ao Estado de Goiás. Com a vitoriosa Revolução de 1930, passou a integrar um grupo de políticos que apoiava o interventor Pedro Ludovico Teixeira, na ideia de transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia. Em 1937, com o professor Gentil Augusto Lino, reativa a “Revista de Educação” (RAMOS, 1968).

O professor Gentil Augusto Lino foi redator da revista, sendo designado pela Diretoria Geral de Interiores para dirigir os trabalhos do I Congresso de Educação de Goiás. Durante o congresso, ele tratou dos aspectos relativos às diferentes concepções da Escola Ativa “[...] ora esmerilhando conceitos teóricos, ora ensaiando a prática, tendo com isso demonstrado uma alta aptidão didática a par de uma vasta cultura geral e pedagógica.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 15).

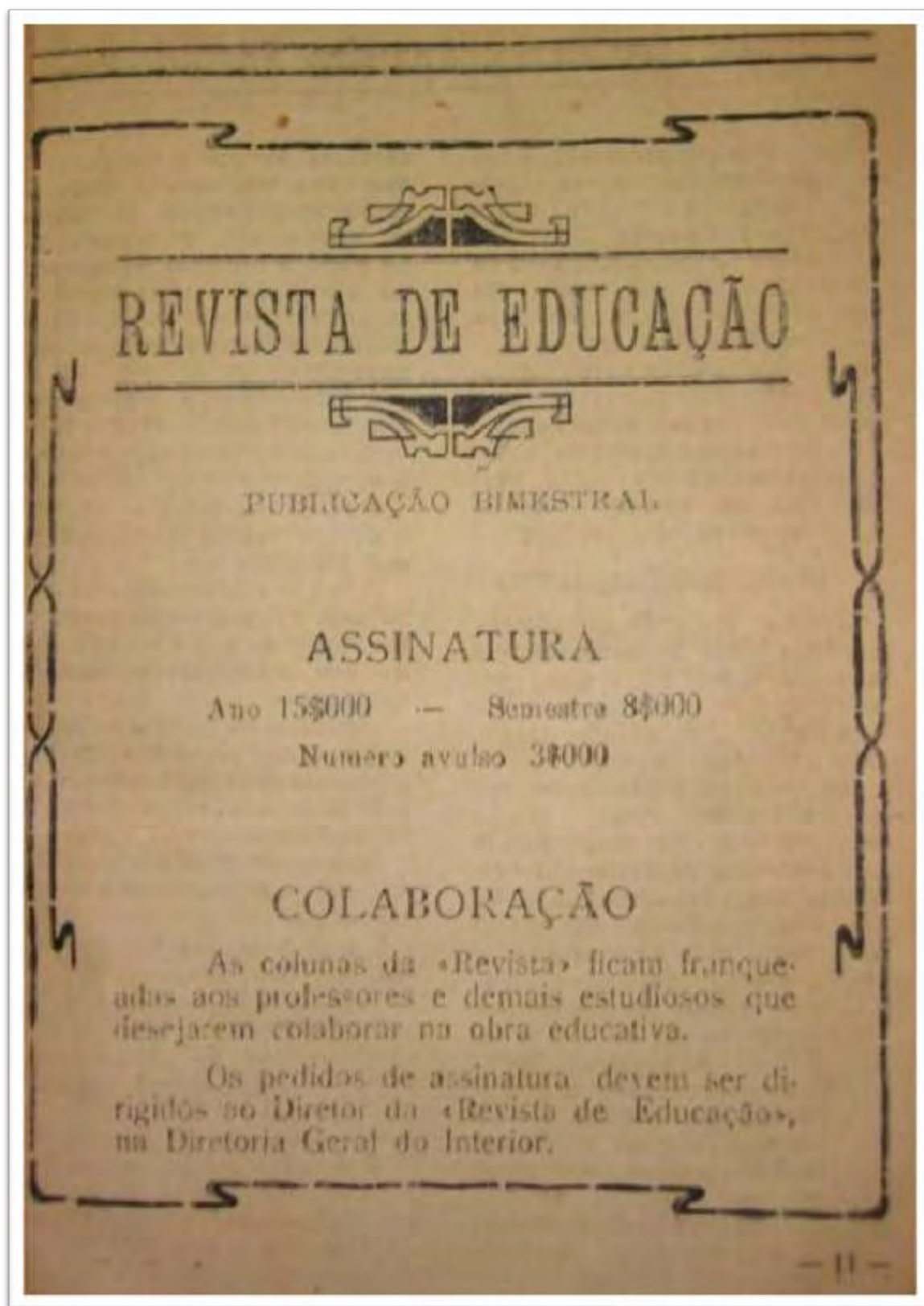
A revista constituiu-se como um instrumento de subsídio ao professor, fazendo circular e difundir as questões e teses pedagógicas em voga no período. Trata-se de um veículo que disseminou um novo paradigma para a educação

escolar, com a introdução do ideário da Escola Nova, sendo seu principal leitor o próprio professor. O Art. 4º do Decreto de criação da Revista dita sobre a obrigatoriedade da assinatura da revista “[...] para todos os professores de institutos primários, secundários e superiores que deverão contribuir para a mesma com a importância mensal de hum mil réis (1\$000), descontado em folha. § único – Ficam isentos dessa contribuição os professores aposentados ou inativos.” (GOIÁS, 1933).

Na figura que segue, é possível identificar o valor da assinatura anual de quinze mil réis (15\$000). A assinatura semestral correspondia a oito mil réis (8\$000), além do preço do exemplar avulso, que custava (3\$000), sendo, portanto, mais vantajoso obter assinatura anual. Havia diferenças com relação ao valor que constava no Decreto e os valores que se apresentavam na Revista. Pelo Decreto (1933), hipoteticamente o professorado investiria doze mil réis (12\$000) por ano, para receber a revista, que, segundo o próprio Decreto, era obrigatório.

Contudo, a adesão parecia não ser obrigatória, pois se fazia necessário que o interessado dirigisse o pedido de assinatura à Diretoria Geral de Interiores, escolhendo a forma de assinatura, se anual, semestral e até a compra de números avulsos.

Imagem 1 - Revista de Educação



Fonte: Revista de Educação (n. 2, 1937, p. 11)

Sobre os valores, a revista apresentou ainda uma tabela de preço para anúncios e ressaltava: “[...] só se aceitam anúncios que tenham interesse para o ensino ou para os professores.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, sem paginação).

Quadro 4 – Valores para publicação na Revista

NA CAPA- lado externo -1 página	120\$000
$\frac{1}{2}$	(ilegível)
$\frac{1}{4}$	35\$000
lado interno- 1 página	80\$000
$\frac{1}{2}$	50\$000
$\frac{1}{4}$	30\$000
EM PÁGNAS SUPLEMENTARES	
lado interno- 1 página	60\$000
$\frac{1}{2}$	40\$000
$\frac{1}{4}$	25\$000
Para publicar por 3, 6, 9 e 12 vezes, haverá desconto de 10,20. 30 e 40 por cento, respectivamente. Os anúncios no corpo da revista em forma de artigo pagarão preços especiais previamente combinados.	

Fonte: Revista de Educação (n. 2, 1937)

A assinatura assegurava ao “franqueado” o direito à publicação de artigos educacionais na própria revista. Portanto, a maioria dos colaboradores eram assinantes, incluindo pessoas de outros estados. No quadro a seguir, constam os nomes e funções dos colaboradores que publicaram nos três números e a quantidade de artigos publicados. Os três números somaram um total de quarenta artigos. Desses, trinta e um artigos tinham a assinatura do autor e nove não constavam autoria. Nesse aspecto, identificaram-se vinte e cinco colaboradores que publicaram nos três números da Revista. Não foi possível dimensionar estatisticamente o número de colaboradores e tampouco a quantidade de artigos publicados por esses.

Quadro 5 – Colaboradores dos números localizados da primeira fase

COLABORADORES DOS NÚMEROS LOCALIZADOS DA PRIMEIRA FASE	
Autor – Nome/ função	Número de colaboração
A.A. Fleury/Catedrático de química do Liceu de Goiás	01
Alice Aquino/ Professora	01
Amália Hermano Teixeira/ Não consta	01
Costa Rego / Não consta	01
Cristina Dias/ Professora técnica de Minas	01
Dr. Máximos Domingues/ Não conta	02
Dr. Vasco dos Reis/ Secretário Geral de Interiores	02
Dr. Victor Coelho de Almeida/ Não consta	01
E. F. Kunicki/ Professor	01
Gentil Augusto Lino/ professor e redator da revista	01
Geraldo Valle/ Não consta	01
Graziela Felix de Sousa /Professora em Pires do Rio	01
Iveta Cunha Campos/ Não conta	01
Jandira Hermano/ Não consta	01
Laurinds S. de Oliveira Moura/ Não conta	01
Maria de Lurdes Lisboa e Castro/ Não conta	01
Maria M. Saldanha/Não conta	01
Modestina das Dores Fonseca/ Não consta	01
Ophelia S. do Nascimento Monteiro / Profa de Didática da E. Normal Oficial	02
Pedro Celestino da Silva Filho / Professor	01
Prof. Hélio Pova /Chefe do serviço de Nutrição da Policlínica do Rio de Janeiro.	01
Sostenes Vasconcelos/ Professor	01
V. de Almeida/ Não consta	01

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940)

As abreviações dos nomes e a nomenclatura do cargo ou função dos colaboradores foram dispostas no quadro conforme aparecem na revista. Dos vinte cinco colaboradores, apenas doze, indicaram cargo ou função referente à educação; dos outros treze, não constam a indicação do cargo e/ou função.

2.2 Conteúdos e Seções

O conteúdo do segundo número da Revista estava vinculado ao Primeiro Congresso de Educação de Goiás, realizado no dia 20 de outubro de 1937, na cidade de Goiânia, pelo então Governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira. Esse congresso foi considerado, na ótica de Vasco dos Reis, a pedra fundamental “rumo à escola renovada”.

Nas revistas de número 9 e 12, os artigos dedicavam-se à discussão sobre os programas de Ensino na Escola Nova, a utilização dos testes de inteligência, a organização das classes, a escolhas do livro didático, discussões sobre a cultura geral do professor, os discursos de formatura, planos e sugestões de aula em diferentes disciplinas, como, por exemplo, na Geografia e Português, além das

novas medidas e modificações na legislação. Observando os sumários, com exceção do exemplar de nº 2, que não apresentava uma estrutura de seções por se tratar de um número especial ligado a um evento específico, os exemplares de nº 9 e de nº 12, por sua vez, compartilhavam da mesma organização editorial.

Quadro 6 – Seções da Revista

SEÇÕES	N. 2	N. 9	N. 12
Colaboração	-	X	X
Discursos	-	X	X
Transcrições	-	-	X
Programa	-	X	-
Legislação	-	-	X
Noticiário Escolar	-	X	X
[X] presença [-] ausência			

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940)

Percebe-se que, quase todas as seções estavam presentes nos dois números 9 e 12. Compreende-se que a estrutura organizacional era baseada de fato em seções. O que não se pode afirmar que isso se efetivou nos números não localizados.

2.2.1 A Escola Nova na Revista de Educação

A Revista foi um Órgão Oficial do Ensino que difundiu as novas questões pedagógicas e todas as resoluções Oficiais pertinentes ao Ensino Primário, Secundário e Superior do Estado. Tratava-se de um veículo onde o poder público estadual dava, a saber, sobre o movimento da “Escola Nova”.

O segundo número da revista apresentou uma formatação especial, pois se dedicou ao primeiro Congresso de Educação de Goiás. “Nesse segundo número se consignam, em parte, as atividades desenvolvidas através das sessões do Congresso [...] fosse maior as proporções da Revista mais conteúdo teria para publicar.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 1). Nesse congresso, foram abordadas as novas medidas e ações necessárias para a implantação do novo programa educacional do Estado, rumo à escola renovada. As pretensões do programa, de modo geral, segundo consta na revista eram:

1. Dar a Escola Primária do Estado todas as possibilidades da educação integral, física moral e intelectual do homem, de acordo com as exigências do meio. 2. Escolher dentre a elite de professores um corpo de técnicos para orientação e administração escolar. 3. Criar a Escola Rural adaptada às condições sociais e econômicas do meio e instituir em todo o Estado a Escola Nova ou Renovada. 4. Criar um Curso de aperfeiçoamento para os candidatos ao Magistério Primário e Normal para formação de um professorado a altura das exigências da Escola Nova. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 8-9).

A seguir, a revista de nº 2 apresentou a súmula das teses discutidas no Primeiro Congresso de Educação de Goiás. O congresso foi dedicado à implantação da Escola Nova no estado, especialmente no ensino primário.

- Primeira tese -

A Escola Nova desenvolverá em todo o Estado através de palestra, conferência, artigos para imprensa, organizações de instituições escolares, adoção de métodos especializados para os Grupos, formação de bibliotecas, intensa política educativa que integre à escola no ambiente brasileiro, adaptada a fisionomia de cada meio, suas normas de vida e trabalho, possibilidades específicas e condições gerais.

- Segunda tese -

Reclamam, pois os congressistas que representaram a elite do professorado goiano, as seguintes providências que pedem sejam imediatas ou mediatas, segundo um senso de realização estabelecido pelo Governo, no surgimento do ensino primário do Estado:

- a) Que seja criado um corpo de orientadores técnicos, composto pela elite do professorado goiano, para coadjuvar os diretores e professores no advento da Escola Ativa;
- b) Que seja elaborado um plano de orientação técnica para as Escolas previdente quando a natureza do meio;
- c) Que criem em cada Escola Primária, bibliotecas para professores e alunos de caráter ativo, com obras indicadas pela Chefia técnica do Ensino;
- d) Que se organize em cada Grupo Escolar um museu especializado;
- e) Que se desenvolva intensivamente o ensino Rural no Estado;
- f) Que sejam fundados Clubes escolares ao lado do agrícola;
- g) Que sejam fundadas caixas escolares de feição cooperativista;
- h) Que sejam criados nas Escolas os círculos de pais e professores;
- i) Que sejam criados os refeitórios escolares;
- j) Que seja criado o cargo de professor de educação física;
- k) Que seja criado um serviço de assistência médica e dentária nas escolas;
- l) Que seja criado o cargo de professor estagiária
- m) Que seja criado em todos os Grupos escolares, o quarto ano primário;
- n) Que seja criado o cargo de professor assistente, para organizar a escrita do Grupo, dar aulas e cuidar do asseio e saúde de todos os alunos;
- o) Que seja fundada em Goiânia uma Escola de Aperfeiçoamento. Mas antes disso, para atender as necessidades do momento, fundar nesta mesma Capital um curso de Pedagogia prática para professores em exercícios;
- p) Que seja criado um premonitório para as crianças tendentes a delinqüência, que não pode freqüentar a escola comum;

- q) Que seja criada uma sub-diretoria de ensino em o Norte do Estado dirigida por um orientador técnico;
- r) Que seja instituído prêmios para os professores que mais se salientarem na organização da Escola Ativa
- s) Que seja instituídos concursos para provimento das cadeiras das escolas secundárias, normais e primárias, sendo que a professora portadora de certificado do curso prático de pedagogia fiquem dispensadas do referido curso;
- t) Que seja aumentado os vencimentos dos professores primários de acordo com um senso de aproveitamento estabelecido;
- u) Que seja criado em cada Grupo Escolar uma sessão de avicultura;
- v) Que seja criado em cada Grupo Escolar, uma escola de Escoteiros;
- w) Que seja criada um posto de higiene escolar pelas prefeituras, custeado pela verba da Assistência Social;
- x) Que seja instituída a semana fazendeiro;
- y) Que se enviem para educandários especializados, nossas crianças que revela forte tendência para artes;
- z) Que se adote em todos s Grupos Escolares, escolas isoladas complementares, o método intuitivo;
- aa) Que haja um rigoroso senso estatístico dos trabalhos rumo á Escola Nova;
- bb) Que se abra um concurso para a escolha do melhor livro de leitura que há de ser adotado em nosso Grupo escolar no 3º e 4º ano livro este que deverá ser escrito dentro de um senso didático para as series a que se destina, trazendo, da maneira mais atrativa possível, a descrição de nossa majestosa natureza: riqueza mineral, vegetal e animal, que fale de nosso feito heróico. Enfim que aborde Goiás em todos os seus aspectos. Ao vencedor será oferecido valioso premio. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 9-11).

A terceira tese ocupou-se em definir as finalidades da Escola Primária e sua função social.

- Terceira tese-

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PRIMÁRIA

- 1) – Os principais fins da escola primária.
 - a) Sua orientação pedagógica
 - b) Sua unidade didática
 - c) Sua relação com os pais e governo
- 2) – O que um Grupo Escolar deve possuir e manter
 - a) Material didático conveniente
 - b) Um corpo docente reunido em uma congregação
 - c) Uma biblioteca para alunos e outra para professores
 - d) Um museu organizado
 - e) Um tabuleiro de areia
 - f) Um refeitório
 - g) Um arquivo para alunos
 - h) Uma caixa escolar
 - i) Um terreno pelo menos com um hectare de terra
- 3) – Deve manter
 - a) Material didático
 - b) Um Clube Agrícola
 - c) Uma Escola de Escoteiros
 - d) Uma sala consagrada ao município
 - e) Estreitas relações com seu orientador técnico
 - f) Constante intercambio com a prefeitura municipal

- g) Disciplina baseada na obediência ativa
- h) Um livro para as impressões do assistente técnico
- i) Horários de acordo
- j) Um rigoroso controle em todas as escritas da Escola. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 28).

Na quarta tese, o eixo de análise foi dedicado à figura do diretor da escola Primária e sua função diante da nova perspectiva educacional.

- Quarta tese -
PAPEL DO DIRETOR NA ESCOLA

- 1) Como a organização da escola é presa a uma organização geral - o diretor é um <líder> que exerce uma autoridade derivada. Interpreta as ordens das autoridades supremas, conforme a lei da situação.
- 2) O diretor precisa ser DOUTRINADOR – aquele que conhece a fundo o objetivo da organização que dirige e que saiba transmitir o conhecimento quando necessário.
- 3) Conhecimento que o diretor deve ter:
 - a) Bases de organização: coordenação – integração das partes num todo. O diretor é o agente coordenador.
 - b) Delegação de poderes: divisão e atribuição de trabalho.
- 4) Aspectos de uma direção
 - a) Obediência cega: direção mecânica, que não produzirá resultado algum.
 - b) Compreensão: cooperação inteligente de resultado sempre benéfico.
- 5) Faces do problema que lida
 - a) Função da escola primária: amadurecimento intelectual do aluno.
 - b) A saúde das crianças
 - c) Médicos, educadores, higiene geral e individual
 - d) A Didática
- I – o diretor também é um orientador
- II – o diretor responde por todos os resultados
- 6) Os sentidos da expressão (os métodos dos projetos)
- O diretor não pode se desinteressar do que constitui sua função: projetar.
- Todas as experiências que tendem a melhorar o ensino devem merecer o apoio e o interesse do diretor se inquietasse nem deve ser um burocrata passivo e cumpridor de ordens.
- 7) Qualidades que um diretor deve possuir
 - a) Inteligência
 - I – Ser bastante forte para conhecer coisa diversa do que existe
 - II – força de espírito
 - III – capacidade de trabalho
 - b) Critério – prudência, senso prático ou bom senso. Senso de medida – senso da oportunidade e possibilidade.
- 8) Superioridade – Cultura geral (embora sem especialização técnica)
- 9) Vontade – coragem para iniciativa, coragem com as responsabilidades.
- 10) Entusiasmo e convicção.
- 11) Paciência – para ouvir, dirigir, suportar, orientar, coordenar e apaziguar. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 28-29).

A quinta tese debruça-se sobre os fundamentos da Escola Nova. Nessa nova perspectiva educacional, a criança é o centro das preocupações e atenções no que se refere ao processo ensino-aprendizagem.

- Quinta tese -

A PERSONALIDADE DA CRIANÇA

- 1) A criança não é um adulto em miniatura
- 2) O interesse é a criança
- 3) O perigo dos complexos
- 4) A formação do caráter
- 5) Os problemas biológicos da criança
- 6) A obediência ativa e passiva
- 7) O professor e as histórias
- 8) Os professores precisam conhecer a família das crianças
- 9) Crianças degeneradas (taras mórbidas)
- 10) A homogeneização das turmas pelo teste de escolaridade
- 11) Fichários dos alunos
- 12) A mentira das crianças (tendência para a cleptomania)

O professor deve conhecer bem psicologia experimental

- a) A função ativa da biblioteca dos professores
- b) O professor e a classe
- c) Dificuldades de seleção
- d) Inteligências precoces. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 29).

Nas conclusões da quinta tese emergem a formação do professor e as novas exigências que se impunham. O artigo “Novo rumo a Escola Primária em Goiás”, escrito pela professora Graziela Felix de Sousa, da cidade de Pires do Rio, destaca:

A dificuldade que tem sido enorme barreira para o progresso da educação em nosso Estado, é a falta de método, ou melhor, a lamentável dificuldade pedagógica dos nossos professores [...] Daí, a necessidade da criação imediata de uma escola de aperfeiçoamento em Goiânia, dirigida por técnicos, na qual os professores, disseminados pelo Grupo Escolar do Estado, devidamente escalados pelo Governo, possam fazer curso de especialização, e que esse estabelecimento adote, como o de Minas Gerais, a Escola Ativa. Sim, a escola Ativa ou moderna é a que deve substituir o empirismo didático reinante nas escolas. E que esse instituto empregue oficialmente um método único para ser rigoroso somente observado em todos Grupos Escolares e para ser ensinado aos que cursam as nossas escolas normais. Em Minas, o método oficial é o Global. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 40).

Complementando a preocupação com o aperfeiçoamento do professorado, o redator da Revista, professor Gentil Augusto Lino, aconselha as professoras a leitura das seguintes obras:

- La educacion activa, José Mallart y Cuto
- Didático General, A. y. J. Schleder
- O método Decroly, Amelia Hemaide.
- Teoria sobre La educacion, La Leitura, Madrid
- Escola Nova, Lourenço Filho.
- Les Enfants Anormaux, Afred Binet et Th. Simon.
- Vida e Educação, John Dewey
- Educação e sociologia, Emile Duhein.
- Hereditariedade em face da educação, Otavio Domingues
- El Alma del educacion y el problema de La formacion del maestro, Georg Kerschensteinei.
- Como se ensina a Geografia. A. F. Proença.
- História da educação, Afrânio Peixoto
- Teste de inteligência. Binet ET Simon
- Técnica da Pedagogia Moderna, Evrealdo Bacheuzer
- Teste de organização escolar, Isaias Alves
- La Teoria de La estrutura, Kurt Kolke
- La inteligencia y La conducta, John Dekey
- Educação para uma civilização em mudança, Wiliam Heard Kilpatrick.
- Orientação Profissional, J. Ruttimann
- Educação Funcional, Ed. Claparedee
- Temperamento e Caráter, Henrrique Geen.
- Pedagogia experimental, W. A Lay
- Psicologia del Niños, Domigos Barnes.
- O mundo Interior, Farias Brito.
- Jogos educacionais, Drecoly e Mile Monchamp
- Didatica de La Escuela Nueva, A. M. Aguayo
- Sociologia, Delgado de Carvalho
- Os Centros de interesses na Escola, Abiner de Moura
- Projeto da Escola Nova (Projet d'ecole Nouvelle, Ad. Ferriere)
- Democracia e Educação, Jonh Dewey.
- O Emilio, Rousseau.
- Psicologia, José Ingeneiro.
- Revista de Educação do Estado de S. Paulo.
- Revista de Educação do Estado de Minas Gerais.
- A Escola Ativa, Firmino Costa.
- Aprender a estudar, Firmino Costa.
- Lições de Pedagogia, Bonfim. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 31).

A sexta e última tese centrou-se na análise da saúde na escola. Trata do problema da “Saúde pela Escola Primária”, cujo foco é o de instruir o professor a “[...] aproveitar a oportunidade do trânsito da criança pela escola, para incutir-lhes hábitos e noções de higiene influenciando em seu próprio lar.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 29). A sexta tese recomendava que a escola tivesse vigilância constante sobre a saúde do aluno. Ao diretor caberia fazer inspeção diária na entrada e na saída, reconhecendo pessoalmente cada aluno. E ainda tratar da

assistência escolar e cumprir com o dever do Estado em oferecer assistência médica, dentária, higiênica e verificar a necessidade de assistência alimentar para a criança. Nesse sentido, havia a recomendação para o cultivo de hortas.

A sexta tese ainda dispunha sobre a assistência financeira para o vestuário e material escolar, além de ressaltar a necessidade de se manter as escolas em boas condições de instalação, primando, dessa forma, pela conservação da saúde. A tese defendia a integração do Estado, do Município e das instituições particulares para alcançar a “Saúde na Escola”.

A partir dessas teses, os princípios de renovação do Ensino Primário no Estado de Goiás ganharam destaque. No artigo: “Reflexões sobre o Congresso e as necessidades de nosso aparelho educacional.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 12-14), o texto menciona as expectativas dos congressistas na elaboração de um plano de trabalho que fosse eficaz no cumprimento dos anseios apontados em súmula. Assim, na primeira parte do artigo, está presente o posicionamento da elite do professorado goiano, que atribuirá o sucesso ou o fracasso da implantação de um novo programa à construção de um plano de trabalho eficaz, desde que integre a administração municipal, o “Grupo” (a elite do professorado e o Governo estadual) e os pais.

Na segunda parte do artigo, constam as considerações finais da Diretoria Geral do Interior (poder público), no concernente aos acordos estabelecidos entre o poder público e o professorado. Cumpre assinalar que a Diretoria acatou as sugestões dos professores congressistas, ressaltando, entretanto, que no estado de Goiás havia tudo por fazer. Nesse sentido, a diretoria explicou que as ações não deveriam ser colocadas, segundo Vasco Reis, “debaixo da técnica”, uma vez que, para atingir o objetivo de renovação educacional, era preciso tempo e perseverança, “tudo precisa de tempo”. Como disse ele: “Esperem os Srs. governadores municipais as providências que surgirão, pois hão de estar elas dentro da mais restrita realidade”. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 14).

A Diretoria Geral do Interior reiterou que a primeira ação tomada seria a realização do levantamento sobre a realidade educacional das diferentes localidades. Dessa forma, a transformação educacional do Estado aconteceria por meio do “grandioso” trabalho “intensivo e extensivo”, conforme anunciava Vasco Reis, em consonância com o que ficou demarcado no congresso:

As teses apresentam aqui a convicção de que o magistério primário de nossa terra vem trabalhando com entusiasmo e patriotismo para elevar o nível intelectual de nossa gente, honrando as tradições herdadas dos antepassados e concorrendo assim para o progresso moral e intelectual de Goiás. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 34).

A questão do professor também foi pauta de artigo publicado pela professora Amália Hermano Teixeira, uma das protagonistas na disseminação da Escola Nova no Estado de Goiás, na revista de nº 9, sob o título “Programa do Ensino na Escola Nova”. O texto da professora revela, de certo modo, uma das perspectivas que o poder público tinha com relação à implantação da Escola Nova.

A criança, até então abandonada, passa a ser objeto de estudos sistematizados. Métodos, modos e formas de ensino são deixados, ou melhor, são modificados. As preciosas obras de Sócrates, Pestalozzi, Decroly, Herbart, Rousseau e pedagogos outros antigos são chamados a colaborar na grande obra de reorganização pedagógica. Bem sabemos nós, foram dos grandes filósofos e educadores do passado as teorias em que basearam os princípios da Escola Nova. E unidas, de mãos dadas, a Psicologia Educacional, a Biologia, a Sociologia e a pedagogia formaram o alicerce sobre o qual se levanta segura, vitoriosa, a escola de nossos dias. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 9, 1939, p. 7).

As duas outras revistas apresentam seu conteúdo em sete seções: colaborações, discurso, transcrições, programa, legislação e noticiário escolar. Pretendeu-se verificar qual o conteúdo que habita cada seção.

2.2.2 Colaborações

A revista reuniu artigos que tratavam de diversos assuntos, tais como a organização das classes primárias, a importância de escolher um bom livro didático, ressaltando como boa opção a escolha dos livros de Abílio Cesar Borges – o Barão de Macaubas, como ainda o debate sobre a situação dos Programas de Ensino na Escola Nova.

[...] esses sofrem uma imensa modificação, basta atentarmos na maneira pela qual são encaradas em ambas as escolas: a tradicional e a nova. A importância a ela atribuída na escola livresca desaparece quase na escola Ativa. Aqui os programas apresentam as linhas mestras do ensino a ministrar, sugestões, conselhos, etc. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 2, 1937, p. 7).

Versos que tratavam de religião, amor filial, amizade, domínio próprio, justiça, reflexão, confiança, tolerância, raciocinar bem, previdência (estudar a ação dos atos, antecipadamente), modéstia, regime (emagrecimento), reserva (resguardar-se), ponderação, vida interna, elevação, oração, iniciação, clarividência, poder oculto, finalidade também compunham a Revista. Essa seção ainda apresenta planos de aula e sugestões de trabalho em diversas disciplinas. Abaixo o relato de uma professora publicado pela Revista:

[...] nos primeiros dias de aula eu divirto a criançada com pequenas palestras. O fim dessas palestras é cativar a confiança dos meus diletos alunos [...] procurando com que eles percam naturalmente a timidez da escola que pela primeira vez freqüentam, obrigando-os a formularem frases, colocando especialmente as palavras que mais comumente viciam: como, por exemplo, lá em vez, de está ondê, comê, em vez de onde, como, etc.

A professora pergunta:

‘Qual seu nome, menino? – Miguel

- E você, minha menina? Amélia’

‘A professora: Desejamos ver agora, quem me responde isso mais direitinho, mesmo como eu pergunto. (repito a pergunta frisando o verbo para que as crianças respondam)

- Chamo-me Miguel

Muito bem, é assim mesmo que devemos responder (repito inúmeras vezes focando igualmente em cada aluno).

- Edna gosta de flores?

- Gosto

- Gosta de que?

- De ver flores?

- Diga isso direitinho, Paulo: Quem gosta de ver flores?

- Edna gosta de ver flores.

- Todos vocês gostam de ver flores?

- Eu gosto... eu gosto...

- Vamos falar assim:

- Nós gostamos de ver flores

Nós quer dizer eu, você, Amélia, você Miguel, você, José e todos vocês. Então como é a responde?

- Nós gostamos de ver flores.’

‘A professora: faço essas correções de modo a não desanimar a criançada, mostro-me sempre contente [...] pelos clichês levo as palestras de maneira que parece com as primeiras atividades do livro adotado. Por serem as lições desse livro muito repetidas e pequenas julgo desnecessário demorar a entrega aos alunos. Por isso, após vinte dias primeiro de aulas, faço a entregados livros’. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 12, 1940, p. 5- 6).

Sobre planos de aula, a Revista publicou a experiência de outra professora.

P – Paulo e Corina, estes dois meninos que você vê aqui, são irmãos. Voltam da chácara da boa avozinha, onde passaram as férias. Estudaram bastante: é justo que se divirtam.

P – Quem saberá dizer-me quem são e como se chamam estes dois meninos?

(sinal dos alunos)

P – Responda José.

A – Estes dos meninos são irmãos, o menino chama Paulo, a menina Corina.

P – Está correta a frase do José? Quem souber corrigir-la de sinal.

A – O menino chama-se Paulo, e a menina chama-se Corina.

P – Muito bem, já lhes expliquei que é erro grave dizer-se : - chamo Maria, você chama Antônio.

P – Agora quero que vocês digam o nome da avozinha.

A – A avozinha chama-se d. Maria.

P – Vamos dá nome a fazenda.

A - A fazenda chama-se Palmital.

P – Prestem atenção: quero que vocês me digam o nome de todas as coisas existentes neste gravura (Indica os motivos da gravura)

A – cavalinho, chácara, casa, terreno, plantações, pomar, arvores...

P – Todas as palavras que vocês acabaram de dizer indicam uma pessoa, uma coisa, são nomes de pessoas ou coisas. Paulo é nome de pessoa, casa é nome de coisa, Palmital é nome de lugar, Corina é nome de...

A – Pessoa

P – Vão dar, agora, muitos exemplos de nomes de pessoas

P – Diga Paulo.

A – João, Pedro, Antônio

P – Agora nomes de coisas

A – Cadeira, banco, mesa

P – Agora nome de lugar.

A – Brasil, Goiás, Goiânia, Itaberaí

P – os nomes das coisas ou pessoas chamam-se... Prestem atenção, vou escrever no quadro (Escrever com letra bem legível).

SUBSTANTIVO

P – A palavra casa é um substantivo porque é nome de coisa, a palavra Corina é substantivo porque é nome de pessoa, a palavras Palmital é substantivo porque é nome de lugar. Substantivo é, pois, a palavra que nomeia as pessoas e as coisas. (escrever a definição em um dos ângulos do quadro). Substantivo é a palavra que nomeia todos os seres.

P – As pessoas e as coisas também se chamam seres, por que ser é tudo que existe, agora, João, venha ao quadro, e escreva o nome de todas as pessoas da história de Paulo e Corina.

A – (escrevendo) paulo...

P – Lembre-se, João, do que ensinei na lição passada, o nome Paulo pode ser dado a todos os meninos?

A – (corrigindo) Paulo...

P – Assim, todo nome de pessoa ou de lugar deve ser escrito com inicial maiúscula. Tenho ensinado, muitas vezes, que inicial é a primeira letra da cada palavra o nome das coisas dos animais só se escreve com iniciais minúsculas, quando vem no principio da frase, nos demais casos devem ser escrita com letras minúsculas. Compreenderam? (depois no horário de linguagem escrita, faremos exercícios sobre a lição que acabamos de estudar). (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 12, 1940, p. 12-13).

A Revista orientava ainda sobre os benefícios da alimentação, destacando 10 leis para viver melhor.

Imagem 2 - Revista de Educação



Fonte: Revista de educação (n. 12, 1940)

2.2.3 Discurso

Essa seção consta de apenas um artigo na revista de número 2. Trata-se de um discurso de paraninfo proferido pelo *Secretário Geral de Interiores*, Dr. Vasco dos Reis e, na revista de número 12, trata-se um discurso da Diretora do Grupo Escolar de Bonfim, Sra. Maria de Lurdes Lisboa e Castro, em que presta homenagem ao dia da árvore (21 de setembro).

2.2.4 Transcrições

A seção está presente apenas no exemplar de nº 12, com dois textos que, aparentemente, são transcrições de outro autor. Mas não se encontrou nada que confirme que se trata de transcrições de textos de outros autores.

2.2.5 Programa/ Legislação Escola

Na seção “Programa”, a revista publicou, no exemplar de número 9, o Programa da Escola Complementar, que se encontra no anexo I. Com referência à “Legislação”, essa só foi encontrada em apenas um número, o 12; a mesma dispunha sobre Decretos que tratam de transferência de data de provas das Escolas Normais do Estado, regimento do Conselho de educação do estado, entre outras providências.

2.2.6 Noticiário Escolar

Nessa seção a revista apresentava notícias de acontecimentos educacionais dos mais variados temas, notícia sobre concursos e medidas do governo para melhorar os aspectos administrativos relativos à educação. Tratava-se de uma seção que buscava atualizar o professor acerca dos acontecimentos educacionais do Estado.

Quadro 7 – Seção Colaborações

SEÇÃO COLABORAÇÕES		
AUTORES	ARTIGOS	REVISTA
A.A. Fleury/ <i>Catedrático de química do Liceu de Goiás</i>	Livros Didáticos	N.9
Amália Hermano Teixeira/ <i>Não consta</i>	Programas do Ensino na Escola Nova	N.9
Dr. Victor Coelho de Almeida/ <i>Não consta</i>	Versos áureos pitagóricos de Lysis	N.9
Ophelia S. do Nascimento Monteiro / <i>Profa de Didática da E. Normal Oficial</i>	Testes	N.9
Cristina Dias/ <i>Professora técnica de Minas</i>	Organização das classes primárias.	N.9
Jandira Hermano/ <i>Não consta</i>	Testes	N.9
<i>Não consta</i>	Férias escolares (nota/ aviso)	N.9
Costa Rego / <i>Não consta</i>	O recenseamento	N.9
E. F. Kunicki/ <i>Professor</i>	No ensino da História Pátria e da Geografia	N.12
Laurinds S. de Oliveira Moura/ <i>Diretora em Bonfim</i>	Exemplo de Ensino de Linguagem do 1º ano	N.12
Iveta Cunha Campos/ <i>Não conta</i>	O dever e a escola	N.12
Alice Aquino/ <i>Professora</i>	Personalidade do professor	N.12
Maria M. Saldanha/ <i>Não conta</i>	Educar	N.12
Modestina das Dores Fonseca/ <i>Não consta</i>	Plano de Aula – Língua Pátria e Substantivo	N.12
Prof. Hélio Pova / <i>Chefe do serviço de Nutrição da Policlínica do Rio de Janeiro.</i>	Decálogo Alimentar	N.12
SEÇÃO DISCURSO		
AUTORES	ARTIGOS	REVISTA
Dr. Vasco dos Reis/ <i>Secretário Geral de Interiores</i>	Discurso: paraninfo da turma de normalistas que terminaram o curso no correto ano, na Escola Normal Oficial	N.9
Maria de Lurdes Lisboa e Castro/ <i>Não conta</i>	Discurso: homenageia o dia da árvore dia 21 de setembro	N.12
SEÇÃO TRANSCRIÇÕES		
AUTORES	ARTIGOS	REVISTA
Dr. Máximos Domingues/ <i>Não conta</i>	A Educação e o seu espírito criador	N.12
	O Magistério Primário – A Nacionalização do professorado	
SEÇÃO PROGRAMA/LEGISLAÇÃO		
AUTORES	ARTIGOS	REVISTA
<i>Não conta</i>	Programa das Escolas Complementares	N.9
	Legislação Escolar	N.12
SEÇÃO NOTICIÁRIO ESCOLAR		
AUTORES	ARTIGOS	REVISTA
<i>Não conta</i>	1) Nomeação para o cargo de 2) Instalação do Conselho de Educação. Para auxiliar a administração do ensino goiano. Reorganizado por ato da Interventor Federal. 3) Concurso para 3 cadeiras nos grupos escolares de Bomfim e de Cristalina. 4) A Interventoria Federal por meio de decreto aumenta o quadro de funcionários da Escola Profissional Rural de Rio Verde. 5) O Grupo Escolar Modelo, aumenta mais uma Cadeira por razão de aumento de alunos. O estabelecimento atente 600 alunos 6) Substituição da diretoria Geral de Educação 7) Enviada pelo Dr. Lourenço Filho, Diretor do Instituto de Estudos Pedagógicos, do Rio, a sumula da legislação do ensino deste Estado. Depois de efetuar o trabalho, foi o mesmo devolvido aquela autoridade para o fim de ser elaborada a reforma da instrução em todo País.	N.9
	Inauguração do novo prédio do Grupo escolar de Corumbaíba	N.12

Fonte: Revista de Educação (1937, 1939, 1940)

Viu-se que após o Primeiro Congresso de Educação as ações começaram a emergir no cenário educacional do Estado e a Revista se esmerou na tarefa de esclarecimento e difusão dos princípios escolanovistas. A ideia era estimular o professorado goiano para a renovação da prática pedagógica em sala.

O objetivo, até aqui, foi apresentar a forma como o Estado de Goiás percebeu, estruturou e fez circular o ideário da Escola Nova, por meio da Revista de Educação. Nesse aspecto, a revista de nº 2 foi emblemática, não somente por dedicar-se ao Primeiro Congresso de Educação do Estado, mas, principalmente, por discutir e fazer circular a nova estrutura do Ensino Primário, cuja perspectiva era integrar Goiás ao projeto nacional de “Pátria Unificada”. As medidas e ações acordadas nesse Congresso e divulgadas pela Revista estavam diretamente relacionadas aos princípios difundidos pela “Escola Nova” e pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

No próximo capítulo, apresentar-se-á como esses princípios foram apresentados na segunda fase da Revista de 1945 – 1958, a partir de outro Decreto, que reorganizou a Revista, passando a se chamar “Revista de Educação e Saúde”.

3 A REVISTA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS: SEGUNDA FASE (1945 - 1958)

3.1 Da Revista Goiana de Educação e História à Revista de Educação e Saúde

A segunda fase da revista foi marcada por descontinuidades em sua circulação. Entre o número 21, de junho/1944 – o último da primeira fase – e o número 22, de janeiro/1946 – o primeiro número da segunda fase –, houve um intervalo de dezessete meses, período em que a Revista não circulou. Em 1945, o Decreto-Lei nº 186, de 24 de novembro, reorganizou a Revista, que passou a denominar-se “Revista de Educação e Saúde”.

O Interventor Federal no estado de Goiaz, usando da atribuição que lhe confere o art. 6º, nº V, do decreto-lei federal nº 1.202, de 8 de Abril de 1939, decreta:

Art. 1º - Passa a denominar-se Revista de Educação e Saúde a atual Revista Goiana de Educação e História, editada nas Oficinas do Estado.

Art. 2º - A assinatura da Revista de Educação e Saúde será obrigatória para todos os Professores de estabelecimentos de ensino primário, normal secundário e superior. Assim como para os médicos servidores do Estado. Médicos sanitaristas e demais funcionários do ensino.

Parágrafo único – A assinatura da Revista será de dois cruzeiros (Cr\$ 2,00) mensais, consignados em folha de pagamento.

Art. 3º - A Secretária de Estado de Educação e Saúde baixará o regimento da revista de Educação e Saúde.

Art. 4º - Este Decreto-Lei entre em vigor no dia de sua publicação, revogados o decreto nº 3.482 de 12 de junho de 1933, e demais disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de Goiaz, 24 de novembro de 1945, 47º da Republica. (GOIÁS, 1945, sem paginação).

Conforme o Art. 1º do Decreto-Lei, a Revista sofreu alteração no seu nome. Antes conhecida como “Revista Goiana de Educação e História” passou a chamar-se “Revista de Educação e Saúde”. Diferentemente do primeiro Decreto, em que o nome da Revista não era o mesmo impresso na capa, nesse, o nome da Revista, tanto no Decreto quanto na capa, coincidiram e ela continuou a ser editada pela Imprensa Oficial do Estado. No quadro a seguir, é possível visualizar os números localizados e o período que a revista deixou de circular.

Quadro 8 – Mapa de números localizados – segunda fase (1945-1958)

MAPA DE NÚMEROS LOCALIZADOS – SEGUNDA FASE (1945-1958)												
Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez.
1945												
1946		N. 23/24				N.27/28		N.29/30				
1947	Não circulou											
1948	Não circulou											
1949	N. 33/34		N. 35/36*									
1950	Não circulou											
1951	Não circulou											
1952	Não circulou											
1953	Não circulou											
1954	Não circulou											
1955	Não circulou											
1956	Não circulou											
1957	Não circulou											
1958	Não circulou											
Exemplares do acervo do AHEG - Arquivo Histórico Estadual de Goiás												
*Exemplar do acervo USP												

Fonte: Revista de Educação (1946, 1949)

A segunda fase da Revista seguiu o mesmo padrão de numeração sequencial da primeira fase, continuando do número 22 até o 36, totalizando 14 publicações de modo conjugado. Ou seja, cada Revista contemplava dois números. Foram localizados dez números, todos conjugados. Observando o quadro seis e considerando a sequência de 22 – 36, estão ausentes os números 22, 25/26 e 31/32. Com exceção do nº 22, todos os outros tiveram circulação bimestral, embora houvesse a indicação para que a Revista fosse uma publicação com circulação a cada 30 dias. No período de 1945 –1958 a Revista circulou apenas em dois anos (1946 e 1949), passando, assim, doze anos sem qualquer atividade.

Na segunda fase, a Revista mantinha os aspectos físicos similares aos da primeira fase: o mesmo tamanho, de brochura, em duas cores, mas o número de páginas em relação à outra fase era maior.

Quadro 9 – Aspectos físicos da Revista – segunda fase

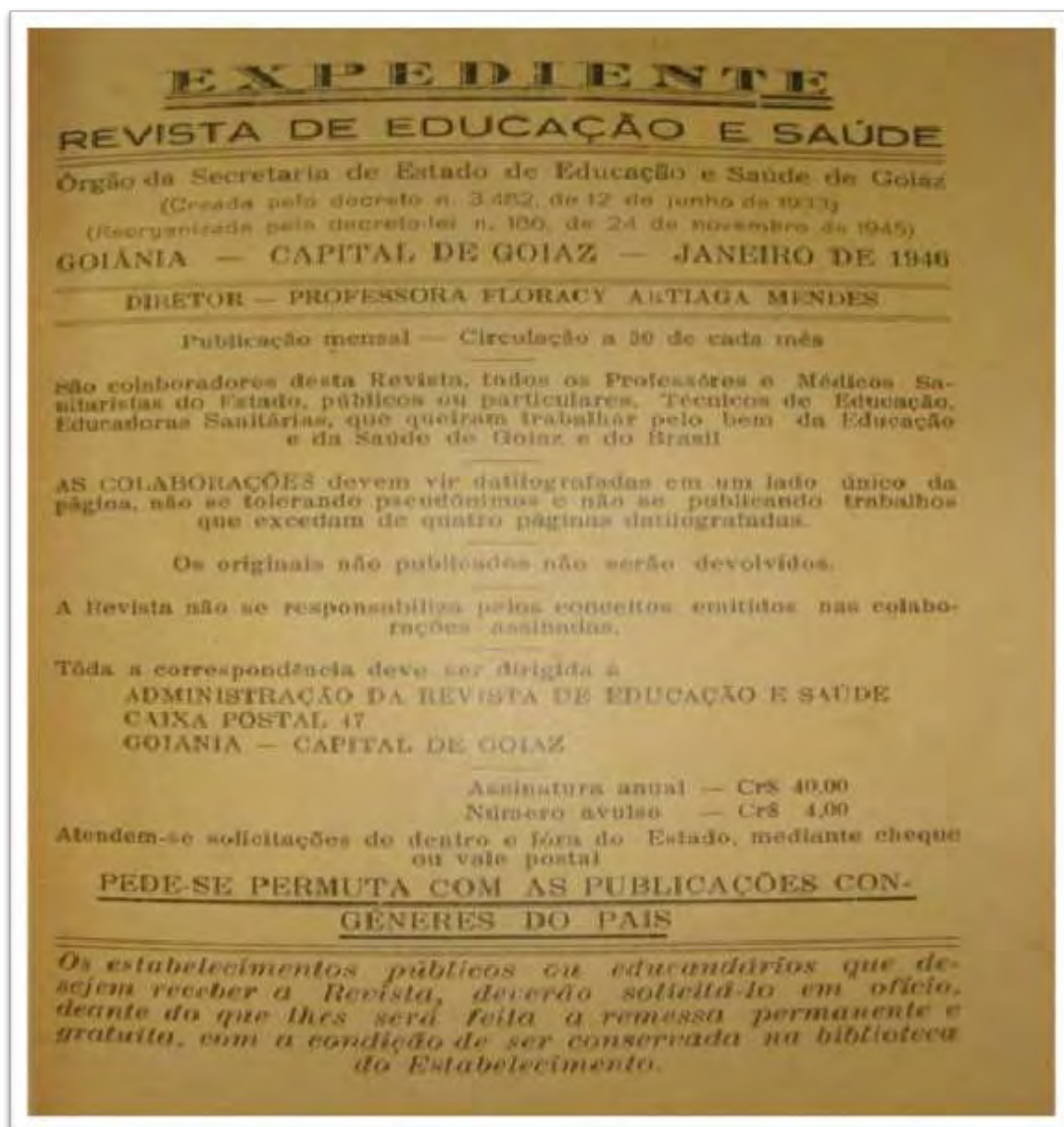
ASPECTOS FÍSICOS DA REVISTA – SEGUNDA FASE					
Número/ano da revista	Mês/Ano da publicação	Encadernação	Cor	Capa/contra-capal/sumário /índice	Número de página
N. 23/24(Ano 12)	Fev/ Mar de 1946	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/não	86
N.27/28(Ano 14)	Jun/Jul de 1946	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/não	68
N.29/30(Ano14)	Ago/Set de 1946	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/não	115
N. 33/34(Ano 17)	Jan/Fev de 1949	brochura	Preto e branco	sim/sim/não/não	38
N. 35/36(Ano 17)	Mar/Abr de 1949	brochura	Preto e branco	sim/sim/não/não	60

Fonte: Revista de Educação (1946, 1949)

A Revista teve dois diretores nessa fase. A primeira, nomeada em conformidade com o Decreto-Lei 186, foi a “Professora Floraci Artiga Mendes, Catedrática de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal Oficial do Estado.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 37, 1959, p. 25). Ela foi responsável pela publicação dos exemplares de nº 22 ao nº 32. Depois do recesso de cerca de dois anos na circulação, a Revista retomou suas atividades em 1949. Sob a direção do professor Benjamim Segismundo de Jesus Roriz, foram publicados os nº 33/34 e 35/36.

O Art. 2º dispõe da assinatura da Revista de Educação e Saúde, que continuou sendo “[...] obrigatória para todos os professores de estabelecimentos de ensino primário, normal secundário e superior. Assim como para os médicos servidores do Estado. Médicos sanitaristas e demais funcionários do ensino.” Sendo cobrado em folha de pagamento o valor de “dois cruzeiros (Cr\$ 2,00) mensais”. (GOIÁS, 1945, sem paginação). A imagem também apresentava o valor da assinatura e o valor do número avulso.

Imagem 3 – Revista de Educação



Fonte: Revista de Educação (n. 23/24, 1946, sem paginação)

Segundo consta na própria revista são colaboradores “[...] todos os Professores e Médicos Sanitaristas do Estado, públicos ou particulares, Técnicos de Educação, Educadores Sanitários, que queiram trabalhar pelo bem da educação e Saúde do Estado de Goiás e do Brasil.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 23/24, 1946, sem paginação). Considerando os números localizados, foram publicados um total de 106 artigos. Desses, 53 artigos traziam a assinatura de seus autores, sendo que em 12 não constavam registros sobre cargo ou função e 54 artigos não apresentaram autor e/ou cargo ou função.

Quadro 10 – colaboradores da segunda fase

COLABORADORES DA SEGUNDA FASE	
Autor – Nome/ função	Número de colaborações
Agnélio A Fleury/ Prof. do Colégio Estadual	01
Ainda Felix de Souza/ Profa do Grupo Escolar de Pires do Rio	01
Alice Leão/ Téc. de Educação Primária do Depto. de Educação	02
Amália Hermano Teixeira/ Professora	01
Ari Demostenes de Almeida/ Professor do Colégio Estadual	01
Aristides Ricardo/ Não consta	03
Augusto Fernandes/ Professor	01
Baltasar dos Reis/ Professor do Colégio estadual de Goiás	01
Benjamim Segismundo de J. Roriz/ Diretor da Revista	02
Carlos Gomes de Faria/ Professor da Escola Técnica de Goiânia	03
Dr. Ranier de Paula/ Médico Sanitarista	03
Dr. Sebastião Mendonça. Brito/ Diretor do S. P. L.	02
Dr. Simão Carneiro de Mendonça/ Não consta	01
Dra. Maria de Lourdes Moraes/ Médico Sanitarista	02
Edith Fernandes/ Professora	01
Eliacena Pereira da Costa/ Profa do Grupo Escolar de Planaltina	01
Elza Nazaré Matos/ Professora do Grupo Escolar de Cristalina	01
Floracy Artiaga Mendes/ Diretora da Revista e Catedrática de Pedagogia e Psicologia da Escola Normal Oficial	02
Flornet Artiaga Mendes/ Profa da Escola Normal de Morrinhos	01
Guilherme Xavier de Almeida/ Não consta	01
Hélio A. Lobo/ Professor	02
Hélio Seixo de Brito/ Secretário da Educação do Estado	01
Ignéz Godinho/ Assistente de educação	01
J. C. M. S./ Não consta	01
Jeová de Paula Rezende/ Não consta	01
Leodegaria de Jesus/ Não consta	01
Lopes Rodrigues/ Não consta	01
Luiz Gonzaga de Faria/ Professor do Colégio Estadual de Goiás e da Faculdade de Filosofia de Goiás	01
Maria França Gonçalves/ Professora	01
Maria Paula Fleury de Godoy/ Profa da Escola Normal Oficial	02
Nair de Moraes/ Artista	01
Padre Antônio Wasik/ representando o Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano Dom Emanuel Gomes de Oliveira	01
Padre João Botelho/ Não consta	01
Paulo Emílio Póvoa/ Não consta	01
Paulo Mareilhos/ Não consta	
Pedro Viggiano/ Inspetor Geral do Ensino di 2º Grau	03
Vicente Umbelino de Sousa/ Inspetor Federal de Ensino Secundário	01
Victor C. Ramos/ Não consta	01
Zecchi Abrahão/ Professor Delegado Florestal em Goiânia	01
Zorcastro Artiaga/ Diretor do Museu do Estado	03

Fonte: Revista de Educação (1946, 1949)

3.1.1 Seções e conteúdos

A organização do conteúdo da Revista era feita em seções e subseções, de acordo com a filosofia da direção. Nessa segunda fase, a direção ficou por conta da professora Floracy Artiaga Mendes e o professor Benjamim Segismundo de Jesus Roriz.

Percorrendo as páginas das Revistas na sua segunda fase, foi possível perceber que a estrutura dos exemplares de 1946 era equacionada em três grandes seções que reuniam outras. Pelo sumário dos exemplares do referido ano encontravam-se três grandes seções – Redatoria, Colaborações e Seções Permanentes – que incorporavam outras seções, denominadas aqui de subseção.

Os exemplares da Revista de 1949, já sob a direção do professor Benjamim Segismundo de Jesus Roriz, apresentavam o conteúdo em seções, sem a peculiaridade de grandes seções que aglutinavam outras seções menores. Deve-se registrar que os conteúdos da Revista, tanto em 1946 quanto em 1949, assemelhavam-se no conteúdo e forma. A seguir apresentar-se-á uma descrição de como a Revista organizou o seu conteúdo nessa segunda fase.

3.1.2 Redatoria

A seção “Redatoria” esteve presente tanto nos exemplares de 1946 quanto nos de 1949. Essa seção não era constituída por subseções, apenas reunia textos de natureza diversa. Nas duas direções, a “Redatoria” foi um espaço dedicado a homenagear pessoas ilustres, festejar datas comemorativas, destacar relatórios e discursos de figuras importantes do poder público, entre outros tipos de textos. Além de fazer alguns comunicados da própria Revista. Ou seja, a “Redatoria” apresentava o seu conteúdo na mesma configuração em todos os exemplares dessa fase.

Quadro 11 – Seção redatória

SEÇÃO REDATORIA		
REVISTA	ARTIGOS	AUTORES
N. 23/24	Imprensa pedagógica	Não consta
	Grandes Vultos da Educação Goiás	Não consta
N. 27/28	Aniversário da Revista de Educação e Saúde - 12 de junho	Não consta
	26 de julho	Victor C. Ramos / <i>Não consta</i>
	Educação Rural	Vicente Umbelino de Sousa / <i>Inspetor Federal de Ensino Secundário</i>
N. 29/30	Palavras do presidente Dutra	Não consta
	Pátria - Olavo Bilac (Texto reproduzido pela Revista)	Não consta
N. 33/34	Duas palavras	Benjamim Segismundo de J. Roriz / <i>Diretor da Revista</i>
	Foto – Dr. Hélio Seixo de Brito (D.D. Secretário do Estado da Educação)	Não consta
	Foto – D. Emanuel Gomes de Oliveira (O Arcebispo da Instrução)	Não consta
	Foto – Eng. Jerônimo Coimbra Bueno (Governador de Goiás)	Não consta
	Relatório ao Excelentíssimo Senhor Dr. Jerônimo Coimbra Bueno (governador do estado)	Hélio Seixo de Brito / <i>Secretário da Educação do Estado</i>
N. 35/36	Duas palavras: Educação para a Democracia	Benjamim Segismundo de J. Roriz / <i>Diretor da Revista</i>
	A missão dos Educadores (Texto reproduzido pela Revista)	Não consta

Fonte: Revista de Educação (1946, 1949)

Essa seção recebeu o nome de “Duas Palavras”, quando saiu da direção a professora Floracy Artiaga Mendes e assumiu o professor Benjamim Segismundo de Jesus Roriz. Contudo, a característica da seção continuou a mesma, conforme descrito no quadro acima.

3.1.3 Colaborações

Já as “Colaborações” apresentavam-se como uma grande seção que agrupava outras. As subseções da seção “Colaborações” subdividiavam-se assim: “Assuntos Pedagógicos”, “Filologia e História”, “História da Educação em Goiás”, “Comemorações da Semana da Árvore”, “Educação Sanitária”, “Assuntos Instrutivos” e “Discurso de Paraninfo”.

Quadro 12 – Seções colaborações

SEÇÕES COLABORAÇÕES	REVISTAS DA SEGUNDA FASE				
SUBSEÇÕES	N. 23/24	N.27/28	N.29/30	N.33/34	N.35/36
Assuntos Pedagógicos	X	X	X	-	-
Filologia e História	X	X	-	-	-
História da Educação em Goiás	-	X	X	-	-
Comemorações da Semana da Árvore	-	-	X	-	-
Educação Sanitária	X	X	X	-	-
Assuntos Instrutivos	X	X	X	-	-
Discurso paraninfo	X	-	X	-	-
[X] presença					[-] ausência

Fonte: Revista de Educação (1946, 1949)

No quadro 10, não se evidencia nenhuma dessas subseções nos exemplares de 1949, pois essas estiveram presentes apenas nos exemplares de 1946, ainda sob a direção da professora Floracy Artiaga Mendes. Visitando os artigos das subseções compreender-se-á melhor o conteúdo dessa seção.

3.1.3.1 Assuntos Pedagógicos

Os artigos da subseção “Assuntos Pedagógicos” eram voltados à formação e à prática pedagógica do professorado do Ensino Primário, incutindo-lhe princípios da Escola Nova atrelado ao desejo de elevação social do Estado, tendo como ferramenta a educação. O conteúdo desses artigos, contam da origem do Ensino Normal no Estado de Goiás, orientações aos professores primários sobre os tipos de texto da literatura infantil que se adequavam a cada classe:

PARA CLASSES DE MATERNAIS E INFANTES

História rimada
 História misturada com versos
 Narrativas da história natural, onde as coisas animais sejam fortemente personificadas.
 Contos humorísticos
 Contos de fada os mais simples

PARA CLASSES PRIMÁRIAS

Folclore (lendas da localidade)
 Contos de fadas e contos humorísticos
 Fábulas
 Lendas

PARA CLASSES MAIS ADIANTADAS

Folclores
 Fábulas

Mitos e alegorias
 História natural (lendas naturais)
 Narrativas históricas
 Conto humorístico
 Histórias verdadeiras

O livro de Sara Bryant, traz ainda, uma lista de contos mitológicos, de Perrault, de Anderse, de Grimm, mais apreciados pelas crianças. Queremos finalmente sugerir aos nossos colegas educadores: organizem a hora da história em suas salas de classes, criem um ambiente para leitura, dêem meios, enfim, para que os livros, os alunos alimentem o espírito e tenha melhor compreensão das coisas, compreensão está que se transformará em prósperas realizações.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 23/24, 1946, p. 19).

Os artigos ainda se ocupavam em proporcionar orientação ao professorado sobre os benefícios que a participação da família trazia ao processo de ensino-aprendizagem da criança. Tratava-se de um espaço em que a revista estimulava o professor a desenvolver atividades extracurriculares, visando à formação do “novo cidadão brasileiro”, como, por exemplo, promover atividades utilizando o auditório da escola.

A Escola Ativa baseada no estudo psicológico da criança é realmente uma instituição nova, como nova é a psicologia experimental, [...] nas atividades consideradas extra-programa é que o professor tem melhor oportunidade de conhecer seus alunos, portanto sendo indispensável na escola. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 27/28, 1946, p.10).

A seção ressaltava o amor ao magistério, devendo o professor ensinar não somente as matérias, mas, sobretudo, formar a mentalidade profissional do aluno, “[...] principalmente diante da técnica da Escola Nova, cujos métodos e processos exigem do professor maior cultura e dedicação, e especialmente um excepcional poder criador, impossível de substituir a míngua de inspiração e ideal.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 27/28, 1946, p. 13).

3.1.3.2 Filologia e História

O conteúdo da subseção de “Filologia¹¹ e História” priorizavam aspectos históricos do Estado, os fatos considerados importante na sua constituição, mas que eram pouco lembrados. Abordava também questões de nomenclaturas, como a discussão de como deveria ser a grafia da palavra Goiás, se com Z ou com S.

3.1.3.3 História da Educação em Goiás

Os dois artigos da subseção “História da Educação em Goiás”, dedicavam-se a contar a história de duas instituições educativas do Estado: o Liceu de Goiás e o Ginásio Anchieta – primeiro ginásio masculino do Estado de Goiás – que passou a ser Ginásio e Escola Normal da cidade Bonfim/GO.

3.1.3.4 Comemorações da Semana da Árvore

Embora essa subseção estivesse presente apenas no exemplar de nº 29/30, a semana da árvore foi, por muito tempo, um evento importante no Estado de Goiás. Segundo a Revista, essa semana de comemoração serviria para “desenvolver o espírito de cooperação, o sentimento de nobreza, a iniciativa, transformando a escola antiga em um centro de interesse, onde o professor e o aluno trabalham para construir.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 29/30, 1946, p. 36).

A jardinagem não só recreia e distrai como enobrece quem a pratica. Em nosso meio já se tornou um habito dizer que o cultivo da terra é ocupação de pobre. É preciso acabar com isso. Se a educação é vida e preparação para a vida a alfabetização não satisfaz, é preciso também despertar no escolar gosto pelas atividades produtivas, encaminhá-las de modo a tomar conhecimento do valor de sua ação na economia domestica e na sociedade. Por meio do jardim-cultura a escola liga o menino ao trabalho cotidiano é uma atividade útil, realizada em forma de divertimento. é mesmo um jogo, por que? Suponhamos o seguinte problema. Uma escola isolada é aberta em lugar pobre. O povo daquela região não dá valor ás plantas. Professores e alunos chegam e tudo triste, paredes nuas, terra seca, nada de plantas. Como melhorar nossa escola? De acordo com a classe, podemos sugerir e guiar:

¹¹ Estudo de uma língua através de seus documentos escritos, que visa não só à restauração, fixação e crítica dos textos para o conhecimento do uso linguístico e sua história, mas também à compreensão de globalidade dos fenômenos culturais, especialmente os de ordem literária, a que ela serve de veículo.

- 1) Cada aluno deve fazer o desenho de um jardim
- 2) Discutir e julgar os desenhos sugerindo mudanças pratica
- 3) Condição de uma planta definitiva, no quadro negro, dividir os canteiros entre os alunos
- 4) Passar o desenho para realidades. Aqui sugeri oportunidades únicas para ‘aprender fazendo’ assim:

a) Geometria

- 1) linhas e traços
- 2) formas e demissões³
- 3) uso de instrumentos especiais como, régua, nível e etc.

b) Geografia

- 1) Mapa de prédios,
- 2) mapa de jardim
- 3) mapa dos dois juntos
- 4) pontos cardinais

c) Aritmética

- 1) problema sobre sementes, sobre mudas, sobre adoção dos canteiros aos grupos.
- 2) compra de sementes e mudas
- 4) problemas sobre tamanho dos canteiros

d) Mora

Porque não estragar ou arrancar plantas dos jardins e logradouros públicos.

e) Língua Pátria

- 1) leitura de trechos sobre as plantas
- 2) história do pinheiro descontente
- 3) Composição sobre as Plantas poesias sobre a árvore.

f) “Ciências

- 1) observação sobre animais, vegetais e minerais
- 2) experiências para a compreensão da função clorofiliana.

- 3) Zelar pela conservação do Jardim. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 29/30, 1946, p.34-36).

Essa subseção ressaltava a importância de não se fazer queimadas em épocas de seca, um problema que não era exclusividade do Estado de Goiás, mas um problema de proporções nacionais, “mazelas do progresso nacional”.

3.1.3.5 Educação Sanitária

Conforme Hochman (2005), foi a reforma Ministerial, implementada por Gustavo Capanema em 1937, que juntou as pastas da educação e saúde, tornando, assim, Ministério da Educação e Saúde. O objetivo era adequar a educação e a saúde aos princípios básicos que haviam definido a política social do Estado Novo. “A grandeza de uma Nação é proporcional ao estado de higiene de seus filhos, o futuro do Brasil repousa nas crianças sadias de hoje.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n.

23/24, 1946, p. 31). Nesse sentido o governo trabalhava na tentativa constituir políticas públicas que oferecessem condições para a concepção de um novo cidadão brasileiro.

[...] o professor deve aconselhar os seus alunos em relação a boa escolha da alimentação, incentivando o uso de legumes, frutas e vegetais em grande quantidade, de vez que elas são as mais ricas fontes de vitamina na natureza, assim como também os ovos, vitaminas e leite, pelo seu rico teor em cálcio e vitamina. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 23/24, 1946, p. 34).

A colaboração dos médicos sanitários na Revista, além apontar as questões da saúde pública do Estado de Goiás, esclarecia o professor acerca do seu dever em orientar nas questões relativas à saúde e à higiene dos alunos.

3.1.3.6 Assuntos Instrutivos

“Assuntos Instrutivos” continha artigos sobre vários temas, tais como a mudança da Capital do país para Brasília, maneiras diferentes de perceber conceitos matemáticos, respostas a dúvidas de professores enviadas à redação da Revista. Tratava-se de uma subseção em que a característica mais presente era a diversidade quanto ao tipo de texto que a constituía.

3.1.3.7 Discurso de Paraninfo

O que constava nessa subseção é o que seu próprio nome indica, discursos de paraninfos das turmas de formandas da Escola Normal Oficial.

No quadro 12, foi reunido todo conteúdo que constituía a seção “Colaboradores”, sendo possível, assim, a visualização dos autores e artigos, em suas respectivas subseções e revistas.

Quadro 13 – Seção colaborações

SEÇÃO COLABORAÇÕES		
AUTORES	ARTIGOS- SUBSEÇÃO ASSUNTOS PEDAGOGICOS	REVISTA
Pedro Viggiano/ Inspetor Geral do Ensino di 2º Grau	1. Escola normal: sua origem e evolução em nosso estado	N. 23/24
	2. Campanhas de Alfabetização	N. 29/30
Floracy Artiaga Mendes/ Dir. da Revista e Catedrática de Pedagogia e Psicologia da Esc. Normal Oficial	3. Amor ao Magistério	N. 27/28
	4. A Ruralização do Ensino	N. 29/30
Amália Hermano Teixeira/ Professora	5. O Problema do Ensino no Norte de Estado	N. 23/24
Maria Paula Fleury de Godoy/ Profa da Escola Normal Oficial	6. O Crepúsculo da Bondade	N. 27/28
Elza Nazaré Matos/ Professora do Grupo Escolar de Cristalina	7. Necessidade das atividades extra-programa no ensino	N. 27/28
Ainda Felix de Souza/ Profa do Grupo Escolar de Pires do Rio	8. Professoras em face do mundo futuro.	N. 29/30
Não consta	9. Professor de Goiás	N. 29/30
Eliacena Pereira da Costa/ Profa do Grupo Escolar de Planaltina	10. Composição no curso primário	N. 29/30
Alice Leão/ Téc. de Educação Primária - Depto. de Educação	11. Literatura Infantil	N. 23/24
AUTORES	ARTIGOS- SUBSEÇÃO FILOGOGIA E HISTÓRIA	REVISTA
Maria Paula Fleury de Godoy/ Profa da Escola Normal Oficial	1. Filologia e História: Goiás ou Goiaz	N. 27/28
Paulo Emílio Póvoa/ Não consta cargo ou função	2. Goiás á um Século	N. 23/24
Zorcastro Artiaga/ Diretor do Museu do Estado	3. Uma paz duradoura e um herói esquecido	N. 27/28
AUTORES	ARTIGOS-SUBSEÇÃO HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM GOIÁS	REVISTA
Pedro Viggiano/ Inspetor Geral do Ensino di 2º Grau	1. Centenário do Liceu de Goiás	N. 27/28
Não consta	2. Instrução em Bonfim	N. 29/30
AUTORES	ARTIGOS - SUBSEÇÃO COMEMORAÇÕES DA SEMANA DA ÁRVORE	REVISTA
Alice Leão/Téc. de Educação Primária do Depto. de Educação	1. Jardinagem	N. 29/30
Ari Demostenes de Almeida/ Professor do Colégio Estadual	2. Proteção as Florestas	N. 29/30
Zecchi Abrahão/ Professor Delegado Florestal em Goiânia	3. O código florestal na Escola	N. 29/30
AUTORES	ARTIGOS - SUBSEÇÃO EDUCAÇÃO SANITÁRIA	REVISTA
Dr. Ranier de Paula/ Médico Sanitarista	1. Higiene pré-natal: valor médico e social	N. 23/24
	2. Proteção da Maternidade e Infância	N. 27/28
	3. Malária e Ancilostomose	N. 29/30
Dra. Maria de Lourdes Moraes/ Médico Sanitarista	4. Brinquedos e divertimentos	N. 23/24
	5. Alimentação do Pré- escolar	N. 29/30
Aristides Ricardo/ Não consta cargo ou função	6. A alimentação do escolar	N. 23/24
Dr. Sebastião Mendonça. Brito/ Diretor do S. P. L.	7. Anotações sobre a lepra	N. 23/24
	8. Dados históricos sobre a Campanha contra a Lepra em Goiás	N. 29/30
Maria França Gonçalves/ Professora	9. Proteção a infância – Palestra realizada durante a Semana da Criança em 1944. Na Escola Normal Oficial	N. 27/28
Não consta	11. Infestação pela verminose	N. 29/30
AUTORES	ARTIGOS - SUBSEÇÃO ASSUNTOS INTRUSTIVOS	REVISTA
Não consta	1. A bomba Atômica e os sinais perturbadores das comunicações	N. 23/24
Não consta	2. Algumas considerações sobre as quantidades negativas	N. 27/28
Agnélio A Fleury/ Prof. do Colégio Estadual	3. Outra mudança!	N. 29/30
Carlos Gomes de Faria/ Professor da Escola Técnica de Goiânia	4. Questão de Português	N. 29/30
AUTORES	ARTIGOS - SUBSEÇÃO DISCURSO DE PARANIFO	REVISTA
Padre Antônio Wasik	1. A fé e a Ciência	N. 23/24
Hélio A. Lobo/ Professor	2. O Momento é da Técnica	N. 29/30

Fonte: Revista de Educação (1946, 1949)

É possível perceber que alguns artigos poderiam ter sido encaixados em seções e subseções diferentes por conta do próprio conteúdo. Um exemplo é o texto “Questão de Português” locado na subseção “Assuntos Instrutivos” poderia estar na subseção “Questão de Português” presente na grande seção “Seções Permanentes” da mesma revista.

3.1.4 Seções Permanentes

“Seções Permanentes” era o título de outra seção que seguia o mesmo padrão da seção “Colaboradores”; aqui também reuniam-se outras subseções que como o próprio nome diz deveriam ser permanentes, ou seja, deveriam estar presentes em todos os números da Revista. Observando o quadro 13, nota-se que as subseções não se constituíam como permanentes.

Quadro 14 – Seção – Seções Permanentes

SEÇÃO – SEÇÕES PERMANENTES	REVISTAS DA SEGUNDA FASE				
SUBSEÇÕES	N. 23/24	N.27/28	N.29/30	N.33/34	N.35/36
Fatos e Iniciativas	X	X	X	X	X
Para Festas Escolares	X	X		-	-
Variedades Educacionais e educativas	X	X	X	-	-
Publicações Recebidas	X	-	-	-	-
Conselhos e sugestões	X	-	-	-	-
Questão de Português	X	-	X	X	X
Página da Saudade	X		X	-	-
Atividades Escolares	X	-	X	-	X
Consulta Didática	X	-	-	-	-
Notícias de Arte e Cultura	X	X	-	-	-
Legislação	X	X	X	X	X
Ineditoriais	-	X	-	-	-
Caixa de correspondência	X	-	-	-	-
[X] presença					[-] ausência

Fonte: Revista de Educação (1946, 1949)

Algumas das subseções eram também seções. Quando ocorreu a mudança na direção da Revista, sua estrutura editorial também mudou. Lembrando que em 1946 a Revista tinha a direção da professora Floracy Artiaga Mendes e, em 1949, a Revista passou a ser dirigida pelo professor Benjamim Segismundo de Jesus Roriz. Mas, como já foi dito antes, os conteúdos se assemelharam por toda segunda fase da revista.

3.1.4.1 Fatos e Iniciativas/ Atividades Escolares

Essa subseção foi uma que permaneceu em todos os números da Revista, sendo que nos dois últimos exemplares, nº 33/34 e nº 35/36, surgiram como seção e não como subseção, mas a natureza dos textos que contemplavam “Fatos e Iniciativas”, seja como subseção ou seção, era a mesma em todos os números dessa fase da Revista. Observa-se que no quadro 13, o nome dos autores não consta. No conteúdo de “Atividades Escolares”, subseção nos exemplares de nº 23/24 e 29/30 e seção no exemplar de nº 35/36, o conteúdo era da mesma natureza.

O conteúdo de “Fatos e Iniciativas” abordava os novos acontecimentos no cenário educacional, noticiando fatos e Iniciativas, que se apresentavam como desdobramento das medidas e ações definidas no Primeiro Congresso de Educação de Goiás, pela renovação da educação no Estado. De fato, eram notícias de inauguração de cursos, de escola rural, de abertura de universidades, de promulgação e implementação de Leis, que modificaram e organizaram o aparelho público educacional do Estado e iniciativas que estabeleceram parcerias entre projetos federais e estaduais. E em “Atividades Escolares”, eram noticiadas as comemorações de datas festivas, de datas cívicas, de inauguração de Grupos Escolares Rurais e da criação de clubes e associações de qualquer tipo.

Acontecimentos como os apontados em “Fatos e Iniciativas/ Atividades Escolares” indicavam como o Estado de Goiás disseminou sua compreensão sobre os princípios escolanovistas.

3.1.4.2 Para Festas Escolares/ Variedades Educacionais e Educativas

Tratam-se de duas subseções presentes apenas nos exemplares de nº 23/24, 27/28 e 29/30. Portanto, com uma quantidade menor de textos publicados. Em “Para Festas Escolares”, os textos eram poemas, músicas e demonstração de civismo em homenagem à nova Capital do Estado, Goiânia. Em “Variedades Educacionais e Educativas” eram publicadas pequenas biografias de ilustres da educação, como Pestalozzi, Padre José de Anchieta e Prof^a. Nhola, da cidade de Goiás – antiga capital do Estado. A revista apresentava ainda pequenos testes de conhecimento para o professorado.

Testes:

- 1) Em que século viveu Platão, V, XIV ou XVIII?
- 2) Qual o filósofo preceptor de Alexandre o Grande, Platão, Sócrates ou Pitágoras ?
- 3) Qual o autor de 'Emílio', Descartes, Montaigne ou Rousseau?
- 4) Qual os primeiros educadores do Brasil, Os jesuítas, os beneditinos ou os salesianos?
- 5) Qual o criador do método de projetos, Sanderson, Dewey ou Montessori?
- 6) Qual o grande filósofo e fundador da Academia que escreveu a 'República' e as Leis. Talés, Platão ou Confúcio?
- 7) Qual o filósofo da antiguidade que ensina no seu jardim ser a felicidade o bem supremo encontrado na cultura do espírito e na prática da virtude: Aristóteles, Epicuro ou Sócrates?
- 8) Qual o primeiro fundador para escolas surdos-mudos: Ponce de Leon, o Abade L'Epee ou Lencaster?
- 9) Em que ano foi fundado os primeiros colégios do Brasil? 1556, 1567, 1570.
- 10) Qual foi a Secretaria de Educação e criador da Escola Pública na América do Norte, que como um verdadeiro Apóstolo, abriu mão do poder para se entregar de corpo e alma para os colégios de Antioquia crendo que um exemplo vale mais todas as ordens, Dewey, Horace Mann ou Stanley Hall? (Ver a resposta em outra página)

Nota: se responder todas, está em dia com o seu programa de História da Educação se respondeu metade vai regularmente... Mas se apenas acertar 1/3 temos o prazer de lhe aconselhar a leitura de compêndios especializados da Biblioteca pedagógica." (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 23/24, 1946, p. 59).

Resposta do teste:

- 1) Ele viveu do ano 347 a 429
- 2) Aristóteles
- 3) Rousseau
- 4) Os jesuítas
- 5) Dewey
- 6) Platão
- 7) Epicuro
- 8) Charles Michel, o Abade L'Epee
- 9) Em 1556 o de São Paulo e o da Bahia pelos Jesuítas. Em 1567, Nóbrega funda o 3º, no Rio de Janeiro.
- 10) Horace Mann

A Revista recomendava a leitura do livro "Introdução ao Estudo da escola Nova", de Lourenço Filho, com destaque para o livro "Princípios capitais da educação ativa ou funcional", que dizia:

[...] na escola do tipo tradicional, o mestre se vê diante de um grupo de alunos. Na escola ativa o mestre se vê dentro no meio de um grupo de crianças. Não é a mesma coisa. O aluno corresponde a ideia de indivíduo que deve saber tudo quanto lhe ensina, que deve preparar-se para exames, que deve respeitar a disciplina que se lhe impõe, criada pelas necessidades abstratas da organização escolar, que a autoridade criou. A

criança não é o aluno, ao menos nessa compreensão. É um ser em desenvolvimento, com necessidades e possibilidades específicas. Não se lhe transmitem conhecimentos, por que o conhecimento não é alguma coisa que se possa transmitir. O conhecimento real incorpora ao indivíduo, capaz de influir em suas condutas, tem que ser uma auto-criação, uma conquista individual, uma forma de comportamento integrado a sua personalidade, pela própria experiência. Essa transformação só se dá mediante processos funcionais no próprio indivíduo que o adquire. Na escola funcional, o mestre tem pois em mente, 'que não transmite conhecimentos': apenas pode reunir condições propícias para os conhecimentos se elaborem na criança, segundo o que ela 'possa aprender'. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 23/24, 1946, p. 58).

Tudo isso tinha o intuito de formar os professores e irradiar a concepção da Escola Nova. Ou seja, o Estado utilizou a revista como um dos veículos de disseminação e circulação do ideário escolanovista, não perdendo de vista a formação de um “novo cidadão” goiano.

3.1.4.3 Publicações Recebidas/ Caixa de correspondência

Foram duas subseções que se fizeram presentes apenas em dois exemplares da revista: nº 23/24 e nº 27/28. “Publicações Recebidas” são agradecimentos. A Revista de Educação e Saúde fazia referência a outras revistas e a autores de livros pelo recebimento de exemplares dos mesmos. Já a “Caixa de correspondência” era o espaço onde a Revista de Educação e Saúde agradecia a colaboração dos professores pelos artigos enviados e por questões suscitadas.

3.1.4.4 Conselhos e sugestões

Aqui a Revista aconselhava ao professorado que:

[...] é antipedagógico marcar deveres escritos, composições, contas, cópias e problemas para a criança fazer em casa, pois isso provoca os seguintes inconvenientes:

- 1) Incentiva o espírito de dissimulação e fraude, pois a criança procurará por todos os meios escapar a tarefa ou a execução e aversão e adquirirá um complexo em relação ao trabalho intelectual.
- 2) Longe das vistas do professor a criança escreve mal, em posição defeituosa, sem cuidados com a iluminação ou a caligrafia, ou a ortografia, sem ter no momento que a observe e corrija o que habituará ao erro.
- 3) Os problemas jamais são resolvidos pela criança, pois está já fadigada com as três horas e meia escolar em classe se defende em casa

chorando e queixando e conseguindo quase sempre o auxílio dos parentes e irmãos, o que desvirtua completamente sua finalidade.

4) Geralmente as crianças em idade escolar têm casa outras ocupações, algumas ajudando os pais, seja por excesso de serviço doméstico seja por motivo de finalidade econômica, trabalhando para auxiliar as despesas da família. É injustiça aumentar suas preocupações dando-lhe tarefas escolares para fazer em casa, uma vez que para estas deveriam bastar às horas que passam na escola. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 23/24, 1946, p. 67).

Em seguida a Revista sugeriu:

Senhores professores de pedagogia das Escolas Normais: seria excelente que adotassem durante a semana, um dia para leitura ilustrativa pedagógica, feita em classe em conjunto, nos estabelecimentos em que não exista biblioteca especializada. Ou na sala da biblioteca nos estabelecimentos que tiverem a ventura de a possuir. Revista de Educação, publicações pedagógicas em geral artigos de jornais que tratem de assuntos educacionais, ao lado de livros de cultura pedagógica como, das bibliotecas organizadas pelo Prof. Lourenço Filho e pelo Prof. Fernando de Azevedo. Tais deve ser o objeto dessas horas de leitura ilustrativas para futuros professores primários. Isso não só criará o gosto pela leitura pedagógica, imprescindível à cultura do professorado, como também aumentará o cabedal dos seus conhecimentos especializados” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 23/24, 1946, p. 67)

Após décadas, o Estado de Goiás continuou utilizando a Revista para propagar e fazer circular os princípios da Escola Nova.

3.1.4.5 Questão de Português/ Consulta Didática

Segundo constava na própria Revista (1946), o intuito de “Questões de Português” era o bem servir ao professor, “[...] a cargo de competente filólogo e professor goiano, que por esse intermédio se dispõe a responder a qualquer consulta sobre dificuldades e dúvidas muito natural durante o desempenho do magistério.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 23/24, 1946, p. 68). Nos exemplares nº 23/24 e nº 29/30, despontavam como subseção em “Seções Permanentes” e nos exemplares de nº 33/34 e nº 35/36, como seção. Os professores discutiam questões de lexicologia, ortografia, sintaxe, questões que “[...] possam favorecer também a cultura literária do professor primário, bem como sobre redação oficial e escrituração escolar.” (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 23/24, 1946, p. 68).

Na subseção “Consultas Didáticas”, os leitores enviavam questões que não eram apenas didáticas, mas sim de cunho pedagógico:

Peço-lhe instrução para que tenhamos boa freqüência. Da habilidade do professor depende a freqüência, bem como o interesse pela escola. O zelo e o entusiasmo são indispensáveis para que a classe estejam sempre lotados, o cuidado com sua cultura profissional e particular, os estudos constantes, torna o professor mais acatado e querido além de concorrer para romper a monotonia do ensino, o estudo deve ser simples e atraente, prático e interessante, repassado de oportunidades para criança imaginar, criar, organizar e realizar.

Damos a seguir algumas sugestões para melhorar a freqüência:

- 1) PARA A CRIANÇA POBRE - fornece-lhe uniforme, merenda, calçado, material escolar, assistência medica (para o material escolar requerer a este departamento o necessário, para calçados, roupas e lanche, usar os fundos do caixa escolar, promover festas e angariar donativos, e comprar, para a assistência entrar em entendimento com o médico, da Saúde da zona).
- 2) Fomentar a função de clubes Agrícolas e de leituras, liga de proteção a natureza, constituir a horta escolar, etc. entregando a direção aos próprios alunos e amparado suas iniciativas.
- 3) Tornar o ambiente escolar menos duro, ornamentando as classes com, gravuras plantas em latas e vasos.
- 4) Promover jogos e campanhas para melhorar a freqüência: de que maneira?
 - a) Contar histórias interessantes, dividida em pequenos trechos. Contar um só trecho em cada dia. Todos desejaram seguir com a narrativa.
 - b) Esclarece os deveres e as responsabilidades dos alunos bem como os seus deveres.
 - c) Dividir a classe em grupo apurar qual o que alcançou melhor freqüência.
 - d) Organizar concurso de desenho e história (mudas, escritas ou orais), etc. em diversos dias da semana, entre alunos da mesma classe e de casses diferentes.
 - e) Fazer reuniões com os pais estudando dificuldades, saúde etc. dos menores e procurar e remove-las.
 - f) Visitar as famílias onde haja crianças de idade escolar e insistir para que as crianças sejam matriculadas.

Combinar métodos de ensino mais interessantes: fundar a “hora da História”, organizar o auditório semanal, promover excursões, fundar biblioteca infantil, procurando basear, tanto quanto possível, as lições na própria realidade, deixando de lado rotina escolar excessivamente livresca. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 23/24, 1946, p. 76-77).

Outra questão:

[...] leciono em uma classe elementar. tenho alguns alunos repetentes, há mais de dois anos, vindos de outras escolas e por mais que me esforce não consigo fazê-lo aprender a ler. Decoram, mas, não lêem, que devo fazer?

Resposta: Em primeiro lugar a colega de vê aplicar um teste psicológico para averiguar a idade mental dessas crianças. [...] recomendamos o Livro do professor Lourenço Filho ‘teste ABC’ onde poderão encontrar a explicação que se deseja sobre ‘maturidade’, co mo condição do aprendizado da leitura. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 23/24, 1946, p.85).

A revista discorria longamente sobre a idade mental e a idade psicológica, além de discorrer sobre os testes psicológicos.

3.1.4.6 Página da Saudade

Os textos presentes nessa subseção do nº 23/24 e 29/30 eram homenagens póstumas pelo falecimento de pessoas que dedicaram-se por toda vida à educação do Estado.

3.1.4.7 Notícias de Arte e Cultura/ Livros e Fatos

Aqui a Revista trazia notícias de atividades culturais e artísticas que aconteceram e que iriam acontecer, como exposições, recitais, peças de teatro, entre outras. Essas atividades estiveram presentes apenas no exemplar de nº 23/24, assim como “Livros e Fatos” esteve presente apenas no exemplar de nº 35/36 e apresentava títulos que foram publicados à época.

3.1.4.8 Legislação

A “Legislação” se fez presente em todos os números publicados nessa fase. Ali a Revista compartilhava e dava ciência de todas as medidas legais que eram instituídas a partir de Portarias, Leis e Decretos-Leis. No nº 23/24 o destaque era dado aos Decretos-Leis que tratavam da organização administrativa do ensino primário, da admissão de inspetores para o Ensino Primário e Normal e a portaria que redefinia em caráter transitório as atribuições dos Inspetores, entre outras providências.

A Revista de nº 27/28 trazia o resumo de Decretos-Leis que dispunham desde a criação de cargos de professores até a criação de mais de vinte Grupos Escolares por todo estado, além da autorização e regulamentação para transformar o cargo de Inspetor de Ensino em carreira pública, entre outras.

No nº 29/30 a Revista apronta a adaptação ao Ensino Normal e Primário do Estado de Goiás, ao que dispõe a Lei Orgânica Federal decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939. A legislação apresentada nesse número dispunha ainda da criação de prontos-socorros no estado, definindo as suas atribuições.

Já no número nº 33/34, a Legislação dispõe do anúncio de Decretos que institui bolsas de estudos para professores secundários e outras profissões, dispõe da criação de vários outros grupos escolares e escolas isoladas, além da criação de cargos públicos, da fundação do Museu Estadual e da criação de comissões para assuntos pedagógicos, por exemplo: a comissão do livro didático.

Mas o nº 35/36 anunciava que a partir dali a Legislação referente à educação seria publicada na íntegra pela Revista, iniciando pelo Capítulo II da Constituição Federal de setembro de 1946, que tratava de educação e cultura. Em seguida a revista versava sobre a Constituição Estadual, de julho de 1947, Título XII, que trata da família e da cultura. O quadro que segue apresenta o que a Revista destacou em sua segunda fase.

Quadro 15 – Artigos – Subseção fatos e iniciativas

AUTORES	ARTIGOS- SUBSEÇÃO FATOS E INICIATIVAS	REVISTA
Não consta	1. FATOS E INICIATIVAS: A organização do D.E.I.	N. 23/24
	2. Novos Ginásios Estaduais	
Comunicado da Inspeção Geral do Ensino do 2º grau, do Departamento de Educação	3. FATOS E INICIATIVAS: Ensino Rural	N.27/28
Não consta	5. FATOS E INICIATIVAS: A lei orgânica do ensino normal do estado	N.29/30
	6. FATOS E INICIATIVAS a) Promulgada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola b) Reconhecida a Escola técnica de Comércio S. "Agostinho"	
Não consta	7. FATOS E INICIATIVAS c) Universidade do Brasil Central d) Faculdade de Filosofia de Goiás e) Curso de Férias f) Congresso Goiano de Educação	N.33/34
Não consta	8. FATOS E INICIATIVAS a) Faculdade de Direito de Goiás b) Dois Aniversários c) Progrida a educação em Jaraguá d) Associação Goiana de Educação (I Congresso Goiano de educadores). e) Modificação da data de comemoração do descobrimento do Brasil f) Os professores e jornalistas estão insatisfeitos com o imposto de renda sobre os vencimentos g) Ensino de português em Minas Gerais h) Escola de Farmácia e odontologia e enfermagem i) Curso Normal Regional Guarda-Mar Pinheiro j) Curso Normal Regional Pedro Afonso k) Bolsas de Estudos do INEP l) Um visitante ilustre m) Novo Grupo Escolar n) Programa do I Congresso Goiano de Educação	N.35/36
AUTORES	ARTIGOS - SUBSEÇÃO - ATIVIDADES ESCOLARES/ INEDITORIA	REVISTA
Não consta	Início do ano letivo no grande Grupo Escolar Modelo de Goiânia	N. 23/24

Não consta	ATIVIDADES ESCOLARES: - Comemoração do dia 25 de Agosto - Festivamente comemorada nesta capital a data de 7 de setembro 7 de setembro em Porto Nacional 25 de agosto em Porto Nacional - A instalação do Grupo escolar de Caturai - Pelotão de saúde "Miguel Couto" - Dia da árvore no Grupo Escolar Modelo - Dia da árvore no Ginásio Santa Clara - Duas palestras sobre o trigo no Clube agrícola "Couto de Magalhães" - Associação dos ex-aluno salesianos - Centro de Saúde (Resumo do boletim do ano) - As matrículas nas Escolas preparatórias em 1947.	N.29/30
Não consta	ATIVIDADES ESCOLARES: - Criação de CICULOS DE PAÍS E PROFESSORES - Criação de Teatro Fantoche (Grupo escolar "Mestre Nhola") - Inauguração de Escolas Rurais - Inauguração de Clubes Agrícolas - Inauguração do Grupo Escolar do Instituto de Educação	N.35/36
AUTORES	ARTIGOS SUBSEÇÃO – PARA FESTAS ESCOLARES	REVISTA
Lopes Rodrigues	O autor faz uma homenagem a Goiânia.	N. 23/24
Leodegaria de Jesus	Poema (sem Título)	N.27/28
Musica da autoria do Padre Nelson de Barros	Cirandinha	
AUTORES	ARTIGOS SUBSEÇÃO – VARIEDADES EDUCACIONAIS E EDUCATIVAS	REVISTA
Não consta	Pequena Biografia - João Henrique Pestalozzi	N. 23/24
Não consta	Pequenas Bibliografias - Padre José de Anchieta	N.27/28
	Pequenos testes para o professor	
Não consta	Pequenas Biografias – Pacífica Josefina de Castro -Profa. Nhola	N.29/30
	Pequenos testes para o professor	
AUTORES	ARTIGOS - SUBSEÇÃO - PUBLICAÇÕES RECEBIDAS / CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA	REVISTA
Não consta	Revistas Pedagógicas (agradecimento Revista Educação de São Paulo pelo envio de exemplar onde professora goiana publica um artigo)	N. 23/24
	Caixa de correspondência (agradecendo aos professores que contribuíram)	
Não consta	Nova Capital para o Brasil	N.27/28
	Revista de Ensino	
AUTORES	ARTIGOS - SUBSEÇÃO - CONSELHOS E SUGESTÕES	REVISTA
Não consta	CONSELHOS E SUGESTÕES (sem títulos)	N. 23/24
AUTORES	ARTIGOS - SUBSEÇÃO QUESTÃO DE PORTUQUÊS	REVISTA
Não consta	Questão de Português (sem título)	N. 23/24
Carlos Gomes de Faria/ Prof. da Escola Técnica de Goiânia	Questão de Português (sem título)	N.29/30
	Questão de Português (sem título)	N.33/34
	Questão de Português (sem título)	N.35/36
	Questão de Português (sem título)	
AUTORES	ARTIGOS - SUBSEÇÃO – CONSULTA DIDÁTICA	REVISTA
Prof. de 'X' de Corumbá/GO	Peço-lhe instrução para que tenhamos boa frequência	N. 23/24
Não consta	CONSULTAS DIDÁTICAS os alunos decoram, mas, não lêem. Que devo fazer?	
	ARTIGOS - SUBSEÇÃO PÁGINA DA SAUDADE	REVISTA
	Pesar pelo falecimento de duas professoras: a professora Maria Angélica do Couto Brandão (D. Nanhá) e a Irmã M. Heriqueta	N. 23/24
	Os pesares da educação do estado pelo falecimento de Dr. José Carvalho dos S. Azevedo	N. 29/30
AUTORES	ARTIGOS SUBSEÇÃO – NOTÍCIAS DE ARTE E CULTURA	REVISTA
	Exposição Péclat de Chavannes (pintura)	N. 23/24
	Recital de Piano da Nair de Moraes	
AUTORES	ARTIGOS - SUBSEÇÃO LIVROS E FATOS	REVISTA
Não consta	LIVROS E FATOS: - Goiás uma Fronteira Humana - O Túnel - Problema do Oeste - Rio do Sono - Motivos Sertanejos - Pequenas notícias - O "Pateo"	N. 35/36

Fonte: Revista de Educação (1946, 1949)

Facilmente identificam-se as medidas e ações que o governo do Estado de Goiás programou por meio da Legislação ao adequar a educação aos interesses de renovação e ascensão para o Estado. Os artigos publicados pela Revista de Educação, em sua segunda fase, corroboram com as teses publicadas na revista de nº 2, provenientes do Primeiro Congresso de Educação do Estado, em 1937, que, por sua vez, estavam de acordo com os princípios do que fora disseminado pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Nessa segunda fase, a revista permaneceu ocupando-se da circulação da ideia de renovação para educação, dispondo então de exemplos de práticas em sala de aula, que a revista julgou de bem sucedido e de concordância ao que ela mesma pregava. Mas um aspecto foi enfatizado na segunda fase: a preocupação com a saúde. Assim como o Ministério da Educação passou a ser Ministério da Educação e Saúde, conseqüentemente a Secretária de Educação do Estado passou a ser Secretaria de Educação e Saúde. Fato que acionou a reorganização da revista, demarcando, assim, um novo período de circulação, a dita “Segunda Fase 1945 – 1958”, que chega ao final com a publicação de outro Decreto a reorganizar a terceira fase da Revista. É sobre essa terceira fase que se falará no próximo capítulo.

4 A REVISTA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS: TERCEIRA FASE (1958 – 1962)

4.1 Da Revista de Educação e Saúde à Revista de Educação

Após a publicação do exemplar de número 35/36, a revista cessou a circulação por uma década, retomando as atividades em dezembro de 1958, quando foi reorganizada pelo Decreto nº 490, de 02 de dezembro de 1958. Foi a partir dessa data que iniciou sua terceira fase. Não se tem notícias de quantos números foram publicados nessa fase, como também do período que compreende a sua circulação até sua extinção. Para fins de análise, adotaram-se os 15 números da revista localizados no acervo da PUC-GO e no Arquivo Histórico Estadual de Goiás. A grosso modo, pode-se dizer que o ano de 1962 marca o fim dessa fase, ano em que foi localizado o último exemplar da revista.

Sua reorganização iniciou a partir da mudança do seu próprio nome, como ocorrido na segunda fase. Tal acontecimento se deu quando o órgão responsável pela publicação passou por reformulações políticas, tanto na segunda, quanto na terceira fase. As secretárias de estado se modificaram e a Imprensa oficial – nesse caso a Imprensa Oficial Pedagógica – mudou também. A revista foi reorganizada de acordo com a orientação política do órgão responsável, tratando-se aqui da Secretária de Educação e Saúde, que passou a denominar-se Secretária de Estado da Educação e Cultura.

Nessa terceira fase o Decreto de 1958 determinava que:

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais, resolve denominar a atual Revista de Educação e Saúde de Revista de Educação e dar-lhe o seguinte:

REGULAMENTO

Art.1º - A Revista de educação e Saúde, assim denominada pelo Decreto-Lei nº 186, de 24 de novembro de 1945, a Revista de Educação e História criada pelo Decreto nº 3.482, 12 de janeiro de 1933, chamar-se-á Revista de Educação e será órgão oficial da Secretaria de Estado da educação e Cultura, tendo as seguintes finalidades:

- a) divulgar assuntos educacionais, educativos e de cultura pedagógicas, em geral;
- b) orientar o pensamento educacional do estado dentro das modernas diretrizes da técnica profissional;

- c) Incrementar a educação por todos os meios, contribuindo de todas as formas possíveis para o aperfeiçoamento profissional do magistério estadual;
- d) estimular a colaboração do professor na imprensa educativa, levando-o, assim, ao estudo e observação permanente de problemas educacionais;
- e) divulgar conhecimentos úteis, inovações práticas, processos modernos, que possam melhorar a técnica escolar e facilitar o exercício do magistério;
- f) dar ampla publicidade a trabalhos escolares e noticiário de atividades escolares de todo o estado tais como: excursões, exposições, função de clubes e grêmios escolares, festivais e paradas, demonstrações de náutica e educação física em geral, movimento de bibliotecas, museus, caixas/escolares, cursos de férias, congressos, conferências, ligas e associações educativas em geral, dando especial valor as documentações fotográficas;
- g) instituir concursos de teses a cerca de problemas didáticos e pedagógicos ou de técnica metodologia em geral para o professor, que estimulem as pesquisas e estudos profissionais;
- h) manter intercâmbio e espírito de cooperação com as revistas genéricas e instituições culturais de dentro e fora do Estado;
- i) desenvolver o espírito de solidariedade e cooperação entre o professor, realizando o seu conagração intelectual, coordenando e orientando suas atividades em prol do engrandecimento de Goiás e do Brasil;
- j) encabeçar e participar movimentos campanhas educacionais sugeridas pela Secretária de Educação ou pelo próprio professorado, tais: fundação de associações culturais e pedagógicas e outras instituições, - congressos, conferências, cruzadas, publicações, etc.;
- 1) divulgar as realizações do Governo no setor educacional, publicando informações, gráficos estatísticos, noticiário sobre administração pública e legislação de ensino, de modo a trazer o professorado a par desses assuntos;
- m) publicar conselhos e comunicados da Secretaria de Estado da Educação e Cultura

CAPITULO II

Da Administração

Art. 2º - A revista terá um diretor que será escolhido dentre professores do ensino normal ou secundário, ou técnica de educação, de reconhecida capacidade, para esse fim posto à disposição de estado da Educação e cultura, com função gratificada.

Art. 3º - o diretor é responsável pela Revista, cumprindo orientá-la conforme a lei de imprensa e de acordo com os altos ideais da política educacional do país.

Art. 4º - Ao diretor compete:

- a) superintendente todas as questões relacionadas com a Revista,
- b) assinar a correspondência oficial;
- c) representar a Revista ou delegar poderes a outrem para tal;
- d) ter a seu cargo a parte comercial da revista, inclusive o contrato para divulgação com editores particulares, quando não for possível sua publicação na Imprensa Oficial do Estado;
- e) receber as importâncias consignadas à Revista no Orçamento do Estado ou em leis especiais, bem como as correspondentes às assinaturas, de tudo/ prestando contas, trimestralmente, ao secretário de Estado da Educação e Cultura;
- f) assumir todas as funções de redação geral e especializada;
- g) colaborar com trabalhos assinados em todos os números da Revista.
- h) apreciar, aprovando ou rejeitando, os trabalhos enviados à revista para publicação;
- i) recortar ou copiar tópicos e curiosidades de jornais e revistas, assim como máximas e frases curtas, notáveis, que tenha feito educativo e contribuam para tornar atraente a revista;

j) Conseguir permuta com revista e publicações congêneres do país e exterior.

Art. 5º - os trabalhos de revisão e remessa, bem como todo o serviço de correspondência e escrituração serão feitos pela Administração da revista;
§ único – para fim deverão ser postos à disposição da revista – dois funcionários da Secretária de Estado da Educação e Cultura.

Art. 6º - A Revista da funcionará em sala autônoma devidamente aparelhada para a organização de completo serviço especializado, que constará de:

- a) biblioteca e coleção de revistas congêneres de outros Estados;
- b) seção de recortes de jornal e revista;
- c) fichário
- d) coleção de álbuns, gravuras e informações que interessem à educação e ao professorado;
- e) arquivo de correspondência e material pertencentes à revista;
- f) Quadros, e gráficos de estatísticas educacionais;
- g) Coleções de revistas para atender solicitações ou encomendas

Art. 7º - o Diretor proporá à Secretaria de Estado da Educação e Cultura todas as medidas que se tornarem necessárias à boa ordem da administração, assim como o fornecimento de material adequado ao serviço e quaisquer providências ou alterações que se façam mister.

§ único – o diretor da revista não estará sujeito ao ponto.

CAPITULO III Das colaborações

Art. 8º - Serão colaboradores da revista todos os professores públicos ou particulares, de todos os graus de ensino;

§ único – A direção da Revista poderá também convidar publicistas de renome de dentro e fora do estado, para colaboradores e para pronunciar conferências sobre o ensino.

Art. 9º - A Revista desenvolverá uma campanha em prol da colaboração ativa e permanente do professor estadual, como forma obrigatória e essencial ao seu aperfeiçoamento e estudo de assuntos educacionais.

Art. 10º - A Revista terá uma caixa de correspondência da administração para a crítica dos trabalhos recebidos, sob forma discreta, com intuito de orientação e aperfeiçoamento de técnica dos seus autores, bem como de estímulo para os trabalhos aprovados;

§ único – Os originais não serão devolvidos.

Art. 11º - As colaborações devem ser encaminhadas à Administração da revista, trazendo a assinatura de próprio punho dos colaboradores, não devendo/excederem de quatro (4) paginas datilografadas em espaço “dois”, salvo nos trabalhos solicitados e casos especiais.

Art. 12º - Não se tolerarão pseudônimos, salvo para o uso de cômico.

§ único – O noticiário das atividades escolares de todos os estabelecimentos de ensino, poderá ser remetido pelos interessados, sempre que possível acompanhados de fotografias para publicação.

CAPITULO IV Disposições Finais

Art. 13º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretária de Estado da Educação e Cultura, por solicitação da diretoria da Revista.

Art. 14º - A assinatura da Revista será facultativa aos professores demais interessados, ficando, a participação de 1º de janeiro de 1959, suspensos os descontos em folha.

§ único – A assinatura anual será de duzentos Cruzeiros (Cr\$ 200,00), podendo ser alterada, para início de cada exercício, por ato do secretário de estado da Educação e Cultura.

Art. 15º - As importâncias negativas ao preço de assinaturas e anúncios serão recolhidos à administração de todo seu movimento financeiro.

Art. 16º - A publicação da revista será bimestral até que suas condições lhe permitam circular mensalmente.

Art. 17º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18º - Revogam-se as disposições em contrário. (GOIÁS, 1958, p, 1-7).

A diferença desse Decreto em relação aos anteriores reside no modo mais claro e detalhado com que se refere aos moldes em que a revista deveria circular. O Art.1º, com seus vários incisos, ditava um novo regulamento, dispondo acerca das finalidades da revista. Mesmo com as rupturas e transformações no cenário sócio-político-econômico, a revista revelava o espírito de renovação constante da educação do Estado de Goiás. A renovação educacional foi tomada pela Revista de Educação em suas três fases. Nessa terceira fase, o Decreto exaltava a direção e os fins da Revista.

Quadro16 – Mapa de números localizados – Terceira fase (1958-1962)

MAPA DE NÚMEROS LOCALIZADOS – TERCEIRA FASE (1958-1962)												
Ano/Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez.
1959	N.37		N.38		N.39		N.40			N.41		
1960	N.42		N.43		N.44			N.45			N.46	
1961	N.47		N.48				N.49				N.50	
1962	N. 51*				N.52*							
Exemplares do acervo da PUC-GO												
*Exemplares do acervo do AHEG - Arquivo Histórico Estadual de Goiás												

Fonte: Revista de Educação (1959, 1960, 1961 e 1962).

O mapeamento realizado por esta pesquisadora abarcou 15 números, distribuídos em quatro anos. Os números seguiram a sequência estabelecida desde a primeira fase, terminando a segunda fase com o número conjugado 35/36, iniciando a terceira fase no número 37. Um dos aspectos que chamou a atenção refere-se ao “ano”. Desde o exemplar de número 1 até o de 52, passaram-se 25 anos, porém consta nessa última revista o “ano 20”. Ou seja, em alguma das fases anteriores foram incluídos na contagem do “ano da revista” períodos em que ela não circulou.

Quadro 17 – Aspectos físicos da Revista – terceira fase

ASPECTOS FÍSICOS DA REVISTA – TERCEIRA FASE					
Número/ano da revista	Mês/Ano da publicação	Encadernação	Cor	Capa/contra-capas/sumário /índice	Número de página
N. 37(Ano 17)	Jan/Fev de 1959	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	82
N. 38(Ano 17)	Mar/Abr de 1959	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	73
N. 39(Ano 17)	Mai/Jun de 1959	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	67
N. 40(Ano 17)	Jul/Ago/Set de 1959	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	56
N. 41(Ano 17)	Out/Nov/Dez de 1959	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	56
N. 42(Ano 18)	Jan/Fev de 1960	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	74
N. 43(Ano 18)	Mar/Abr/Mai de 1960	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	51
N. 44(Ano 18)	Jun/Jul de 1960	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	74
N. 45(Ano 18)	Ago/Set de 1960	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	68
N. 46(Ano 18)	Out/Nov/Dez de 1960	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	38
N. 47(Ano 19)	Jan/Fev/ Mar de 1961	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	85
N. 48(Ano 19)	Abr/Mai/jun de 1961	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	76
N. 49(Ano 19)	Jul/Ago/Set de 1961	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	77
N. 50(Ano 19)	Out/Nov/Dez de 1961	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	35
N. 51(Ano 20)	Jan/Fev/ Mar/Abr de 1962	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	102
N. 52(Ano 20)	Mai/Jun/Jul/Ago de 1962	brochura	Preto e branco	sim/sim/sim/sim	70

Fonte: Revista de Educação (1959, 1960, 1961 e 1962)

Comparando a regularidade das publicações em relação às duas fases anteriores, essa terceira foi um pouco mais efetiva, mas não fiel à indicação de periodicidade registrada nas revistas – publicação bimestral –, tampouco ao que ditava o Decreto 490: “[...] a publicação da revista será bimestral até que suas condições lhe permitam circular mensalmente.” (GOIÁS, 1958, p. 4). No quadro abaixo é possível constatar que os números circularam com periodicidades diferentes – bimestral, trimestral e até quadrimestral. Independente de sua periodicidade irregular, a publicação foi contínua e constante até onde se tem notícia da circulação da revista.

Um dos aspectos diferenciado dessa fase é o que dispõe o Art. 2º do Decreto reorganizador, momento em que a função de diretor da revista passou a ser gratificada pela Secretária de Estado da Educação e Cultura. Além disso, esse Decreto regulou não somente as atividades do diretor, mas também acerca das instalações onde funcionaria a revista.

Em 11 de setembro de 1958, por meio da Portaria nº 887, a professora Amália Hermano Teixeira foi nomeada diretora da revista. Na ocasião ela era professora de Geografia do Brasil e Lente de Geografia e História de Goiás no Instituto de Educação de Goiás. Segundo depoimento da mesma, cedido à

professora Maria de Araújo Nepomuceno, em 04 de setembro de 1990, e publicado no seu livro “A ilusão pedagógica 1930 -1945: estado, sociedade e educação em Goiás” (NEPOMUCENO, 1994), ela permaneceu diretora da revista até 1963, quando se aposentou. Ou seja, todos os números localizados nessa terceira fase correspondem ao período em que a direção da revista esteve a cargo da professora Amália Hermano Teixeira.

Do Art. 8º ao Art. 12º, o Decreto trata dos colaboradores, deliberando quem pode publicar na revista e em que condições as colaborações serão aceitas. Foram colaboradores nesses 15 números encontrados:

Quadro 18 – Colaboradores da terceira fase

COLABORADORES DA TERCEIRA FASE	
Autor – Nome/ função	Número de colaborações
<i>Adélia Lobo Menna Barreto /Profa do Curso de Aplicação do Instituto de Educação</i>	05
<i>Amália Hermano Teixeira /Diretora da Revista</i>	08
<i>Esmeralda Moreira Prudente /Profa Profa do Curso de Aplicação do Instituto de Educação</i>	09
<i>Eurico Curado /Poeta goiano</i>	01
<i>Helia Rodrigues da Cunha /Profa e diretora do Grupo Escolar de Caldas Novas</i>	01
<i>Irmã Augusta Niederbauer /Profa da Ginásio e Escola Normal Sta Clara – disciplinas pedagógicas</i>	05
<i>Iron da Rocha Lima /Diretora da Divisão de Ensino</i>	02
<i>José Feliciano Ferreira / Ex-secretário da educação e cultura</i>	01
<i>José Leão Pereira de Souza/Chefe de Gabinete da Sec. Educação de Goiás</i>	01
<i>Maria Felix de souza /Assessora do Dep. Estadual de Estatística</i>	06
<i>Matilde H. I. Leduc Teixeira /Diretora do Curso Primário de Aplicação</i>	01
<i>Minervina Benedito de Oliveira /Professora do Instituto Pestalozzi</i>	04
<i>Nely Aves de Almeida /Profa de Português do Instituto de Educação de Goiás</i>	07
<i>Pedro Viggiano/Técnico de educação</i>	04
<i>Terezinha Amaral Kafuri / MEC</i>	01
<i>Vasco dos Reis Gonçalves/ Não consta</i>	01
<i>Wilson Lourenço /Secretário da Educação do Estado</i>	01
<i>Zoroastro Artiga/ Não consta</i>	01
<i>Maria de Lourdes Silva Arantes/ Assistente técnica – Diretora da Divisão do Ensino Primário</i>	01
<i>Telezila Blumenschein/ Não consta</i>	02
<i>Abadia Leal/ Não consta</i>	01
<i>Zélia Pinho de Rezende/ Presidente da União Universitária Feminina</i>	01
<i>Aldeida Gomes Estelita/ Professora Curso de Aplicação</i>	02
<i>Maria Feury/ Não consta</i>	01
<i>Pereira Pinto/ Secretário de Educação e cultura</i>	01
<i>Elza Baiocchi Pimenta/ Inspetora superintendente do Ensino Primário do Município de Goiânia</i>	03
<i>Dinorath do Valle Kutumjian/ Professora de desenhos pedagógicos e infantis</i>	01
<i>Anna Britto Miranda/ Inspetora Escolar di município de Tupirama-GO</i>	01
<i>Maria Ebi Campos Nascimento/ Presidente do Clube Social Feminino de Goiânia</i>	01
<i>Calheiros Bem fim/Não conta</i>	01
<i>Egídio Turchi/Professor</i>	01
<i>Clarize Pinto/Professor</i>	01

Fonte: Revista de Educação (1959, 1960, 1961 e 1962)

Outro aspecto importante nessa fase diz respeito à assinatura da revista. Nas outras duas fases ela era obrigatória. “[...] a assinatura da Revista será facultativa aos professores e demais interessados, ficando, a participação de 1º de

janeiro de 1959, suspensos os descontos em folha.” (GOIÁS, 1958, p. 4). A assinatura foi limitada a duzentos cruzeiros (Cr\$ 200,00) por ano com a possibilidade de ser alterada.

Imagem 4 - Revista de Educação



4.1.1 A organização do conteúdo

Na terceira fase a revista se apresentou com uma estrutura editorial diferenciada das demais, não mais em seções. A direção organizou uma estrutura editorial que ressaltava os artigos em seus temas e assuntos, considerando o que consta no art. 1º do Decreto nº 490 de reorganização. Ou seja, o conteúdo da revista contemplou “assuntos educacionais, educativos e de cultura pedagógicas”, divulgou e orientou o pensamento educacional do estado, sempre dentro de uma perspectiva de renovação e da técnica profissional. A revista nessa fase deu ampla publicidade às atividades, notícias e legislação escolar, entre outros. Mas o que ressaltou e ficou peculiar nessa terceira fase foi a publicidade dada às realizações do Governo do Estado “rumo ao desenvolvimento”.

Parece que a o objetivo primeiro da revista era divulgar as realizações do Governo Estadual em todas as áreas: na saúde, na educação, na assistência social; em qualquer área ou setor que o governo estadual estivesse trabalhando a Revista de educação estava divulgando. É possível dizer que o governo utilizou a Revista como instrumento de campanha político/eleitoral.

Devido à diversidade de temas e assuntos e à não fixação de seções por parte da direção da revista, optou-se por relacionar o que se sobressaiu com maior frequência no tema relativo educação nos 15 números encontrados. Nesse sentido, a partir do quadro 17, que apresenta o nome dos autores e da quantidade de colaborações, selecionaram-se aqueles cuja participação foi recorrente na Revista. Com referência à produção educacional, foram encontrados planos de aula e sugestões de como ensinar uma determinada matéria de alguma disciplina do Ensino Primário. No próximo quadro é possível elencar os temas e assuntos educacionais que mais se destacaram na produção visitada.

Quadro 19 – Temas e assuntos

TEMAS E ASSUNTOS		
AUTORES	ARTIGOS	REVISTA
Adélia Lobo Menna Barreto <i>/Profa do Curso de Aplicação do Instituto de Educação</i>	A arte de contar histórias: primeira de uma série	N. 38
	A arte de contar história (segundo da série)	N.39
	A arte de contar história (terceiro e ultimo de uma série) "A História infantil e sua seleção	N. 40
	O professor primário: Sal da Terra e a Luz do Mundo	N.41
	Brasília – Nova Capital e a Nova Geração - aula na escola Primária	N.42
Amália Hermano Teixeira <i>/Diretora da Revista</i>	II congresso nacional de educação de adultos	N.37
	Carta de Educação de Adultos	N.37
	Salvação de Madrinha	N. 38
	Serviço de Educação de Adultos em Goiás	N. 38
	Movimentação ruralista em Goiás - Criação do serviço de Clube Agrícola - O Clube Agrícola Escolar e a motivação	N.39
	Brasil Capital Brasília	N.42
	Amigos da natureza	N.45
	Reportagem sobre a instalação do V congresso Nacional de professores primários	N.51
Esmeralda Moreira Prudente <i>/Profa Profa do Curso de Aplicação do Instituto de Educação</i>	Metodologia da Composição	N. 38
	Metodologia da composição (Segundo de uma série)	N. 40
	Metodologia da composição - Técnica que adota para composição a vista de gravuras	N.41
	Damiana da Cunha – Biografia	N.44
	Sugestão para o Ensino de Gramática – Graus de Adjetivos	N. 46
	Sugestões para o Ensino da gramática (verbos)	N.47
	Sugestão para o ensino da Gramática – estudo dos verbos	N.48
	Sugestão para o ensino da Gramática – Tempo verbal e infinitivo	N. 49
	Plano de Aula – História da América – Cristóvão Colombo	N.50
	Plano de Aula – O descobrimento do Brasil	N.51
Irmã Augusta Niederbauer <i>/Profa da Ginásio e Escola Normal Sta Clara – disciplinas pedagógicas</i>	Plano de Aula – A escravidão no Brasil e nas Américas	N.52
	Sugestões metodológicas para o ensino da matemática no pré-escolar	N. 38
	A gramática no ensino primário deve contribuir para a formação integral do aluno – como ensinar o substantivos (segundo da série)	N.39
	Nomes Próprios	N.41
	O desenho a serviço da linguagem – uso do "Ch"	N.43
Maria Felix de Souza <i>/Assessora do Dep. Estadual de Estatística</i>	O desenho a serviço da gramática – Interjeições	N.44
	Previsão para o Censo Demográfico de Goiás, em 1960	N. 38
	Goiania que vimos nascer, crescer e vencer – síntese Histórica.	N.39
	O Batismo Cultural de Goiânia	N. 40
	O convênio de 1931 e a Estatística do Ensino Primário em Goiás	N.41
	Brasília foi um sonho, foi um plano é uma realidade.	N.42
Minervina Benedito de Oliveira <i>/Professora do Instituto Pestalozzi</i>	Ensino médio em Goiânia IBGE - Ensino secundário, Ensino comercial, Ensino industrial, ensino Agrícola, Ensino Normal	N.43
	Educação de crianças excepcionais	N. 38
	Classificação, descrição e caracteres dos diversos tipos de retardados mentais	N.39
	Métodos da psicologia: Atenção – fator decisivo na orientação do Aprendizado	N.41
	Apresenta o relatório das atividades desenvolvidas entre as atividades curso de orientação na APAE de Goiânia.	N.47
Nely Aves de Almeida <i>/Profa de Português do Instituto de Educação de Goiás</i>	Literatura Infantil	N. 38
	A Literatura infantil Tradicional e a moderna	N.41
	Solenidades a Professora Primária de Goiás	N.45
	Criança Símbolo do Amor	N. 46
	Sugestões para ensino de Português no 1º ano	N.48
	Sugestão para o Ensino do Português na 2ª da série	N.49
	Sugestão para o Ensino do Português na 3ª da série	N.50
	Os Verbos quanto à conjugação	N.51
	O pronome "SE"	N.52
Pedro Viggiano <i>/Técnico de educação</i>	PELA A HISTÓRIA - Memórias do Liceu Goiano	N.37
	Ginásio Experimental	N.39
	Pela História de Goiás – III Navegação do Araguaia	N. 40
Legislação e Notícia Escolar		

Fonte: Revista de Educação (1959, 1960, 1961 e 1962)

O quadro acima apresenta uma característica importante dessa fase. Os autores publicavam sobre um determinado assunto em uma série de três textos, dentro do seu tema de trabalho. Nely Aves de Almeida, por exemplo, era professora de português do Instituto de Educação de Goiás e todos os artigos publicados pela Revista estavam ligados à formação prática-pedagógica de professorado. A professora publicou três artigos dentro do tema “Ensino de Português para séries primárias: Sugestões para ensino de Português no 1º ano, Sugestão para o Ensino do Português na 2ª da série e Sugestão para o Ensino do Português na 3ª da série”, em três diferentes números da revista – no nº 49, nº 50 e no nº 51. Essa configuração se apresentou com quase todos os autores descritos no quadro acima.

4.1.2 Temas e Assuntos

Os temas recorrentes nesses textos, como se observou no quadro 18, são planos e sugestões de aula, metodologias, estatísticas, contação de história e literatura Infantil, história e memória, reportagens, legislação e notícias escolares. A seguir, apresentar-se-ão artigos e os principais temas dispostos na Revista.

4.1.2.1 Plano de Aula

De maneira geral, os artigos publicados pela revista eram destinados ao tema “plano de aula” - planos para uma unidade didática. Nesse tipo de artigo, o autor apresentava itens como: trabalho preparatório na classe, trabalho em classe com o material conquistado, observações pedagógicas. Os planos apresentavam-se com atenção a alguns itens: objetivos da professora, objetivos dos alunos e desenvolvimento.

Quadro 20 – Itens que compõem os planos

ITENS QUE COMPÕEM OS PLANOS
Plano sobre – Duque de Caxias Metodologia empregada: matérias correlacionadas. Os objetivos da professora: 1) Valorizar o passado 2) Estudar o presente 3) Incentivar os alunos Objetivos dos alunos 1) Motivação Desenvolvimento 1) Palestra da professora – sobre Caxias 2) Biografia de caixas
Plano de aula - matéria: HISTÓRIA tema: Brasília classe : 3ª ano Material ilustrativo 1) Objetivos 2) Desenvolvimento 3) Mapas da região e fotos da cidade
O desenho a serviço da linguagem: O plano de aula é sobre o uso de “Ch”, a professora mostra como utilizar o desenho para facilitar o aprendizado. 1) Os objetivos da professora 2) Objetivos dos alunos 3) Desenvolvimento
Plano de Aula Duração 8 dias Unidade didática – A árvore Método empregado – Matérias globalizadas Motivo: dia da Arvore Objetivos para o Professor: 1) Despertar na criança o respeito e amor à árvore 2) Associar as atividades da classe as atividades do clube agrícola Objetivo para o aluno: 1) Tomar parte ativa nas festividades da árvore e também do Clube agrícola Desenvolvimento: a autora discorre como o professor deve desenvolver o tema nas matérias.
Plano de Aula História do Brasil – para 5º ano Objetivo – trabalhos em conjunto com diferentes matérias: Aplicação da linguagem Aplicação da Geografia Aplicação de Estudos sociais Exercícios fixação de geografia do Brasil
Plano de Aula A borracha: estudo das plantas de cultura – a seringueira cultivo e aproveitamento. 1) Como fazer o cultivo 2) Tempo necessário para colheita 3) O que faz com a borracha da seringueira

Fonte: Revista de Educação (1959, 1960, 1961 e 1962).

Os artigos que as professoras apresentavam como plano indicava os assuntos e atividades a serem desenvolvidos nas matérias de Linguagem, Estudos Sociais, Matemática, Sociais e Naturais do Brasil. Havia, ainda, sugestões de

brincadeiras como enigma e palavras cruzadas. Diversos eram os assuntos apresentados pelas professoras como exemplo para o trabalho com as unidades didáticas dos programas de Ensino.

4.1.2.2 Sugestões

Entre as sugestões, as professoras, por vezes, apresentavam temas semelhantes a planos de aula, como é o caso do artigo “Sugestões metodológicas para o ensino da matemática no pré-escolar”, da Irmã Augusta Niederbauer, em que sugeriu como fazer o aluno fixar a leitura e a escrita dos números de 1 a 10.

Imagem 5 - Revista de Educação

geros de um a dez. Nesta altura a professora há de aplicar uma série de testes de fixação por dias em seguida, variando, entretanto, os exercícios aos quais submete a classe. Entre variadíssimas que existem, sejam expostos os seguintes:

1 — Digam (escrevam) que números faltam nesta série:
1 — 3—4—5—7—8—10

2 — Façam um círculo em redor do número maior:
3—4—1—5—2

3 — Cerquem o número menor:
2—3—5—1—9

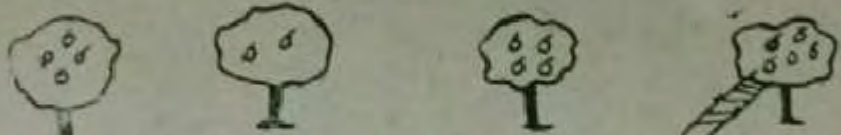
4 — Quais são os vizinhos?
... 3...1... 5...1... 7...

5 — Dizer os números que vêm antes de 7; de 9; de 3; etc.

6 — Dizer os números que vêm depois de 3; de 7; de 5; etc.

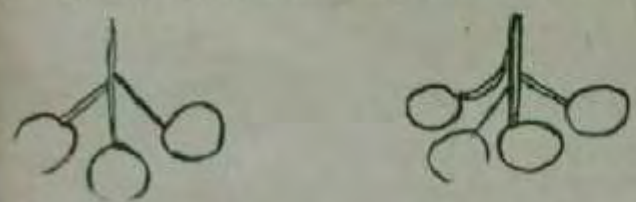
EXERCÍCIOS POR MEIO DE DESENHOS E GRÁFICOS

1 — Quantas laranjeiras há neste quintal?



2 — Quantas laranjas há em cada laranjeira?

3 — Quantas laranjas há nesta penca? e na outra?



5 — Numa laranjeira está encostada uma escada. Quantos degraus ela tem?



4 — Quantas folhas há neste galho?



23

Fonte: Revista de Educação (n. 38, 1959, p. 20)

Mas a maioria dos artigos que se apresentavam como sugestões eram destinados ao ensino de gramática. Sugestões de fato como o professor, trabalhar em classe, os assuntos: graus de adjetivos, verbos - a introdução ao estudo dos verbos, ações práticas com mais de um agente, regência verbal e verbo assistido,

sugestões também de exercícios para a aprendizagem e fixação dos tempos verbais.

4.1.2.3 Metodologias

A metodologia foi um subtema presente em vários outros temas. No “Plano de Aula”, nas “Sugestões”, a revista apresentou um artigo que mostrava a sistemática e a importância do conhecimento sobre as metodologias. Por exemplo, no assunto relativo à “Composição”.

A boa composição é sem dúvidas produto da experiência lógica, riqueza de vocabulário e expressão do escolar. A basear nessas verdades todo professor deve ter conhecimento e aptidão suficiente para insistir na prática constante e permanente na arte de compor. Veja algumas sugestões:

Aula de leitura:

- a) Interpretação
- b) Formar sentença com palavras conhecidas
- c) Formar orações breves com vocabulários desconhecidos do texto com a orientação do professor
- d) Fazer a inversão da leitura
- e) Opiniões sobre a moral e partes mais interessantes da redação
- f) Por meio de gravura o professor fará ilustrar as composições.

Festas Escolares

- a) Prepara convites
- b) Preleção referente ao convite principal.
- c) Relato dos acontecimentos como decorreram, os números de artes que foram apresentados, o que achou de mais importante, opinião sobre o auditório, local. etc., levando, assim a classe a expender apreciação própria sobre o fato analisado e com que os alunos externem seus pensamentos.

Reuniões Sociais

- a) Objetivos
- b) Lavar ata de reunião

Excursões escolares

- a) Finalidades
- b) Admiração da natureza, o belo, o simples, de tudo fazer um relatório pessoal

Comemorações em classe

- a) O motivo
- b) A sociabilidade da criança
- c) Compor, comparando a escola ao lar

Histórias recreativas

- a) Interpretação
- b) Formar desenhar a história com alguns fatos
- c) Crítica da história em sentido positivo

Gravuras

- a) Aspecto principal ou cenário
- b) Personagens principais da estampa
- c) Pormenores
- d) Conclusão moral de acordo com as características do quadro

Provérbios, máximos e pensamentos

- a) Desenvolvê-lo
- b) Composição oral, sempre tendo em vista comparações positiva, no sentido do bom comportamento das crianças.

Poesia Simples

- a) Interpretação
- b) Mudar os versos em prosa

Charadas e enigmas

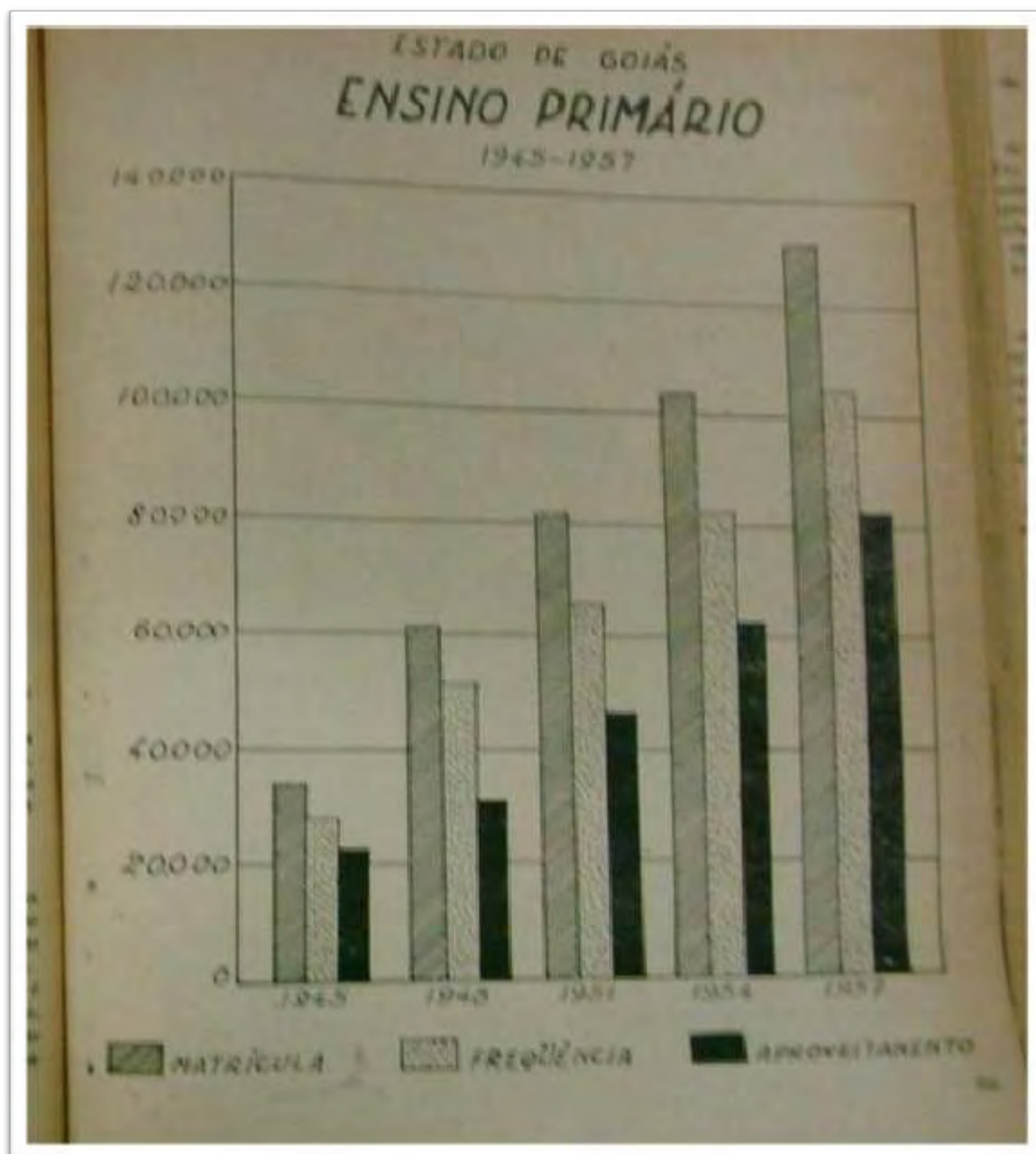
- a) Composição recreativa oral ou escrita
- b) Levar os alunos a formação charadas fáceis. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 38, 1959, p. 32-34)

Nesse tema a revista ressaltava o aprendizado da técnica para uma boa prática pedagógica. No exemplo acima, é possível perceber o destaque dado à técnica para o trabalho com “composição”. Notou-se a preocupação em fazer o professorado assimilar que essa estrutura escrita possui início, desenvolvimento e fim, além da importância de escolher um bom título para as composições. Com o Decreto de 1958, a técnica ganhou importância no fazer pedagógico, isto é, a repetição levaria ao aperfeiçoamento.

4.1.2.4 Estatística

A Estatística educacional era produto do tempo político, em que o Estado de Goiás vivia a efervescência do progresso. Nesse sentido, a estatística apresentava o número de escolas construídas, o número de matrículas e de frequência, o aproveitamento dos alunos, entre outros. A imagem abaixo mostra essas informações do Ensino Primário entre 1945-1957 em forma de gráfico.

Imagem 6 – Revista de Educação



Fonte: Revista de Educação (n. 41, 1949, p. 33)

A estatística trouxe históricos dos censos demográficos, antes e depois da construção de Goiânia e Brasília, utilizando dados do IBGE, apresentando desde a ideia da mudança da capital até o batismo cultural, divulgando as informações gerais de Goiânia sobre a população, a agricultura e pecuária, a indústria, os meios de transporte, a arrecadação pública, a cultura e a assistência médica.

A revista trazia artigos sobre a evolução do ensino médio em Goiás, embasado nas publicações do IBGE. Também sobre a evolução do ensino

secundário, comercial, industrial, agrícola e o ensino normal. Como dito anteriormente, a estatística educacional compõe a parte da revista que estava voltada a noticiar as realizações no governo.

4.1.2.5 Literatura Infantil e Contação de História

Imagem 7 - Revista de Educação



Fonte: Revista de Educação (n. 38, 1959, p. 24)

Sobre a literatura infantil, os artigos dedicaram-se a enaltecer os benefícios para o processo de ensino-aprendizagem,

Literatura Infantil, matéria de ensino das mais importantes, jamais deverá ser afastada do currículo escolar, ao contrário: deve ser mantido, orientada, dirigida por que os conhecimentos de linguagem, que se adquire através

dela são reais e duradouros. (REVISTA DE EDUCAÇÃO, n. 37, 1959, p. 23).

Um tema que estava relacionado à literatura infantil era sobre contação de história. A revista publicou alguns artigos que discorriam sobre esse assunto: a técnica, como conceituar a história infantil, a importância da história infantil, a influência da história infantil na formação do caráter, a idade em que a criança começa a se interessar pelas histórias. A revista orientava os professores sobre os aspectos a serem considerados na história infantil: os aspectos recreativos, educativos, instrutivos (instáveis), religiosos, físicos. E, ainda, de que existiam histórias adequadas para cada idade. Cada tipo de texto corresponderia às habilidades desenvolvidas para cada idade.

4.1.2.6 História e Memória

Por conta desse tema, destacaram-se as publicações que apresentavam históricos de instituições escolares como o do Liceu, Ginásio e da Escola Normal. Discorrendo desde a criação, passando pelas transformações ocorridas nessas instituições, mas, também, contavam fatos históricos sobre a exploração dos pioneiros que fundaram o Estado.

4.1.2.7 Acontecimentos

Aqui foram reunidas reportagens e matérias feitas pela professora Amália Hermano Teixeira, também diretora da revista, e acontecimentos que encabeçaram campanhas e movimentos em prol da educação.

Em uma de suas reportagens, ela ressaltava os temas que a comissão organizadora definia para norteadores do Segundo Congresso Nacional de educação de adultos. Foram eles: levantamento e análise da evolução e situação atual da educação de adulto no Brasil; a educação do adulto, suas finalidades, formas e aspectos formais; a educação de adultos e os seus problemas de organização e administração, os programas métodos; e processos de educação de adultos. A reportagem da professora apresentava, ainda, as Resoluções do

congresso sobre o programa social, sobre o voluntariado, sobre o serviço de erradicação do analfabetismo, sobre representação de Goiás no congresso.

Um acontecimento que recebeu atenção da direção da revista em vários números foi a inauguração de Brasília, no dia 12 de Abril de 1960. A professora Amália escreveu de forma ampla sobre:

- a) os precursores da ideias da interiorização da capital da República;
- b) escolha definitiva do novo distrito federal;
- c) transferência da capital em 21 de abril de 1960;
- d) Brasília – Empresa ciclópica;
- e) a colaboração de Goiás para a transferência da Capital Federal;
- f) os auxílios mais diretos do presidente Juscelino na nova capital;
- g) educação e saúde;
- h) descrição geográfica da nova capital;
- i) foto do Jk e resumo de sua biografia. Em cinco anos cinquenta de progresso.

Como dito antes, a terceira fase da revista foi, em grande parte, voltada para os acontecimentos políticos e econômicos do desenvolvimento.

4.1.2.8 Educação Especial

Um tema recorrente em vários números da revista foi a educação especial, que, até então, não fora abordado em nenhuma outra fase da revista. Todos os textos que trataram do assunto foram de autoria da professora de Oficinas pedagógicas do Instituto Pestalozzi, da cidade de Goiânia, Minervina Benedito de Oliveira, e abordavam a educação de crianças excepcionais: a classificação, descrição e caracteres dos diversos tipos de retardados mentais. A professora apresentou o método da experiência como o mais adequado para o aprendizado dessas crianças.

4.1.2.9 Noticiário Escolar e Legislação

Nessa fase, as notícias não diferiram em nada das fases anteriores. Apresentavam notícias de acontecimentos educacionais e políticos, sobre concursos, lançamentos de livros, eventos culturais já ocorridos ou por ocorrer, além de noticiar sobre as datas comemorativas em varias cidades do estado (Dia da Árvore, Dia da Independência, entre outras), além de ações e medidas do governo.

Quanto ao tema “Legislação”, destaca-se a Lei Orgânica do Ensino Normal – uma exposição de motivos e a apresentação do anteprojeto de Lei. Outro destaque foi o Programa do Ensino Normal – instrução Metodológica. Extrato de decretos-leis e de portarias baixados pelo secretário da educação. Outros que ocuparam esse tema foram resumos de decretos-leis que empossavam, nomeavam e promoviam funcionários, criavam e regulavam Grupos Escolares, entre outras providências.

Na terceira fase da revista, o destaque ficou por conta do movimento desenvolvimentista. O estado rumava ao progresso e a revista foi muito utilizada para propagar as realizações do governo estadual. Quanto aos princípios da Escola Nova, esses já não circulavam como tema de destaque na revista, mas o espírito da renovação estava presente nos artigos ali publicados, agora destacando a técnica e o aperfeiçoamento metodológico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou apresentar como o poder público fez circular o ideário escolanovista no Estado de Goiás, por meio da Revista de Educação. Sendo a revista um Impresso Pedagógico Oficial do Estado, nossa questão foi apresentar como a Escola Nova foi divulgada e compreendida pelos educadores. Para tanto, se fez necessário explorar de forma geral todos os números localizados, visto que não encontramos histórico, artigos ou trabalhos dedicados a essa revista.

A revista teve uma vida bem irregular, marcada por rupturas. Parou de circular diversas vezes, sendo reorganizada por dois decretos. Essa volatilidade e a lacuna dos números não localizados fizeram com que o ponto de partida fosse o decreto de criação e os dois decretos de reorganização para, dessa forma, sistematizar o trabalho de um modo legível.

Então, separaram-se os números localizados em três fases. A primeira fase da revista – 1937-1944; a segunda fase da revista – 1945-1958; e a terceira fase – 1958-1962. Todas as três fases foram exploradas no sentido de apresentar os assuntos e temas dedicados à Escola Nova.

Na primeira fase, observa-se que a revista foi criada pelo Decreto nº 3.482, de 12 de junho de 1933, com o objetivo de divulgar o novo ideário educacional que circulava pelo País. Após o Primeiro Congresso de Educação, as ações começaram a emergir no cenário educacional do Estado e a Revista se esmerou na tarefa de esclarecimento e difusão dos princípios escolanovistas. A ideia era estimular o professorado goiano para a renovação da prática pedagógica em sala. Assim, a revista de nº 2 foi emblemática, não somente por se dedicar ao Primeiro Congresso de Educação do Estado, mas, principalmente, por discutir e fazer circular a nova estrutura do Ensino Primário do Estado de Goiás, cuja perspectiva era integrar Goiás ao projeto nacional de “Pátria Unificada”.

Como dito na própria revista, o Primeiro Congresso de Educação do Estado foi a “pedra fundamental” na edificação de uma educação renovada. As medidas e ações acordadas nesse Congresso e divulgadas pela Revista estavam diretamente relacionadas aos princípios difundidos pela Escola Nova e pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

Na segunda fase da revista, ela foi reorganizada pelo Decreto-lei nº 186, de 24 de novembro de 1945, que lhe mudou o nome, passando ela a se chamar Revista de Educação e Saúde. Facilmente identificam-se as medidas e ações que o governo do Estado de Goiás programou por meio da Legislação ao adequar a educação aos interesses de renovação e ascensão para o Estado, que foram acordadas desde as teses publicadas na revista de nº 2, provenientes do Primeiro Congresso de Educação do Estado, em 1937. Nessa segunda fase, a revista permaneceu se ocupando da circulação da ideia de renovação para educação, agora dispondo de exemplos de práticas em sala de aula, que a revista julgou serem bem-sucedidos. Ou seja, o que a revista fez circular na primeira fase voltaria na segunda fase em forma de prática desenvolvida na classe.

Entretanto, um aspecto foi mais enfatizado na segunda fase: a preocupação com a saúde. O tema saúde não foi preocupação apenas do Estado de Goiás, haja vista as determinações do Ministério da Educação e Saúde. Nessa fase a revista teve como objetivo central nas suas publicações a formação do professor, tanto na perspectiva renovadora como na incorporação da concepção de um novo cidadão brasileiro, saudável e educado, preparado para o trabalho – princípios tão básicos para o progresso da Nação.

Na terceira fase, a revista sofreu nova reorganização por meio do Decreto nº 490, de 02 de dezembro de 1958. A diferença nesse decreto foram os detalhes do regulamento quanto às finalidades da revista, que permaneciam em sintonia com os princípios disseminados pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932). O aspecto central nesse momento histórico ficou por conta de uma política econômica desenvolvimentista, que colocava o Estado rumo ao progresso. Nesse sentido, a revista foi bastante utilizada na divulgação das realizações do governo estadual, conforme previsto no decreto. Quanto ao ideário da Escola Nova, esse já não era seu assunto principal, mas estava presente de modo implícito nos artigos voltados à educação.

À guisa de conclusões, pode-se dizer que a primeira fase da revista dedicou-se a divulgar a ideia da mudança do paradigma educacional vigente. Na segunda fase, a revista enfatizou os princípios da Escola Nova, centrando-se na questão da saúde, na criação de escolas e sugestões dos professores no que se refere às novas metodologias e práticas de ensino, entre outros. Na terceira fase, em consonância com a política desenvolvimentista em vigor, a revista salientava a

importância do domínio das novas técnicas no âmbito da educação, referindo-se, de maneira especial, à formação dos alunos para o trabalho. Nesse aspecto, como órgão oficial do Estado de Goiás, ela cumpriu com a sua função de fazer circular as ideias dominantes em voga nos diferentes períodos pesquisados. Esse trabalho pode ser utilizado como ponto de partida para a localização de informações sobre história da educação de Goiás, sobre a legislação, as práticas, as disciplinas escolares, os sistemas de ensino, entre tantas outras questões entreabertas para futuras pesquisas, no que se refere ao papel das Revistas de Educação em determinados períodos históricos.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BASBAUM, Leôncio. **História sincera da República**. 6. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1991.
- BASTOS, M. H. C. **A Revista do Ensino-RS: o novo e o nacional em revista**. 1. ed. Pelotas: Seiva, 2005. v. 1.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação: Revista de Ensino de Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.
- BRZEZINSKI, I. **A formação do professor para o início de escolarização**. Goiânia: UCG/SE/GO.ABEU, 1987.
- BURKE, Peter (org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CADKLEIN. 2011. Disponível em: <<http://www.cadklein.com>>. Acesso em: 10 dez. 2012.
- CANEZIN, Maria Teresa; LOUREIRO, Walderês Nunes. **A escola normal em Goiás**. Goiânia: Ed. UFG, 1994. (Coleção documentos goianos; 28).
- CARVALHO, M. M. C. Pedagogia da escola nova e usos do impresso: itinerário de uma investigação. **Educação (UFSM)**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 87-105, 2005.
- CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. **A educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.
- CATANI, D. B.; SOUSA, C. P. **Catálogo da imprensa periódica educacional paulista (1890-1996)**. São Paulo: Plêiade, 1999. v. 1.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: À BEIRA da falésia. Porto Alegre, Ed. da Universidade/UFRGS, 2003.
- CUNHA, Marcus Vinícius da (Org.). **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas: Autores associados, 2000. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 73).
- FAUSTO, B. **A Revolução de 1930: historiografia e história**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da educação e história cultural. In: GREIVE, Cynthia Veiga; FONSECA, Thais Nivia de Lima e (Org.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 49-75.

GINSBURG, C. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: MITOS, emblemas e sinais. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOCHMAN, G. Reformas, instituições e políticas de saúde no Brasil (1930-1945) **Educar**, Curitiba, n. 25, p. 127-141, 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewfile/2242/1874>>. Acesso em: 5 dez. 2012.

HUNT, L. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, J. A história nova. In: LE GOFF, J.; CHATIER, R.; REVEL, J. **A história nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990. (Coleção repertórios).

LOPES, Ana Amélia Borges de Magalhães et al. (Org.). **História da educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte: FCH/FUMEC, 2002.

MIALARET, Gaston (Org.). **Educação novae e mundo moderno**. Lisboa: Arcádia, 1971.

NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **A ilusão Pedagógica – 1930-1945**: estado, sociedade e educação em Goiás. Goiânia: Ed. da UFG, 1994.

NÓVOA, António. **Histoire & comparaison (Essais sur l'éducation)**. Lisboa: Educa, 1998.

Ó, Jorge Ramos do; CARVALHO, Luís Miguel. Sobre a circulação do conhecimento educacional: três incursões. In: Ó, Jorge Ramos do; CARVALHO, Luís Miguel. **Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógica moderno (1880-1960)**: estudos comparados Portugal-Brasil. Lisboa: Educa, 2009. (Coleção ciências da educação; 7).

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PINTO, Rubia-Mar, **Modernidade e nacionalismo no coração do Brasil**: cidade e escola (re) inventando o Brasil (1937 – 1945). 31ª Reunião anual da ANPEd. GT de História da Educação. Caxambu/MG. 2008.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. (Coleção história e historiografia).

REIS, Ana Carolina Godinho; PADILHA, Caio Augusto Toledo. **Educar para o trabalho**: um breve estudo sobre o ensino profissionalizante na era Vargas (1930-1945) e no governo JK (1956-1961). 2010. Disponível em:

<http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Caio_Augusto_Toledo_Padilha_e_Ana_Carolina_Godinho_Reis_UM_BREVE_ESTUDO_ENSINO_PROFISSIONALIZANTE_ERA_VARGAS_JK.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2012.

REVEL, J. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: **PROPOSIÇÕES**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVA, Carlos Manique da. **Do modo de aprender e de ensinar**: renovação pedagógica e cenários de experimentação da escola graduada (1834-1892). 2008 Tese (Doutorado) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Lisboa, 2008.

SILVA, Marilda da; VALDEMARIN, Vera Teresa (Org.). **Pesquisa em educação**: métodos e modos de fazer. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

VALDEMARIN, Vera Teresa. **História dos métodos e materiais de ensino**: a escola nova e seus modos de uso. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica da história da educação brasileira; v. 6).

FONTES

GOIÁS. **Decreto nº 3.482, de 12 de junho de 1933.** Goiânia: Imprensa Oficial, 1933.

GOIÁS. **Decreto-Lei nº 186, de 24 de novembro de 1945.** Goiânia: Imprensa Oficial, 1945.

GOIÁS. **Decreto n. 490, de 2 de dezembro de 1958.** Goiânia: Imprensa Oficial, 1958.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia, Órgão da Diretoria Geral do Interior, n. 2, p. 1-50, nov./dez. 1937.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão da Diretoria Geral do Interior, ano 3, n. 9, p. 1-32, nov./dez. 1939.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Tipografia Popular J. Câmara e Irmãos, ano 5, n. 12, set./out. 1940.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. Goiânia: Imprensa Oficial, ano 12, n. 23/24, fev./mar. 1946.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. Goiânia: Imprensa Oficial, ano 14, n. 27/28, jun./jul. 1946.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. Goiânia: Imprensa Oficial, ano 14, n. 29/30, ago./set. 1946.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. Goiânia: Imprensa Oficial, ano 17, n. 33/34, jan./fev. 1949.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE. Goiânia: Imprensa Oficial, ano 17, n. 35/36, jan./fev. 1949.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 17, n. 37, jan./fev. de 1959.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 17, n. 38, mar./abr. 1959.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 17, n. 39, maio/jun. 1959.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 17, n. 40, jul./set. 1959.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 17, n. 41, out./dez. 1959.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 18, n. 42, jan./fev. 1960.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 18, n. 43, mar./maio 1960.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 18, n. 44, jun./jul. 1960.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 18, n. 45, ago./set. 1960.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 18, n. 46, out./dez. 1960.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 19, n. 47, jan./mar. 1961.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 19º, n. 48, abr./jun. 1961. (Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura).

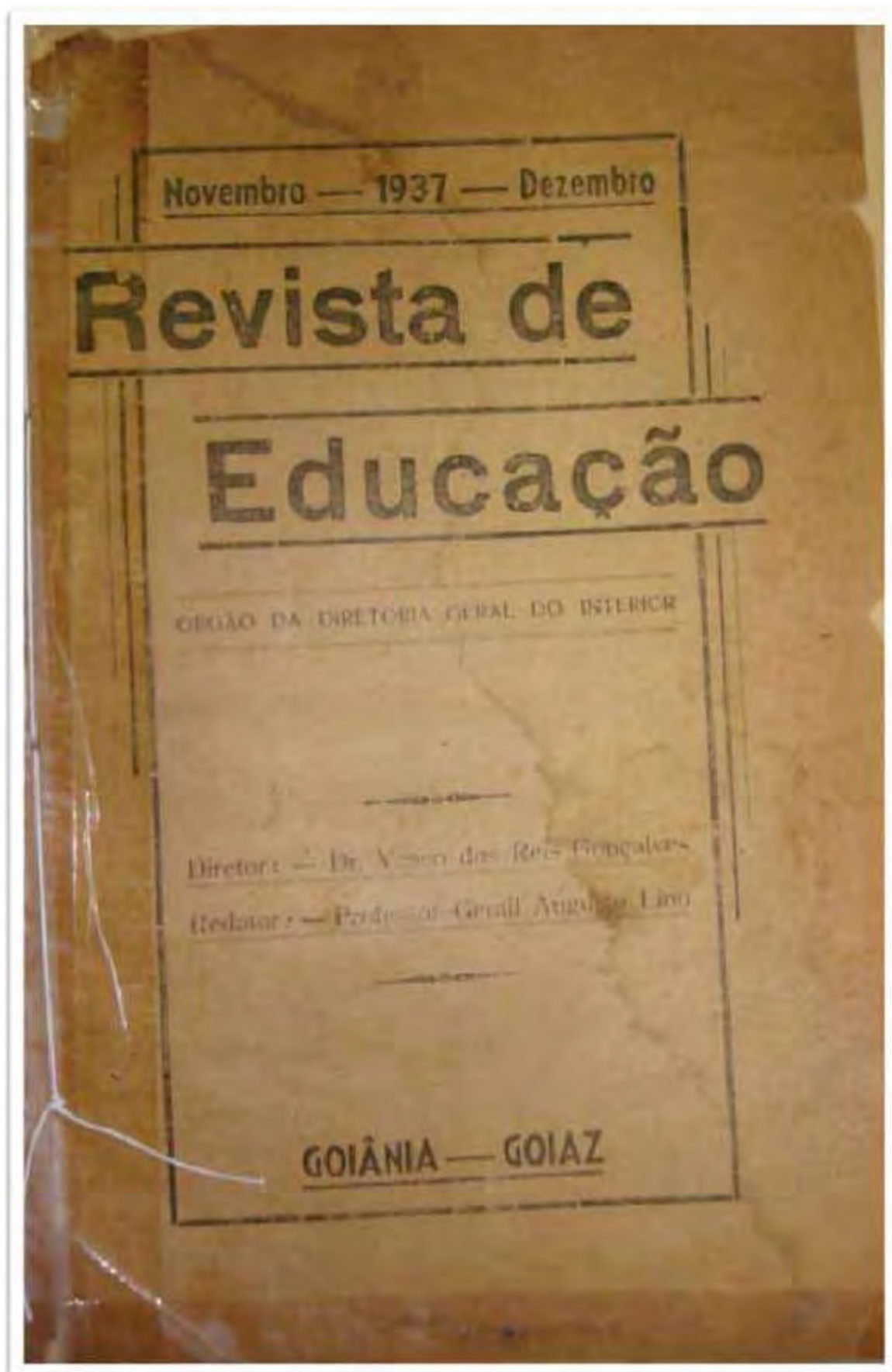
REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 19, n. 49, jul./set. 1961.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 19, n. 50, out./dez. 1961.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 19, n. 51, jan./abr. 1962.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Goiânia: Órgão Oficial da Secretária de Estado da Educação e Cultura, ano 19, n. 52, maio/ago. 1962.

ANEXO A – Capa e sumário Revista de Educação (dez. 1937)



ANEXO B – Capa e sumário Revista de Educação (dez. 1939)



ANO 3^o **REVISTA** NUM. 9
DE EDUCAÇÃO

Orgão da Diretoria Geral de Educação

SUMARIO

DR. JOAO TEIXEIRA ALVARES JUNIOR

COLABORAÇÃO:

A. A. Fleuri — LIVROS DIDATICOS

Amalia Hermanno Teixeira — PROGRAMAS DE ENSINO
 NA ESCOLA NOVA

Dr. Vitor Coelho de Almeida — VERSOS AUREOS PITA-
 GORICOS DE LYSIS

Jandira Henriano — TESTES

Cristina Dias — ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES PRI-
 MARIAS

Ofelia S. do Nascimento Monteiro — TESTES

Costa Rego — O RECENSEAMENTO

DISCURSO

Vasco dos Reis — Parágrafo da turma de normalistas
 que terminaram o curso no corrente ano, na Escola
 Normal Oficial

PROGRAMA

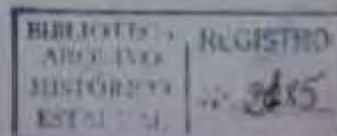
das Escolas Complementares

NOTICIÁRIO ESCOLAR

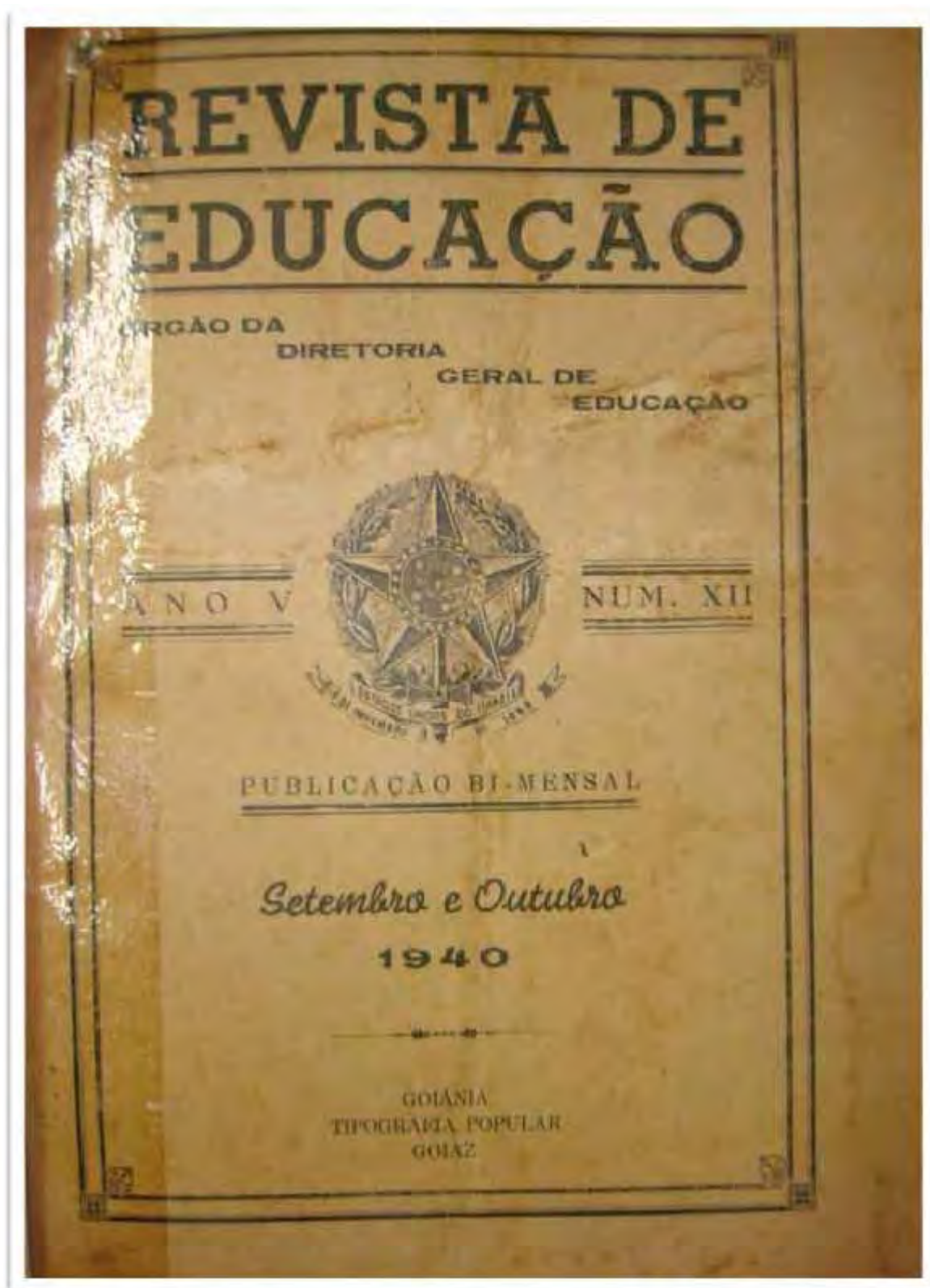
PUBLICAÇÃO BI-MENSAL

NOVEMBRO E DEZEMBRO — 1939

TIPOGRAFIA POPULAR
 J. CAMADA & IRMÃOS
 GOIÂNIA — GOIÁS
 1 9 4 0



ANEXO C – Capa e sumário Revista de Educação (out. 1940)



Sumario

— COLABORAÇÕES —

- E. F. Kunicki** — NO ENSINO DA HISTORIA PÁTRIA E DA GEOGRAFIA
Laurinda S. Oliveira Moura — EXEMPLO DE ENSINO DE LINGUAGEM DE 1º ANO
Ivêta Cunha Campos — O DEVER E A ESCOLA
Lucy Gonzaga Siqueira — ENSINO DA HISTORIA
Alice de Aquino — PERSONALIDADE DO PROFESSOR
Maria M. Saldanha — EDUCAR
Modestina das Dôres Fonsêca — PLANO DE AULA — LINGUA PÁTRIA — SUBSTANTIVO — DECÁLOGO ALIMENTAR — ORGANIZADO PELO PROF. HÉLTON PÓVOA, CHEFE DO SERVIÇO DE NUTRIÇÃO DA POLICLINICA DO RIO DE JANEIRO.

— DISCURSO —

- Maria de Lourdes Lisboa e Castro** — PRONUNCIADO NO DIA DA ARVOIRE, EM BONFIM

— TRANSCRIÇÕES —

- Dr. Maximo Domingues** — EDUCAÇÃO E O SEU ESPÍRITO CREADOR
 O MAGISTERIO PRIMARIO — A NACIONALIZAÇÃO DO PROFESSORADO

— LEGISLAÇÃO ESCOLAR —

- Decreto-lei n. 3.402, de 21-8-40 — Transfere de Outubro para a primeira quinzena de Setembro, a segunda prova parcial das Escolas Normais do Estado.
 Decreto-lei n. 3.530, de 29-8-40 — Aumenta de mais um o numero dos membros do Conselho Estadual de Educação.
 Decreto-lei n. 3.557, de 5-9-40 — Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Educação.
 Decreto-lei n. 3.560, de 6-9-40 — Dispõe sobre vencimentos das professoras do Grupo Escolar Modelo e dá outras providencias.
 Decreto-lei n. 3.567, de 17-9-40 — Dispõe sobre o preenchimento das vagas verificadas nos grupos escolares do Estado e dá outras providencias

NOTICIARIO ESCOLAR

Inauguração do novo prédio do grupo escolar de Corumbaba.

ANEXO D – Capa e sumário Revista de Educação (mar. 1946)

SUMA'RIO

REDATORIAIS

HOMENAGEM a S. Excia. o novo Interventor Federal
— do Estado —

A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE tem novo titular
IMPRENSA PEDAGÓGICA

COLABORAÇÕES

Assuntos Pedagógicos

- O problema da formação do professor. — *Prof. M. Antônia Figueiredo*
- Escola Normal. — *Dr. Pedro Viggiano*
- O problema do ensino no Norte do Estado. — *Prof. Anália Hermano Teixeira*
- Literatura infantil. — *Prof. Alice Leão*

Filologia e História

- Góias em Góias? — *Prof. M. Paula Fleuri Godói*

Educação Sanitária

- Higiene pré-natal. Valor médico e social. — *Dr. Rainer de Paula*
- Brinquedos e divertimentos. — *Dira M. de Lourdes Murais*
- Anotações sobre a lepra. — *Dr. Sebastião M. de Brito*

Assuntos Instrutivos

- A bomba atômica e os sinais perturbadores das comunicações. — *Dr. Zoroastro Artiga*

Discursos de Paraninfos

Padre Antônio Wask e Prof. Flávio Artiga Mendes

SECÇÕES PERMANENTES

Para as Festas Escolares — Variedades Educacionais e Esportivas — Fatos e Intelectuais — Publicações Recebidas — Conselhos e Sugestões — Questões de Português — Notícia de Saúde — Atividades Escolares — Consultas Didáticas — Notícias de Arte e Cultura — Legislação Escolar.

Senhores Professores e Médicos Sanitaristas do Estado: Colaborar nesta Revista é prestar um serviço relevante à Educação e à Saúde do Brasil e do Góias.

ANEXO E – Capa e sumário Revista de Educação (jul. 1946)

SUMÁRIO

REDATORIAIS

GRANDES VULTOS da Educação em Goiás
ANIVERSÁRIO DA REVISTA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
25 DE JULHO

COLABORAÇÕES

Assuntos Pedagógicos

EDUCAÇÃO RURAL — Dr. Vicente Umbelino de Souza
O CREPÚSCULO DA BONDADE — Prof. Maria Paula
Fleury de Godoy
NECESSIDADE DAS ATIVIDADES EXTRA-PROGRAMA —
Prof. Nazare de Matos
AMOR AO MAGISTÉRIO — Prof. Flaciary Ariuaga Mendes

História da Educação em Goiás

O CENTENÁRIO DO LICEU DE GOIAZ — Dr. Pedro
Viggiano

Filologia e História

GOIAZ A UM SÉCULO — Prof. Paulo Emilio Póvoa
UMA PAZ DURADOURA E UM HERÓI ESQUECIDO — Dr.
Zoroastro Artiga

Educação Sanitária

PROTEÇÃO A MATERNIDADE E A INFÂNCIA — Dr.
Ranier de Paula
PROTEÇÃO A INFÂNCIA — Prof. Maria França Gonçalves

Assuntos Instrutivos

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUANTIDA-
DES NEGATIVAS — Prof. João Odilon G. Pinto

SECÇÕES PERMANENTES

Fatos e Intelectuais — Atividades escolares — Notícias de
arte e cultura — Variedades educacionais e educativas —
Para as festas escolares — Caixa de Correspondência —
— Legislação Escolar —

ANEXO F – Capa e sumário Revista de Educação (set. 1946)

SUMÁRIO

REDATORIAIS

PALAVRAS DO PRESIDENTE DUTRA
PÁTRIA

O DIA DA PÁTRIA EM GOIÂNIA

COLABORAÇÕES

Assuntos Pedagógicos

PROFESSORAS EM FACE DO MUNDO FUTURO — Prof.
Aida Felix de Souza

CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO — Dr. Pedro Viggiano

COMPOSIÇÃO NO CURSO PRIMÁRIO — Prof. Eliacena
P. da Costa

A RURALIZAÇÃO DO ENSINO — Prof. Floracy Artiaga
Mendes

História da Educação em Goiás

INSTRUÇÃO EM BONFIM — J. Lupis

Comemorações da Semana da Árvore

JARDINAGEM — Prof. Alice Leão

PROTEÇÃO ÀS FLORESTAS — Prof. Ari Demóstenes de
Almeida

O CÓDIGO FLORESTAL NA ESCOLA — Prof. Zecchi
Abrahão

A NECESSIDADE DO REFLORESTAMENTO — Dr. Zo-
roastro Artiaga

Educação Sanitária

DADOS HISTÓRICOS SOBRE A CAMPANHA CONTRA
A LEPRO EM GOIÁS — Dr. Sebastião Mendonça de Brito

A ALIMENTAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR — Dra. Maria de
Lourdes Moraes

MALARIA E ANCILGOSTOMOSE — Dr. Ranier de Paula

Assuntos Instrutivos

OUTRA MUDANÇA! — Prof. Agnêlo A. Fleury

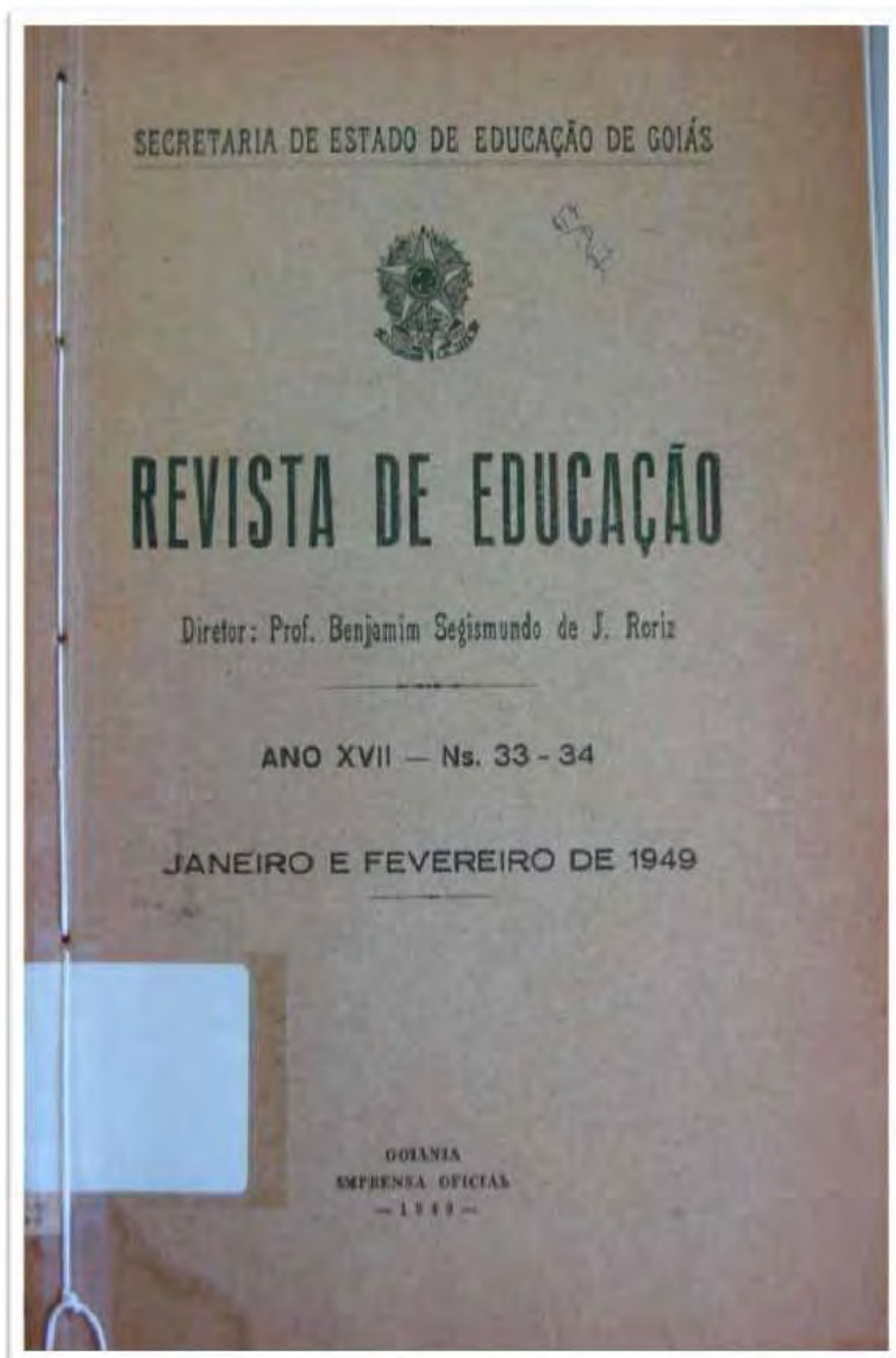
QUESTÕES DE PORTUGUÊS — Prof. Carlos G. de Faria

Discurso de Pañaninfo

O MOMENTO E DA TÉCNICA — Prof. Hêlio A. Lobo

SECÇÕES PERMANENTES

Fatos e Incidências — Consultas didáticas — Atividades
escolares — Variações educacionais e educativas — Páginas
de consulta — Legislação de Saúde — Legislação Escolar —
Instituições

ANEXO G – Capa e sumário Revista de Educação (fev. 1949)

EXPEDIENTE

Revista de Educação

ÓRGÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
DE GOIÁS

(Criada pelo decreto nº 3.482, de 12 de junho de 1933).
(Reorganizada pelo Decreto-lei nº 186, de 24 de novembro de 1945).

Goiânia — Capital de Goiás — Janeiro e Fevereiro de 1949.

DIRETOR — *Prof. Benjamim Segismundo de J. Roriz*

Publicação mensal — Circulação a 30 de cada mês.

São colaboradores desta Revista, todos os Professores do Ensino Público ou particulares, Técnicos de Educação, que possam contribuir para o trabalho pelo bem da educação de Goiás.

AS COLAÇÕES devem vir datilografadas em um lado da página, não se tolerando pseudônimos e não se aceitando trabalhos que excedam de quatro páginas.

Os originais não publicados não serão devolvidos.

A Revista não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nas colaborações assinadas.

Toda correspondência deve ser dirigida à
Administração da Revista de Educação
Secretaria de Estado de Educação
Goiânia — Goiás

Assinatura anual — Cr\$ 40,00

Número avulso — Cr\$ 4,00

Atendem-se solicitações de dentro e fora do Estado, mediante cheque ou vale postal.

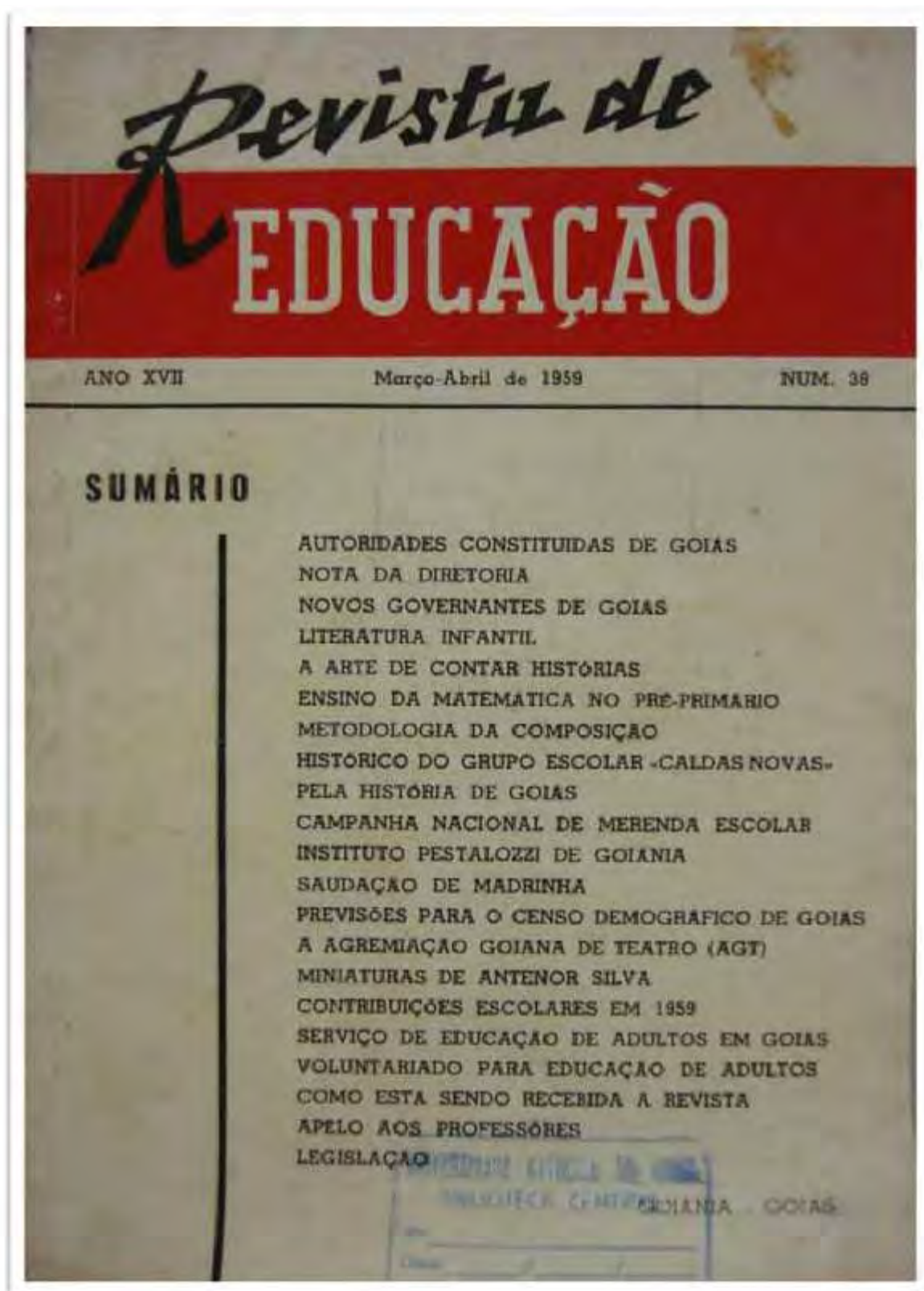
Pede-se permuta com as publicações congêneres do País

Os estabelecimentos públicos ou educandários que desejem receber a Revista, deverão solicitá-lo em ofício, diante do qual será feita a remessa permanente e gratuita com a condição de ser conservada na biblioteca do estabelecimento.

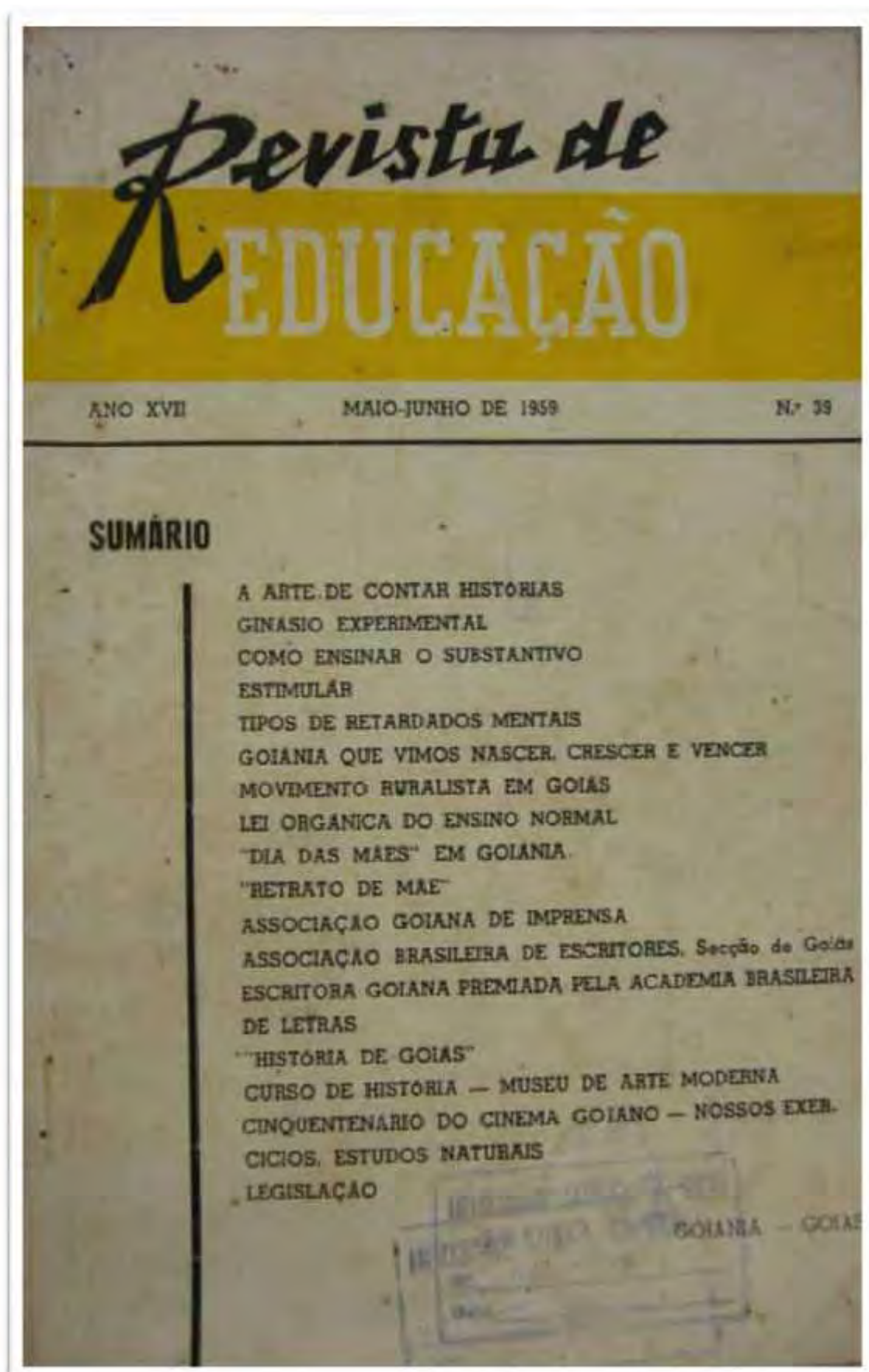
ANEXO H – Capa e sumário Revista de Educação (fev. 1959)



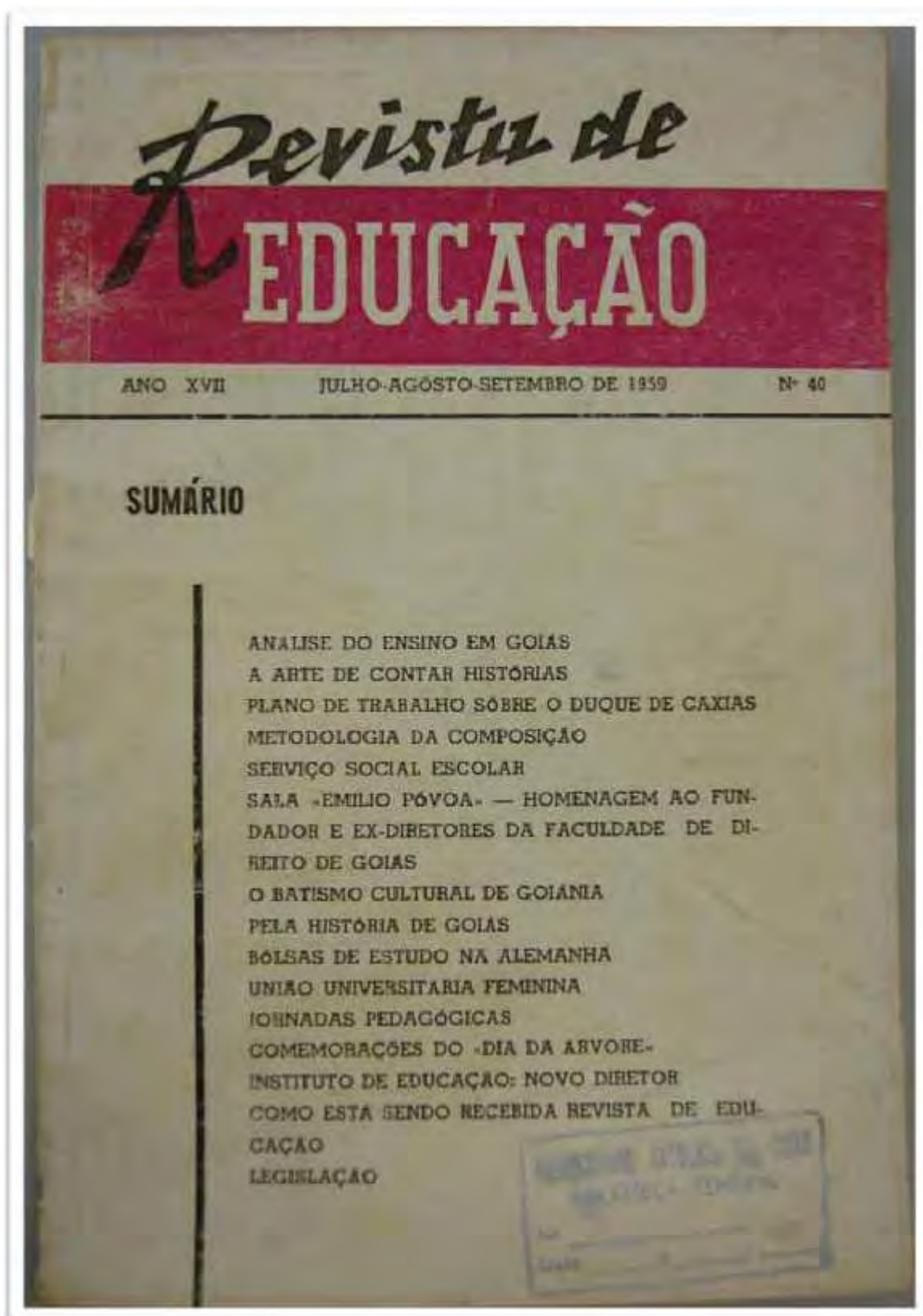
ANEXO I – Capa e sumário Revista de Educação (abr. 1959)



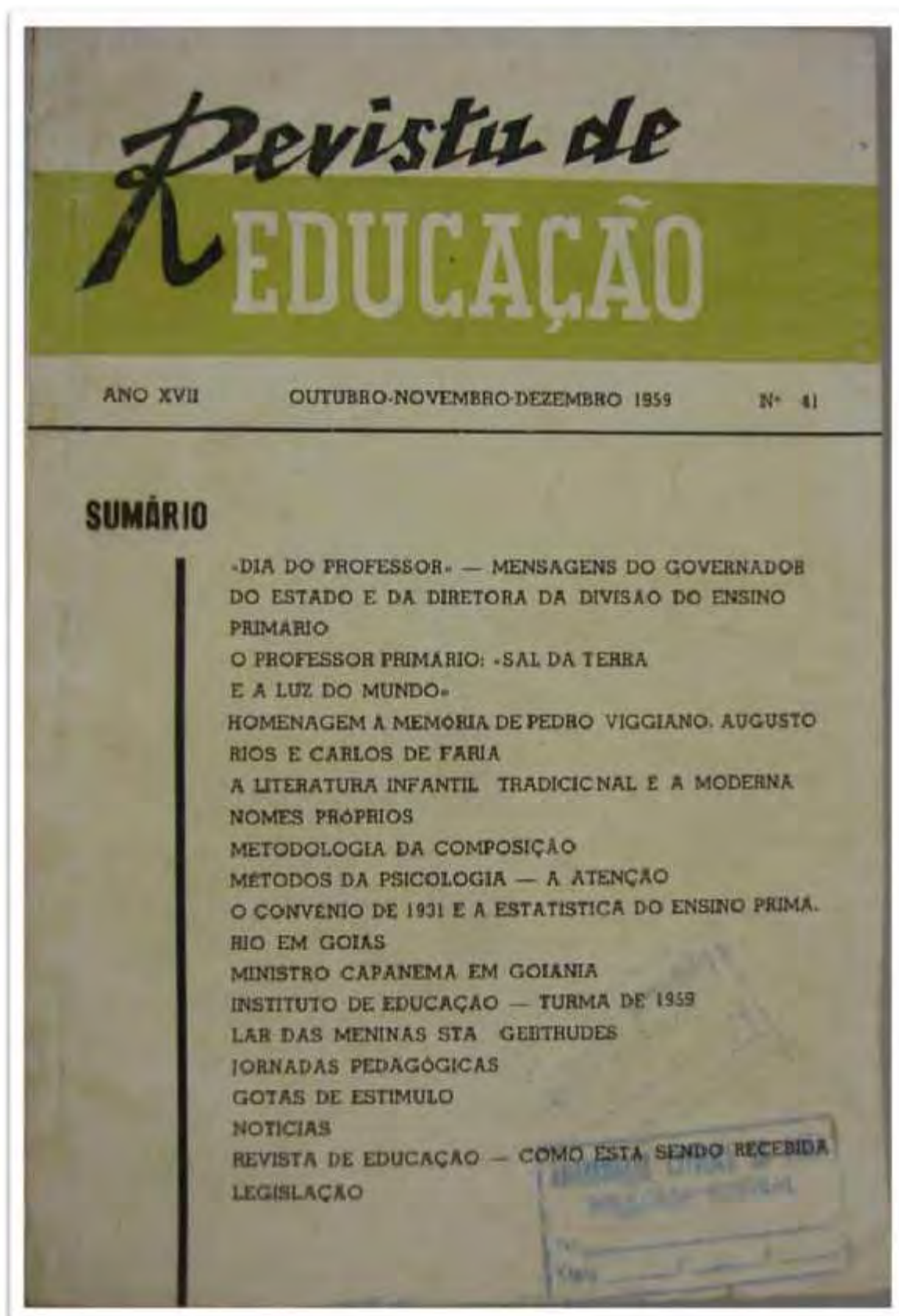
ANEXO J – Capa e sumário Revista de Educação (jun. 1959)



ANEXO K – Capa e sumário Revista de Educação (set. 1959)



ANEXO L – Capa e sumário Revista de Educação (dez. 1959)



ANEXO M – Capa e sumário Revista de Educação (fev. 1960)

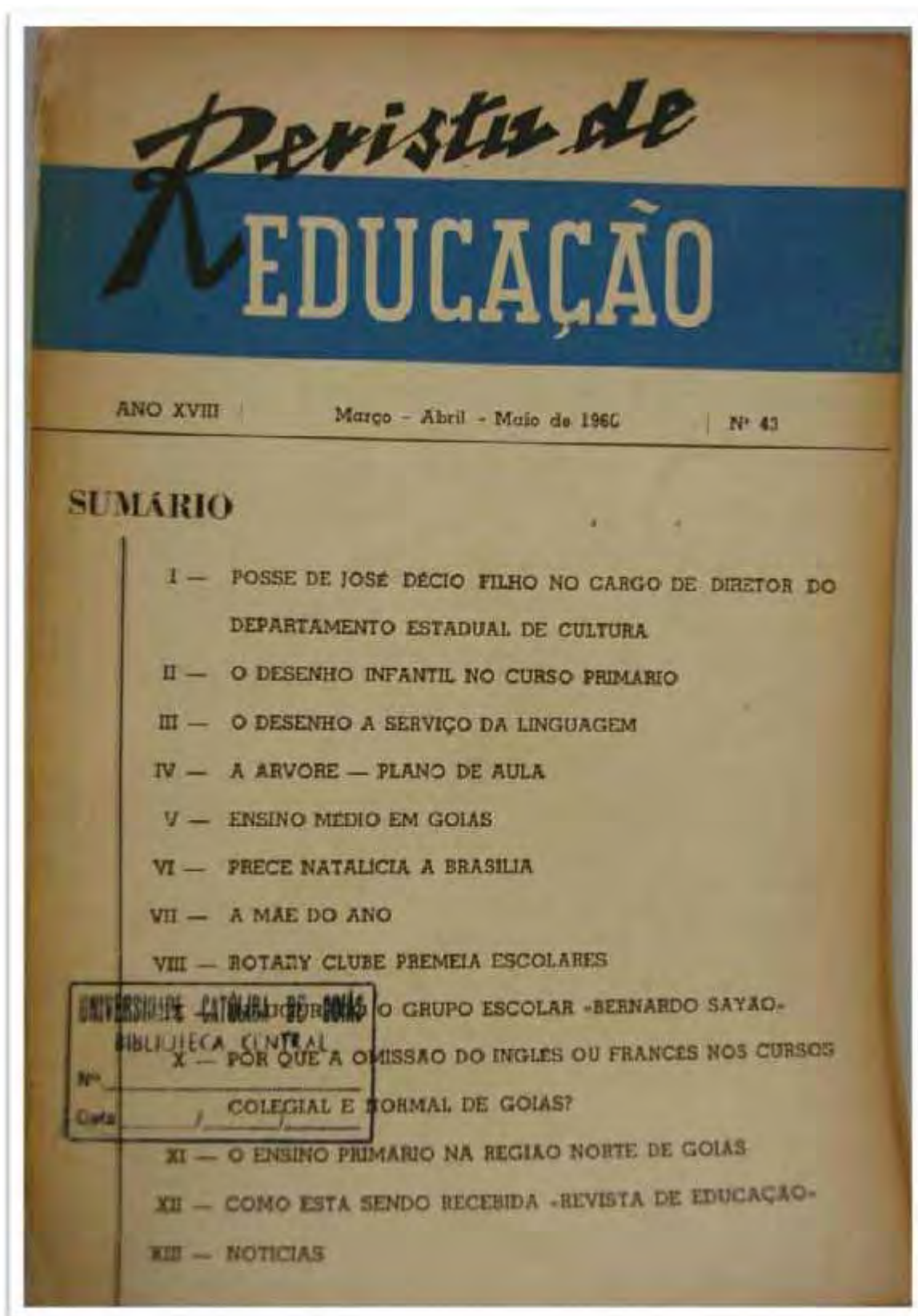


SUMÁRIO

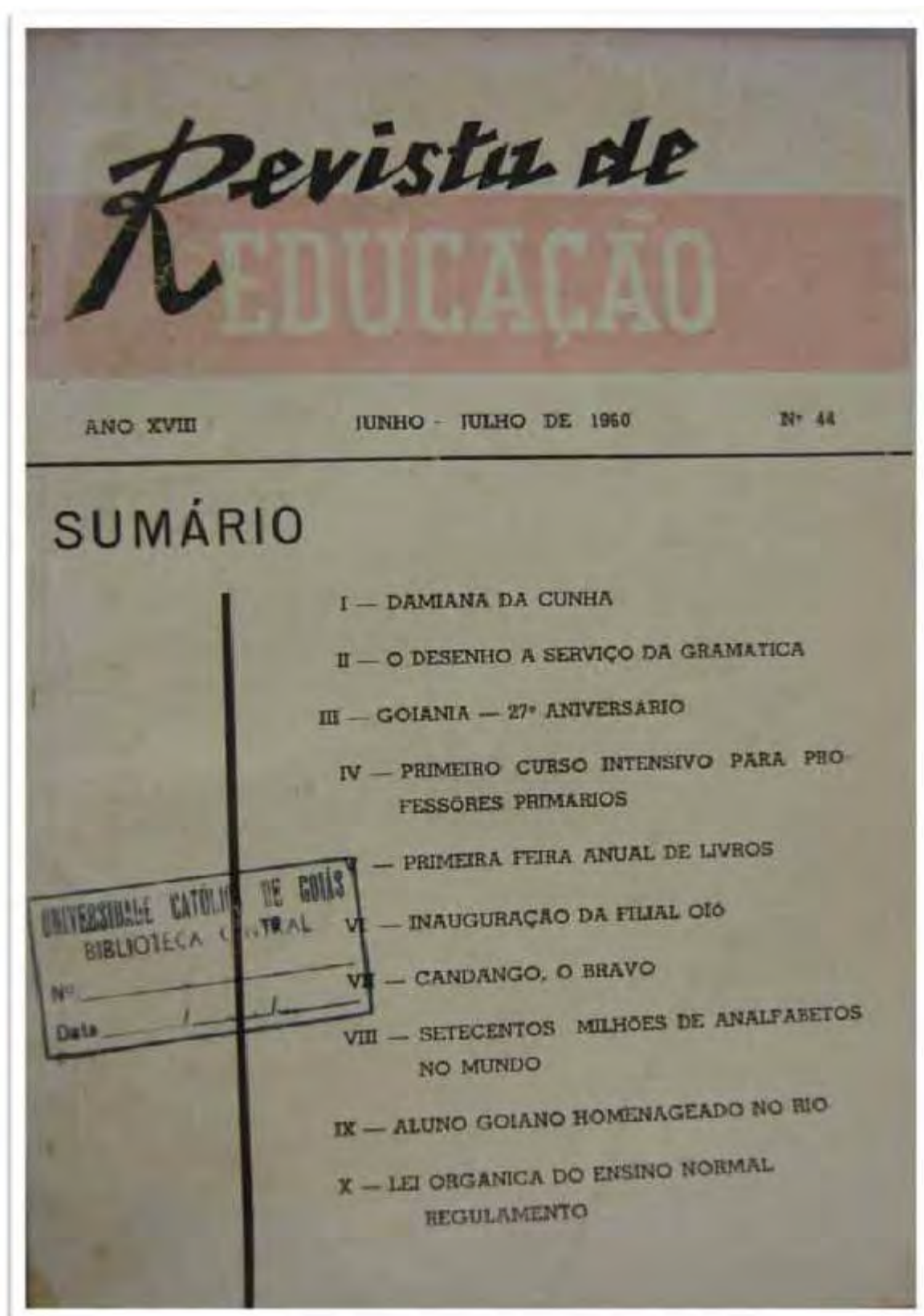
• MENSAGEM DE REVISTA DE EDUCAÇÃO	5
• BRASIL, CAPITAL BRASÍLIA	6
• BRASÍLIA — A NOVA CAPITAL E A NOVA GERAÇÃO — AULA NA ESCOLA PRIMARIA	42
• BRASÍLIA FOI SONHO, FOI PLANO, É REALIDADE	50
• GOVERNADOR JOSE FELICIANO FERREIRA HOMENAGEADO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES, SECÇÃO DE GOIÁS (ABDE)	56
• SAUDAÇÃO AOS PROFESSORES DE GOIÁS	58
• DIVISÃO DO ENSINO PRIMARIO PROMOVE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE PROFESSORES PRIMARIOS E DE JARDIM DA INFANCIA	61
• EM RECIFE O IV CONGRESSO NACIONAL DE PROFESSORES PRIMARIOS	66
• EM GOIANIA CURSO DE ORIENTAÇÃO, DA CAMPAIGNA DE APERFEIÇOAMENTO E DIFUSÃO DO ENSINO SECUNDARIO (CADES)	67
• SAUDAÇÃO A GOIÁS	71

Capa — PRAÇA DOS TRÊS PODERES — BRASÍLIA
(Fotografia de Hermínio Ribeiro da Silva)

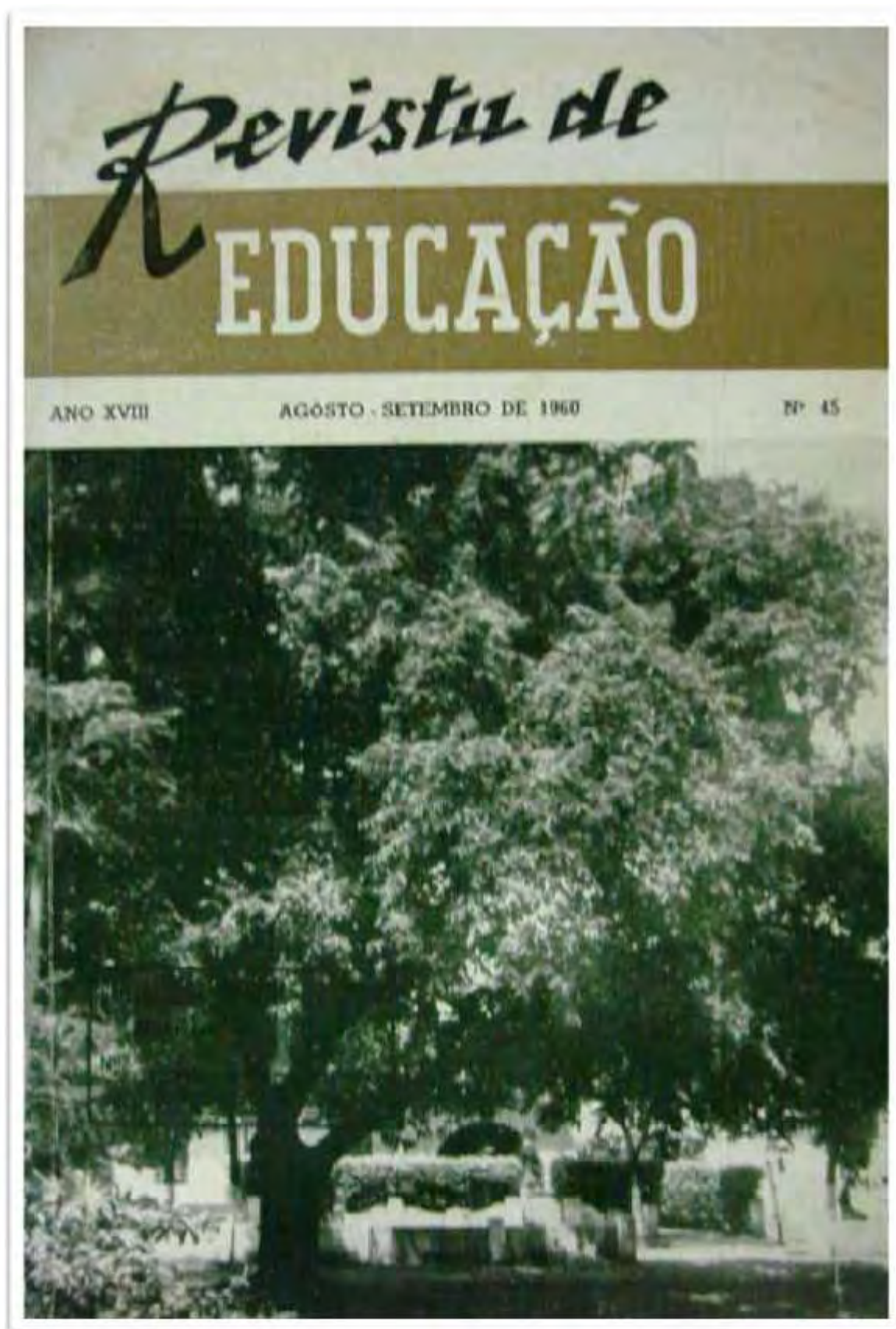
ANEXO N – Capa e sumário Revista de Educação (Mai. 1960)



ANEXO O – Capa e sumário Revista de Educação (jul. 1960)



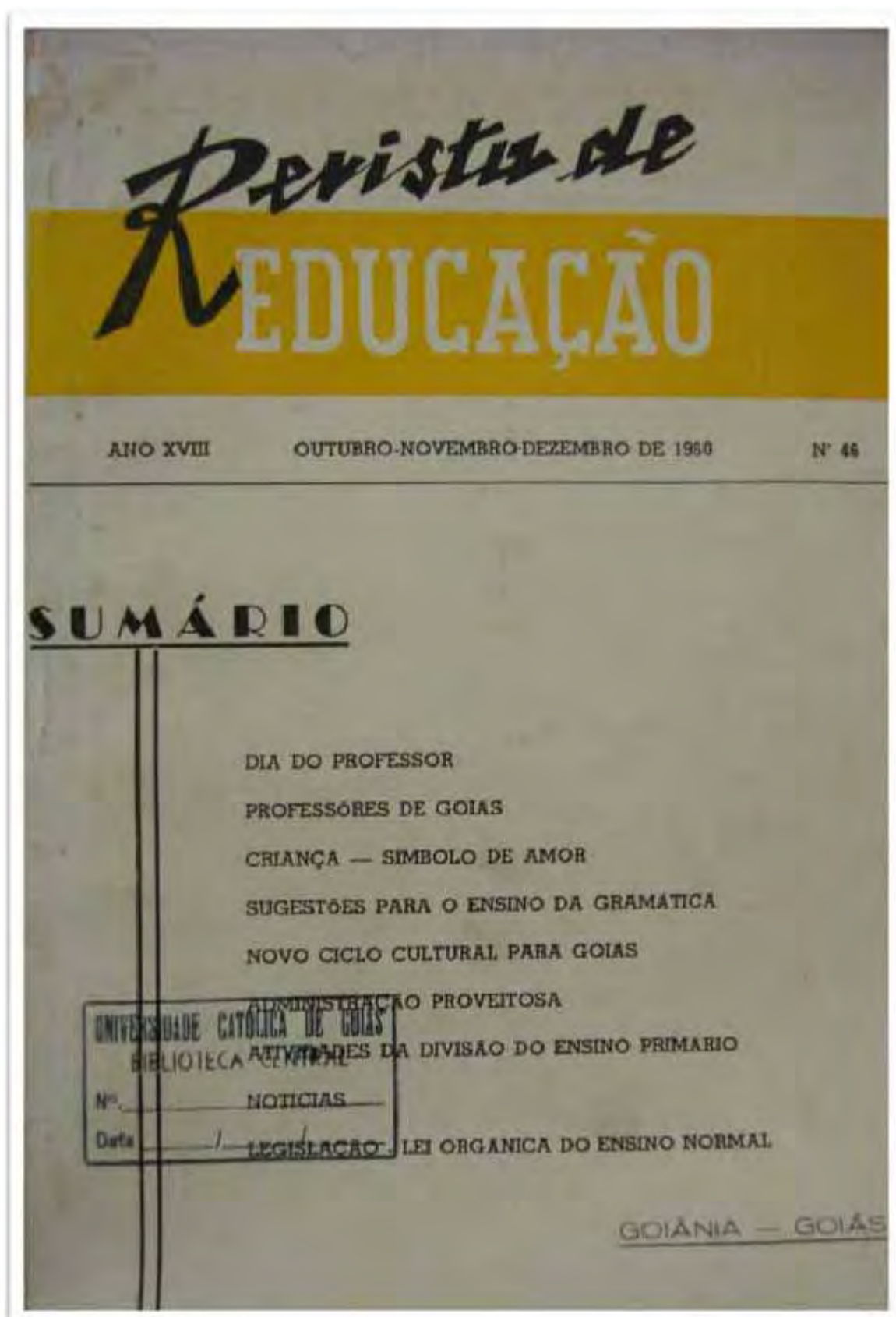
ANEXO P – Capa e sumário Revista de Educação (set. 1960)



Índice

	PÁGS.
I — Solidariedade à Professora Primária de Goiás — Professora Nelly Alves de Almeida	
II — A Árvore e suas utilidades — Professora Aldeida Gomes Estelita	8 a 9
III — Amigos da Natureza — Professora Amália Hermano Teixeira	10 a 14
IV — Grupo Escolar «Pia XII» — Inauguração	15 a 20
V — Grupo Escolar Juscelino Kubitschek	20 a 25
VI — Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBEEC)	26 a 28
VII — 7 de Setembro em Goiânia — Imponente Parede Escolar	29 a 36
VIII — Notícias: Semana da Árvore — 1ª Exposição Florestal Regional	37
Brilhante Engenheirando Goiano	38
1º lugar para aluna goiana no Concurso sobre o «Dia do Papai», no Colégio Sacré Coeur de Jesus, no Estado da Guanabara	39
IX — Legislação — Programas do Ensino Normal — Instruções Metodológicas	40 a 58

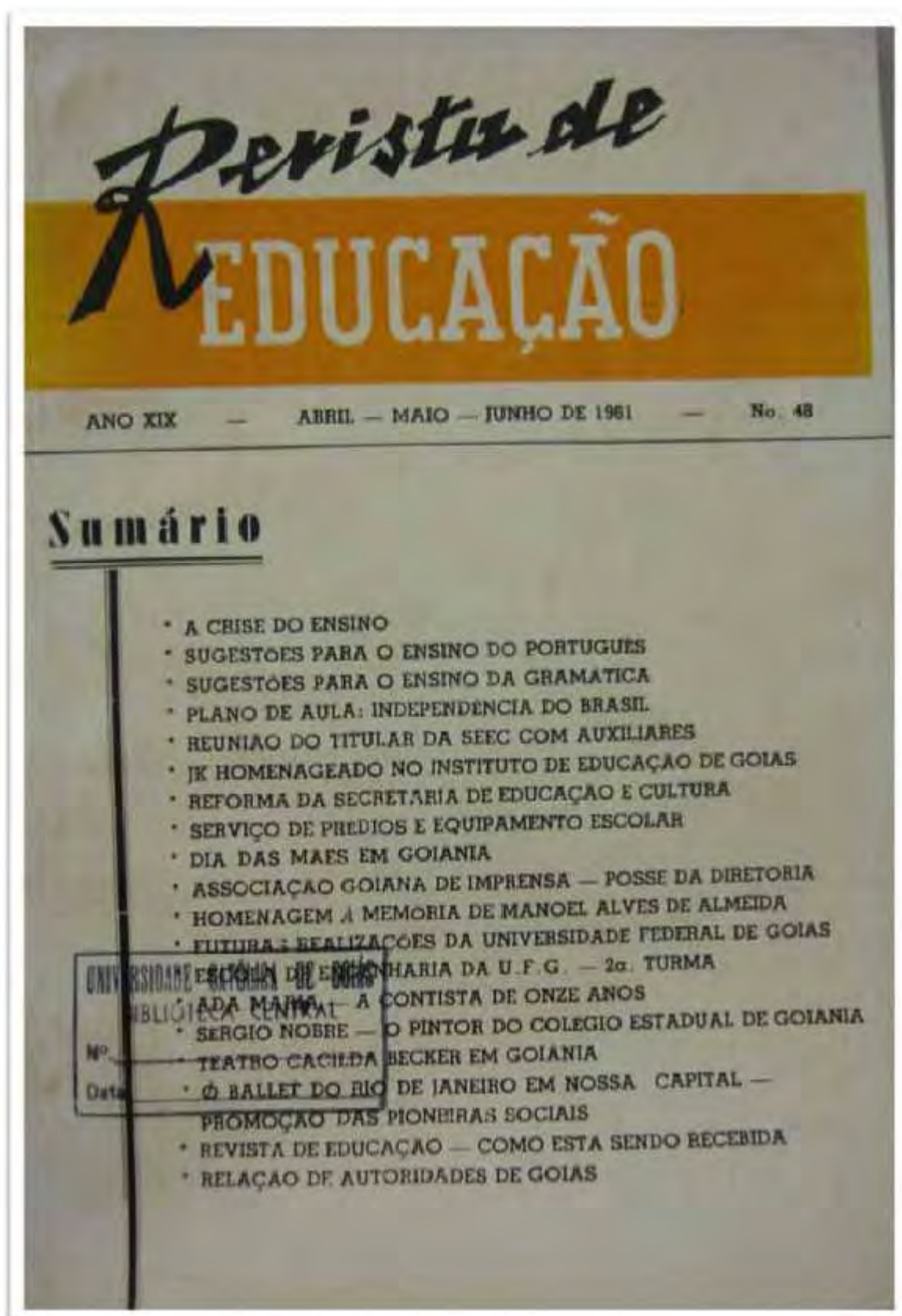
ANEXO Q – Capa e sumário Revista de Educação (dez. 1960)



ANEXO R – Capa e sumário Revista de Educação (mar. 1961)



ANEXO S – Capa e sumário Revista de Educação (jun. 1961)



ANEXO T – Capa e sumário Revista de Educação (set. 1961)



ÍNDICE •

páginas

I — Sugestões para o Ensino do Português — Professora Nelly Alves de Almeida	4 - 6
II — Sugestões para o Ensino da Gramática - Professora Esmeralda Moreira Prudente	7 - 12
III — Plano de Aula — A Borracha - Professoras Clarize Pinto Abraão e Elza Baiocchi Pimenta	13 - 18
IV — V Congresso Nacional de Professores Primários	19 - 24
V — Curso de Aperfeiçoamento de Professores promovido pela S.E.E.C.	25
VI — CADES - Curso de Aperfeiçoamento	26 - 27
VII — Novo Diretor da Divisão do Ensino do 2.º Grau	28 - 30
VIII — Departamento Estadual de Cultura - Novo Diretor	31 - 32
IX — Reunião de Reitores de Universidades em Brasília	33 - 35
X — Lançamento da campanha contra o analfabetismo	36 - 40
XI — Homenagem à memória do Professor Alcide Jube	41 - 42
XII — Curso de Jornalismo promovido pela AGI	43 - 49
XIII — Em Goiânia o Professor D'Ávila	50 - 51
XIV — Semana da Árvore em Goiânia	52 - 56
XV — Jorge Amado na Academia Brasileira de Letras	57 - 59
XVI — Dramas do Oeste - Livro de Autêntico Sertanista sobre o lendário Araguaia	60 - 63
XVII — João Batista Zachariotti - Bolsista na Alemanha	64 - 65
XVIII — Na Vila Coimbra - Escola São Judas Thadeu	66 - 67
XIX — Posse da Diretora do Conservatório de Música	68 - 69
XX — 32.º Aniversário do IEG	70
XXI — Revista de Educação como está sendo recebida	71
XXII — Legislação	72 - 76
XXIII — Relação de Autoridades	77

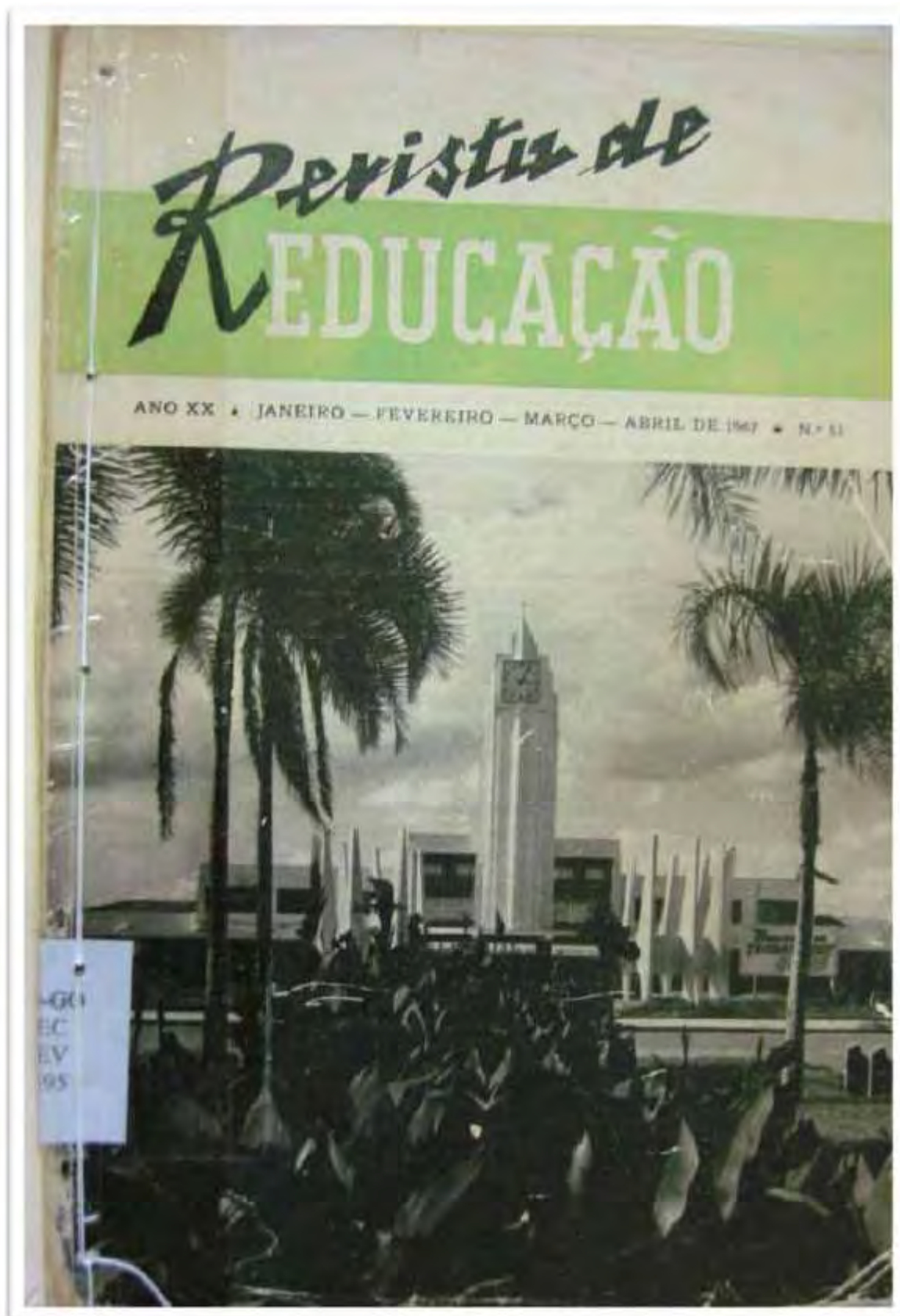
ANEXO U – Capa e sumário Revista de Educação (dez. 1961)



Indice

I — Sugestões para o Ensino do Português (3.ª de uma série)	7
<i>Nelly Alves de Almeida</i>	
II — Plano de Aula — História da América — Cristóvão Colombo	11-17
<i>Esmeralda Moreira Prudente</i>	
III — Em Goiânia — Dia do Professor — 15 de outubro	18-20
IV — Exaltação à Mestra	21
<i>Francisco de Brito</i>	
V — A Professora e o Saber	22
<i>Luerte Magalhães</i>	
VI — Padre Ruy Rodrigues da Silva na Secretaria de Educação e Cultura — SEEC.	23-25
VII — General Felipe Xavier de Barros	26-28
VIII — Professor Ivan Ferreira	29-30
IX — Turma de 1936 da Faculdade de Direito, comemorou jubileu de Prata: Vila Boa	31-35
X — Alfredo Nasser Ministro da Justiça	36-37
XI — Discurso de posse do Ministro Alfredo Nasser	38-40
XII — Xilogravuras de Oeto	41-43
XIII — Dia da Criança em Goiânia	44-50
XIV — Associação Cultural Feminina do Estado de Goiás — Posse da 1.ª Diretoria	51-53
XV — Primeiro Aniversário da Universidade Federal de Goiás	54-57
XVI — Formaturas em 1961 em Goiânia	58-61
XVII — Concluintes Ginásianos	62-63
XVIII — Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás	64-71
XIX — Faculdade de Farmácia e Odontologia	72-81
XX — Conservatório de Música da Universidade de Goiás	82-84
XXI — Como está sendo recebida REVISTA DE EDUCAÇÃO	35

ANEXO V – Capa e sumário Revista de Educação (abr. 1962)

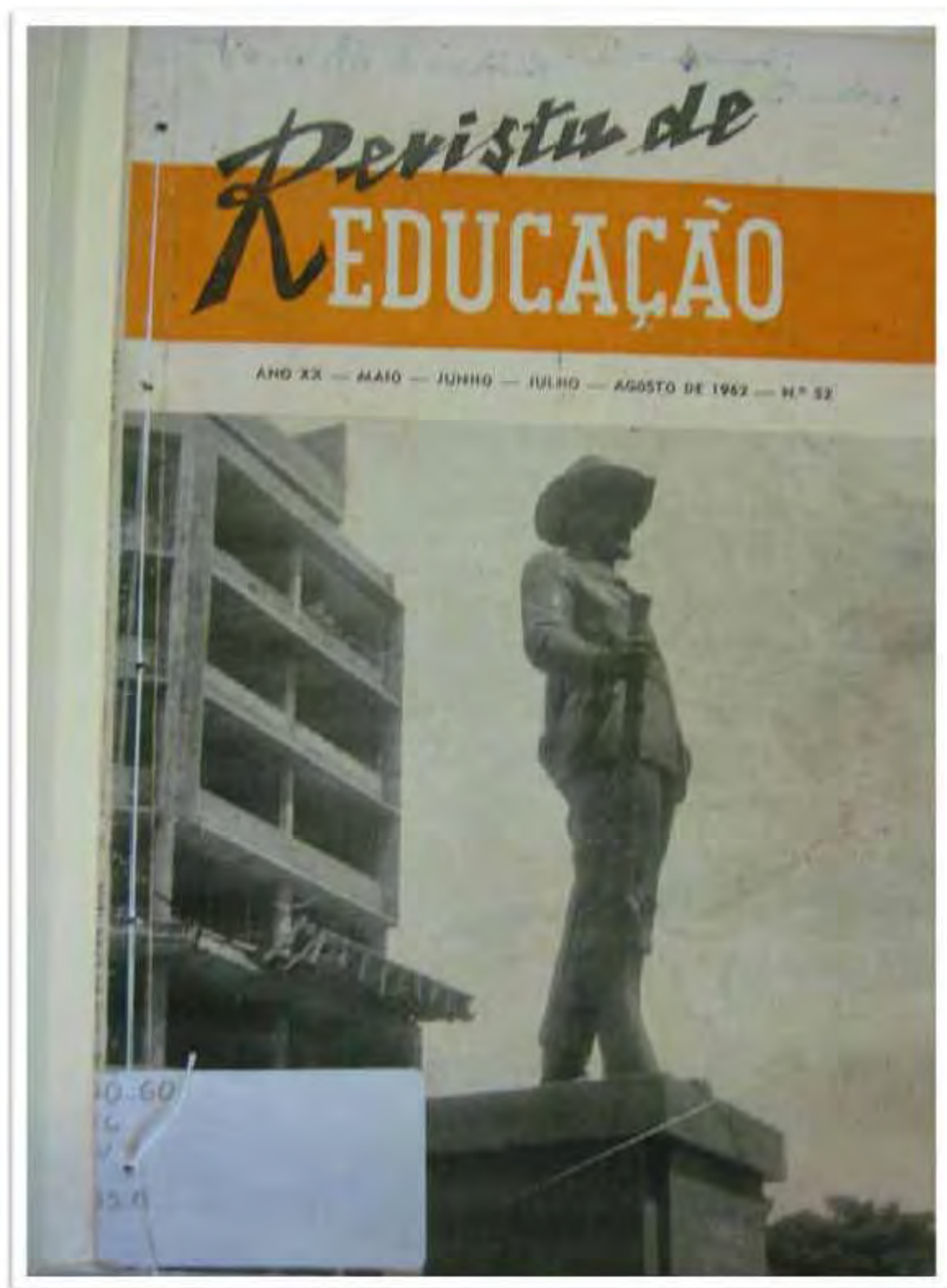


Sumário

I — Autoridades Constituídas em Goiás	7
II — Em Goiânia — V Congresso Nacional de Professores Primários	24
III — V Congresso Nacional de Professores Primários	36
IV — Algumas das Teses apresentadas ao V Congresso de Professores Primários, em Goiânia, Goiás	42
V — Professores de todo o Brasil entrevistados por «Revista de Educação»	44
VI — Verbos. Os verbos quanto à conjugação. Conjugação	47
VII — Plano de Aula — O Descobrimento do Brasil	51
VIII — Importância dos símbolos e fundamentos da Matemática para o Professor Primário	55
IX — 25.º aniversário da transferência da Capital de Goiás — Homenageado Pedro Ludovico Teixeira, fundador de Goiânia — Promoção da Secretaria de Estado da Educação e Cultura	58
X — Decreto N.º 1.916, de 23 de março de 1937	65
XI — Empossados Diretores da Secretaria de Estado da Educação e Cultura	66
XII — Aumento para o Funcionalismo	67
XIII — Curso de Extensão e Aperfeiçoamento para Professores Primários	70
XIV — Delegacias de Ensino	71
XV — Em Urnaçu — Curso de Extensão e Aperfeiçoamento de Professores Primários	76
XVI — Titular da Nova Secretaria do Governo	79
XVII — Dicionário Toponímico de Goiás	81
XVIII — O Babagá em Goiás	85
XIX — Esta vitória é do Oeste	88
XX — Universidade Federal de Goiás	90
XXI — Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás — Aula Magna	97
XXII — Obras inauguradas pelo atual Governo até 31 de janeiro de 1962	99
XXIII — Escolas construídas com verbas Federais	99
XXIV — Poeta Gilberto Mendonça Teles na Academia de Letras	100
XXV — Primeira turma de Formandos — Curso de Jornalismo da A. G. I.	101
XXVI — Notícias	102

CAPA — Estação da Estrada de Ferro Goiás-Goiânia
Folha produzida de HIRONI, clichê de
FONTELOU.

ANEXO W – Capa e sumário Revista de Educação (ago. 1962)



Sumário

I — O pronome SE	7
II — Problemas do Ensino da História	11
III — Plano de aula sobre a escravidão	13
IV — O problema do analfabetismo no Brasil	18
V — Dia das Mães	21
VI — Conselho Regional de Educação	30
VII — Poetas goianos laureados pela Academia Paulista de Letras ..	31
VIII — Hino Nacional nas Escolas	33
IX — Bolsistas da Secretaria de Educação e Cultura	36
X — Parques, Recreios e Recantos Infantis	37
XI — Notas da Fauna e Índios do Parima e Venezuela	42
XII — Decisões Administrativas e Judiciárias do Estado	45
XIII — Informações Estatísticas	45
XIV — Centro de Estudos Brasileiros	46
XV — Centro Acadêmico XI de Maio	49
XVI — A pintora Maria Guilhermina	51
XVII — NOTÍCIAS	53
XVIII — REVISTA DE EDUCAÇÃO : como está sendo recebida ..	58
LEGISLAÇÃO	64
Publicações recebidas pelo sistema de permuta	70

CAPA — Monumento ao Bandeirante paulista Bartolomeu Bueno da Silva, o ANHANGUERA, na interseção da Avenida Goiás com a Anhangüera, em GOIÂNIA, capital do Estado de Goiás. Foto de BARONI clichê da FUNTIMOD.